

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO EM AGROECOLOGIA

**AGROECOLOGIA E MST NO MARANHÃO: PROJETO DE ASSENTAMENTO DE  
REFORMA AGRARIA CRISTINA ALVES – DIFICULDADES E PERSPECTIVAS**

JULIO CESAR BRAVO MEDINA

São Luís

2014

JULIO CESAR BRAVO MEDINA

Engenheiro Agrônomo

**AGROECOLOGIA E MST NO MARANHÃO: PROJETO DE ASSENTAMENTO DE  
REFORMA AGRARIA CRISTINA ALVES – DIFICULDADES E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Agroecologia do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Gusmão Araújo  
Coorientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat

São Luís  
2014

JULIO CESAR BRAVO MEDINA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Agroecologia do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Gusmão Araújo  
Coorientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat

Aprovada em:     /     /

Comissão Julgadora:

---

Prof. Dr. José Ribamar Gusmão Araújo – UEMA  
Orientador

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado- UFRGS

---

Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat - UEMA

São Luís

2014

## **AGRADECIMENTOS**

Nomear todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desse trabalho seria uma tarefa interminável. Agradecemos a cada uma delas, no fundo do coração, no plano que vai além dos sentidos, na zona onde todos nós estamos conectados como uma unidade eterna, sábia, infinita e indissolúvel, cada uma de essas pessoas sabe e sente a imensa gratidão que sentimos por formar parte não só desse trabalho, mas da Vida mesma, por compartilhar e caminhar juntos nesse efêmero lapsus de tempo em que podemos deleitarmos com as belezas e delícias do viver e do amar.

Especial agradecimento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST do Maranhão, e sua gente, à comunidade do Assentamento Rural Cristina Alves em Itapecuru Mirim. Sem eles não tivesse tido sentido tudo quanto foi feito. Gratidão pela sua luta, pela sua entrega, pela sua coragem, pelo amor sentido e recebido nas pessoas, em cada visita ao Assentamento e a Secretaria do estado do Maranhão.

Finalmente, agradeço à Vida pela própria Vida, por permitir essa diversidade de experiências que levam a sermos conscientes da nossa imensidão ao tempo que da nossa pequenez; pela oportunidade de aprender das experiências, o que permite a saúde se manifestar para poder desenvolver os trabalhos práticos do cotidiano como é uma pesquisa, mas também avançar no caminho da liberdade pessoal.

## RESUMO

O presente trabalho objetivou realizar um diagnóstico geral do Assentamento Rural Cristina Alves (Itapecuru Mirim/MA) com ênfase na relação produção - organização, visando entender o progresso na questão da agroecologia, como modelo de desenvolvimento pensado pelo MST para os assentamentos rurais e assumida por importante parcela dos integrantes do assentamento Cristina Alves. A metodologia de pesquisa foi baseada na Pesquisa/Ação Participativa. Observação Participante e Entrevistas Semiestruturadas com 36 famílias (assentados e dirigentes) foram empregadas para coleta de dados, Historia Oral e Triangulação de informação, além de técnicas de estatística quantitativa foram utilizadas na análise dos dados. Comprovou-se que o Assentamento é resultado de dois processos de Luta pela Terra, promovidos pelo MST entre 2001 e 2007, na Região Norte Maranhense e está composto por famílias de tradição camponesa dos municípios próximos. Observou-se uma complexa dinâmica migratória prévia, na busca por melhores condições de vida. A comercialização da farinha de mandioca representa a principal fonte de renda agrícola, sendo outros produtos destinados principalmente para autoconsumo, devido aos seus baixos preços. A renda baixa (média < R\$500/mês) leva os assentados à busca de fontes de renda não agrícola (trabalhos diversos fixos ou temporários) e, ocasionalmente a novas migrações. O trabalho coletivo e a troca de diárias são as modalidades de trabalho mais frequentes pelo forte arraigo cultural. Há escassa compreensão teórica do conceito agroecologia, no entanto, comprovou-se que vários princípios e fundamentos desta encontram-se incorporados fortemente no imaginário da população, existindo um nível de consciência alto, fato que facilita a adoção do termo pela população. Isso acontece pela relação natural entre o camponês e a agroecologia e pelo esforço do Movimento em discutir e capacitar à comunidade nessa temática, situação que se revela nas práticas de manejo tradicional no Assentamento com vieses conservacionistas e na projeção futura associada a práticas de caráter agroecológico. No entanto, existem diversos problemas por corrigir (escassez e qualidade da água, conflitos internos, negligência governamental). Verificaram-se alto nível de satisfação e importantes mudanças positivas na qualidade de vida das famílias após chegar ao Assentamento, fato revelador de que o enfoque do trabalho baseado na agroecologia começa a mostrar resultados e permite visualizar avanços para o futuro.

Palavras-chave: Origem. Organização. Produção. Qualidade de vida. Projetos de Vida

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue realizar un diagnóstico general del Asentamiento Rural Cristina Alves (Itapecuru Mirim/Maranhão) con énfasis en la relación producción – organización, buscando comprender el progreso de la agroecología, como modelo de desarrollo pensado por el MST para los asentamientos rurales y asumida por importante proporción de integrantes del asentamiento. La metodología utilizada se basó en la Investigación/Acción Participativa, Observación Participante y Entrevistas Semiestructuradas con 36 familias (asentados y dirigentes) fueron utilizadas para recolección de datos; Historia Oral, Triangulación de información e técnicas de estadística cuantitativa fueron utilizadas para análisis de datos. Se comprobó que el Asentamiento es resultado de dos procesos de lucha por tierra, promovidos por el MST entre 2001 y 2007 en la región norte marañense y está compuesto por familias de tradición campesina de municipios vecinos. Entre tanto, se observó una compleja dinámica migratoria previa, en general, en la búsqueda por mejores condiciones de vida. Grupos de Base, Sector de Producción, y Asociación aparecen como las formas organizativas iniciales de lucha en la tierra, y, la recientemente creada Cooperativa Regional (en el contexto de los programas gubernamentales para la agroindustrialización de los asentamientos), como la consagración de ese proceso que permitirá organizar la producción buscando alcanzar la sustentabilidad y autosuficiencia del Asentamiento. Hay una escasa comprensión teórica del concepto agroecología, sin embargo, se comprobó que varios principios y fundamentos de esta, se encuentran incorporados fuertemente en el imaginario de la población, existiendo un nivel de consciencia alto, hecho que facilita la adopción del término por la población. Esto ocurre por la relación histórica natural entre campesinos y agroecología, además del esfuerzo del Movimiento para discutir y capacitar la comunidad en esas temáticas, situación que se revela en las prácticas de manejo tradicional del Asentamiento con sesos conservacionistas y en la proyección futura asociada a prácticas de carácter agroecológico. A pesar de que existen diversos problemas por superar (escasez y calidad del agua, conflictos internos, negligencia gubernamental), se verificó alto grado de satisfacción e importantes cambios positivos en la calidad de vida de las familias después de llegar al Asentamiento, hecho demostrativo de que el enfoque de trabajo basado en la agroecología comienza a mostrar resultados y promete avances significativos para el futuro.

Palabras clave: Origen. Organización. Producción. Calidad de vida. Proyectos de Vida.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - ORIGEM DOS ASSENTADOS DA VILA CABANAGEM POR MUNICÍPIO. ....	28
FIGURA 2 - ORIGEM DOS ASSENTADOS DA VILA CABANAGEM POR MICRORREGIÃO.....	28
FIGURA 3 - ORIGEM DOS ASSENTADOS DA VILA CABANAGEM POR MESORREGIÃO .....	28
FIGURA 4 - RESIDÊNCIA DOS ASSENTADOS DA VILA CABANAGEM ANTES DO PA POR MUNICÍPIO	29
FIGURA 5 - RESIDÊNCIA DOS ASSENTADOS DA VILA CABANAGEM ANTES DO PA POR MICRORREGIÃO. .....	29
FIGURA 6 - RESIDÊNCIA DOS ASSENTADOS DA VILA CABANAGEM ANTES DO PA POR MESORREGIÃO. .....	29
FIGURA 7 - ATIVIDADE OU OCUPAÇÃO ANTERIOR AO INGRESSO AO PA POR SEXO. F = FEMININO; M = MASCULINO.....	31
FIGURA 8 – TIPO DE PROPRIEDADE ONDE TRABALHAVAM OS ATUAIS ASSENTADOS DA VILA CABANAGEM. ....	31
FIGURA 9 - FORO PAGO PELOS ASSENTADOS PARA FAZENDEIRO ANTES DO INGRESSO NO PA. ...	32
FIGURA 10 - VÍNCULO INICIAL DOS ASSENTADOS COM O MOVIMENTO. ....	32
FIGURA 11 - MOTIVO DE INGRESSO DOS ASSENTADOS AO MOVIMENTO.....	33
FIGURA 12 - PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO DE OCUPAÇÕES DA COMUNIDADE DA VILA CABANAGEM. .....	33
FIGURA 13 - PERIODICIDADE DE REUNIÕES DOS NÚCLEOS DE BASE DO PA CRISTINA ALVES....	42
FIGURA 14 – FESTA DE ANIVERSARIO VII DO PA CRISTINA ALVES. JULHO 25 DE 2014. ....	<b>ERRO!</b>
<b>INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>	
FIGURA 15 – FESTA DE ANIVERSARIO VII DO PA CRISTINA ALVES. JULHO 25 DE 2014. ....	46
FIGURA 16 - PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA REGIONAL DOS ASSENTADOS DO PA CRISTINA ALVES. .....	47
FIGURA 17 – FINALIDADE DA COOPERATIVA SEGUNDO OS ASSENTADOS.....	48
FIGURA 18 – ROÇA NA VILA 17 DE ABRIL COM MANDIOCA. JULHO 25 DE 2014. ....	50
FIGURA 19 – QUEIMA DE UMA ROÇA NA VILA 17 DE ABRIL. JULHO 25 DE 2014.....	51
FIGURA 20 – MANDIOCA NUMA ROÇA DO PA CRISTINA ALVES.....	52
FIGURA 21 – PRODUTIVIDADE MÉDIA DE FARINHA DE MANDIOCA POR LINHA DE ROÇA .....	55
FIGURA 22 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ROÇAS ENTRE OS ASSENTADOS NO PA CRISTINA ALVES. .....	57
FIGURA 23 – ÁREA DAS ROÇAS. ....	57
FIGURA 24 – QUINTAL DO PA CRISTINA ALVES .....	60
FIGURA 25 – QUINTAL DO PA CRISTINA ALVES. ....	60
FIGURA 26 - PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE PRODUÇÃO COLETIVOS. ....	62

FIGURA 27 - FONTES DE RENDA AGRÍCOLA PARA COMERCIALIZAÇÃO. ....	65
FIGURA 28 – RENDA EXTRA-AGRÍCOLA. ....	66
FIGURA 29 – PRINCIPAIS COMPRAS DOS ASSENTADOS.....	67
FIGURA 30 – EFEITOS E PROBLEMÁTICAS CAUSADAS PELAS QUEIMADAS NO PA .....	70
FIGURA 31 – PERSPECTIVA SOBRE A AGROECOLOGIA DOS ASSENTADOS DO PA .....	71
FIGURA 32 – MUDANÇA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS ASSENTADOS. ....	74
FIGURA 33 – ASPECTOS QUALITATIVOS DAS CONDIÇÕES DE MELHORIA DA VIDA DOS ASSENTADOS.	74
FIGURA 34 – PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO PA. ....	76
FIGURA 35 – PERSPECTIVA DOS ASSENTADOS SOBRE A DIVISÃO DE LOTES NO PA .....	78
FIGURA 36 – ESFERA DO SONHO DO ASSENTADOS DO PA CRISTINA ALVES .....	78
FIGURA 37 – PRINCIPAIS PROBLEMAS DO PA CRISTINA ALVES SEGUNDO OS ASSENTADOS. ....	79



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST .....	22
QUADRO 2 – CLASSES DE DECLIVIDADE DA ÁREA DO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES, ITAPECURU MIRIM/MA .....	24
QUADRO 3 - DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DO PA CRISTINA ALVES, ITAPECURU MIRIM/MA, SEGUNDO O QUADRO DE USO E OCUPAÇÃO DOS SOLOS.....	25
QUADRO 4- CRONOLOGIA DO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA (VILA CABANAGEM) .....	37
QUADRO 5 – NOME DOS NÚCLEOS DE FAMÍLIAS DO PA CRISTINA ALVES, POR AGROVILA.....	41
QUADRO 6- COMPARAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS EM ALVENARIA DOS PA'S CONCEIÇÃO ROSA E CRISTINA ALVES.....	44
QUADRO 7 - DATAS PARA AS PRIMEIRAS ATIVIDADES DA ROÇA.....	51
QUADRO 8 – ÉPOCAS DE COLHEITA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ROÇA.....	54
QUADRO 9 – ATIVIDADES E QUANTIDADE DE TRABALHO EMPREGADO PARA UMA LINHA DE ROÇA DE MATO GROSSO.....	55
QUADRO 10– QUANTIDADE DE ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS DE UM QUINTAL DO PA CRISTINA ALVES.....	60
QUADRO 11 – ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS CULTIVADOS NO QUINTAL DE PA CRISTINA ALVES.	60
QUADRO 12 – RELAÇÃO DOS PRODUTOS PARA VENDA E OS PREÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO 2013 -2014. .....	65
QUADRO 13 – BENEFÍCIOS E BOLSAS RECEBIDOS PELOS ASSENTADOS. ....	67
QUADRO 14- CONTRATAÇÃO, FORMA DE PAGAMENTO DE MÃO DE OBRA E TROCA DE DIÁRIAS NO PA. .....	68
QUADRO 15 – INTENSIDADE E LOCAL DE VENDA DE MÃO DE OBRA DOS ASSENTADOS DO PA....	68

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	12
2.	REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1	SOBRE A AGROECOLOGIA.....	15
2.1.1	Diferentes concepções de agroecologia.....	15
2.1.2	Mudança nas bases epistemológicas da ciência.....	16
2.1.3	O caráter de inovação e renovação .....	16
2.1.4	Componente pluriepistemológico e transdisciplinar.....	17
2.1.5	O componente sociocultural .....	17
2.1.6	A participação da população e a pesquisa participativa.....	18
2.1.7	Noção de desenvolvimento e sustentabilidade .....	18
2.1.8	O papel do endógeno .....	19
2.2	O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST.....	19
2.2.1	MST - história, origens e práticas sociais .....	20
2.2.2	MST e agroecologia.....	20
2.2.3	Estrutura organizativa do MST.....	21
3.	MATERIAL E MÉTODOS .....	24
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO .....	24
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: ASSENTAMENTO RURAL CRISTINA ALVES .....	24
3.3	MÉTODOS E ETAPAS.....	25
3.3.1	Análise de dados .....	26
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	27
4.1	ORIGEM DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA CRISTINA ALVES.....	27
4.1.1	O processo de formação e de lutas da comunidade da Vila Cabanagem.....	27
4.1.2	O início da luta na terra: criação do PA, infraestrutura, agricultura e direitos. ....	38
4.2	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA NO ASSENTAMENTO .....	40
4.3	A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES .....	50
4.4	ECONOMIA E TRABALHO.....	64
4.4.1	Aspectos econômicos.....	64
4.4.2	Trabalho e mão de obra .....	68
4.5	CONHECIMENTOS POPULARES EM AGRICULTURA, AMBIENTE E AGROECOLOGIA 69	
4.5.1	Conhecimentos em agricultura .....	69
4.5.2	Ambiente.....	69
4.5.3	Agroecologia.....	71

4.5.4	Análise do estado da agroecologia no PA Cristina Alves.....	72
4.6	PERCEPÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOCULTURAIS NO ASSENTAMENTO E PROJETOS DE VIDA	74
4.6.1	Mudanças na vida dos assentados após a chegada ao Assentamento .....	74
4.6.2	Qualidade de vida .....	76
4.6.3	Projetos de vida: a esfera do Sonho no contexto da divisão de lotes no PA Cristina Alves.....	77
4.6.4	Considerações sobre as problemáticas do PA.....	79
5.	CONCLUSÕES .....	80
	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	83

## 1. INTRODUÇÃO

A situação atual do contexto rural no Brasil apresenta um dos maiores níveis de concentração da terra. Nos últimos anos, as medidas adotadas pelos diversos governos, agravadas pela influência do setor organizado associado ao capital financeiro internacional e aos grandes latifundiários, têm dificultado a implantação de Política Pública para permitir a desconcentração da terra mediante um processo de Reforma Agrária.

Diante dessa situação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST<sup>1</sup> tem se destacado como uma importante força social coletiva no Brasil, que procura defender os direitos e interesses dos diversos menos favorecidos da sociedade, ante os interesses do capital multinacional e as oligarquias latifundiárias que concentram grandes extensões de terra em poucas mãos, gerando graves problemas sociais, económicos, ambientais e políticos.

A luta do MST é por uma Reforma Agrária que se define como “Popular<sup>2</sup>”, as práticas que o caracterizam não ficam somente no plano da crítica, mas aprofunda no plano propositivo-construtivo com a formulação e implementação de alternativas dentro dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária - PA's<sup>3</sup> a ele vinculados. Nos assentamentos do MST se desenvolvem diversas práticas, divididas em vários Setores<sup>4</sup>, orientadas à formação das pessoas que participam nos processos de desenvolvimento das comunidades com base nas condições e recursos que dispõe cada lugar.

A partir do ano 1995 e como resultado da articulação do MST à Via Campesina<sup>5</sup>, o Movimento Sem Terra adoptou a agroecologia como modelo produtivo alternativo de resposta ao modelo da agricultura industrial ou convencional<sup>6</sup>. A agroecologia é considerada como uma ciência em construção, associada com a emergência de um novo paradigma científico, integrador dos elementos do antigo paradigma ainda dominante (positivista-reducionista com os conhecimentos tradicionais da agricultura de carácter familiar. Esta proposta está sendo utilizada pelo MST como ferramenta de contestação e é considerada como uma “bandeira de luta” que o Movimento pretende que permeie em todas as instâncias organizativas e se estabeleça como a referência para um modelo

---

<sup>1</sup> A partir de aqui, neste documento, seguindo a prática utilizada por diversos autores (CARTER, 2010; FERNANDES, 2010; BERNAT, 2012, e outros) utilizar-se-á indistintamente as palavras ‘Movimento’ (com eme maiúscula), ‘MST’, ‘Movimento dos Sem Terra’ para referirmos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A palavra ‘movimento’ com minúscula, será utilizada quando referindo o genérico dos movimentos sócias.

<sup>2</sup> Termo utilizado pelo MST para referir-se à sua proposta de Reforma Agrária que se diferencia da proposta governamental (MST, 2013).

<sup>3</sup> Terminologia utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil – INCRA. Neste documento se utilizarão indistintamente os termos: Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, PA ou assentamento rural.

<sup>4</sup> Entendem-se os Setores como instancias de organização dentro da nova organicidade do MST. Os setores são sete: Formação, Educação, Saúde, Frente de Massas, Comunicação, Gênero e Produção, Cooperação e Meio Ambiente (BERNAT, 2012, P. 148). Este item será ampliado no segundo capítulo dos resultados deste trabalho.

<sup>5</sup> A Via Campesina é um movimento camponês internacional que agrupa e articula as lutas que implementam as organizações e movimentos sociais que se opõem ao avanço das relações capitalistas na agricultura.

de desenvolvimento sustentável baseado no manejo ecológico dos recursos naturais, no respeito à cultura e tradições locais e, que tenha consonância com o enfoque territorial - endógeno que reconhece a importância da participação das comunidades e, finalmente, que esteja comprometido com as lutas populares pelas transformações sociais na busca da dignidade e da justiça social.

O PA Cristina Alves é um assentamento do Instituto Nacional de Reforma Agrária-INCRA inserido ao MST, criado no ano de 2007 e localizado no município de Itapecuru Mirim, pertencente à Microrregião homônima (Mesorregião Norte Maranhense). Na atualidade o PA Cristina Alves se encontra num processo de organização e fortalecimento dos seus diversos Setores organizativos. Quanto ao manejo dos recursos naturais e sistemas de produção agropecuários, se realizam diversas práticas, tanto convencionais (não sustentáveis, que degradam os recursos naturais e dependentes de insumos externos) como agroecológicas (de conservação dos recursos, soberania alimentar e inclusão social).

O PA Cristina Alves, exibe uma rica diversidade de ambientes e paisagens com níveis variados de conservação e degradação e com amplo potencial de aproveitamento dos recursos vegetais, animais e do agroextrativismo. Como parte do MST, a perspectiva de desenvolvimento assumida pela comunidade deste PA, está orientada à consolidação de um processo/ruptura que permita a conversão/transformação ao paradigma agroecológico. Entende-se assim que, o assentamento Cristina Alves, segue os princípios da agroecologia e conta com o potencial natural e humano para percorrê-lo com sucesso. Isto indica que é possível conseguir um estado de desenvolvimento endógeno dentro dos princípios do Movimento, da agroecologia e da cultura da comunidade do território.

No entanto, entende-se que essa transformação não acontece rapidamente, mas é um processo gradativo que pode ter uma duração de vários anos. Para o PA Cristina Alves em particular, apresentam-se diversas dificuldades e obstáculos que a sua comunidade, junto com as lideranças e dirigentes do Movimento, deve superar para alcançar o nível de manejo agroecológico autossustentável; atualmente encontra-se um modelo de manejo dos agroecossistemas com práticas produtivas inadequadas como: uso de insumos de síntese química, baixa eficiência do uso de insumos locais, baixa pluriatividade da agricultura e condições de degradação dos recursos naturais, especialmente o solo. Inexistem estudos que permitam a identificação da situação atual do PA em diferentes níveis (sócio-cultural, econômico, ambiental, etc.); desconhece-se o nível de conscientização da população para o seu envolvimento efetivo no processo de transformação para a agroecologia e, os vínculos e parcerias com instituições de pesquisa e extensão rural ainda são incipientes.

Este estudo teve como objetivos a realização de um diagnóstico analítico que permitisse a compreensão do contexto geral (sociocultural, econômico, ambiental, etc.) em que se insere o PA Cristina Alves, e identificar as suas condições atuais internas e externas, de modo a contribuir na

construção participativa de desenhos e redesenhos de sistemas agroecológicos voltados para a produção de alimentos, geração de renda e produção e reprodução sociocultural das famílias. Pretende-se, assim, compreender o processo de transformação no contexto da agroecologia no MST do Maranhão por meio do estudo de caso do PA Cristina Alves.

O estudo se baseou nos princípios da Pesquisa Participativa, e tem a pretensão de cumprir uma função dupla: gerar uma contribuição no desenvolvimento científico, assim como conhecer o trabalho que vem desenvolvendo o MST e particularmente a comunidade do PA Cristina Alves, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e o uso sustentável e a preservação dos recursos naturais do território.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 SOBRE A AGROECOLOGIA

“Como a vida, a agricultura ecológica leva dentro de si o par de complementares que são a essência daquela: mente (ciência objetiva, tecnologia) e coração (ética, espiritualidade)” (BONILLA, 1992).

“Para tratar de resolver cualquier tipo de problema hay que empezar por conocer las causas que lo han provocado. Hacer un buen diagnóstico de los males que aquejan a un paciente es el primer paso para sanarlo... igualmente ocurre en el campo económico” (NAVARRO et al., 2011).

A agroecologia é um termo que ainda apresenta polêmica e controvérsia na sua conceituação, em face do conhecimento envolvido e a forma de abordagem dos problemas, que são de natureza multi, inter e mesmo transdisciplinar. Não há um consenso sobre o seu significado, abrangência e limites teóricos ou práticos, existe uma variedade de interpretações dos autores ou das comunidades que a teorizam e/ou a praticam.

Observa-se que a agroecologia tem sido reconhecida como ciência emergente, novo marco conceitual científico e de desenvolvimento, ciência em construção, com características transdisciplinares, entre outras. Em que pese às diferenças encontradas, os autores concordam em aspectos como a importância dos elementos socioculturais, éticos, políticos, ambientais e econômicos.

#### 2.1.1 Diferentes concepções de agroecologia

As primeiras aproximações na conceptualização da agroecologia se apresentaram como contribuições que a ciência da ecologia poderia fazer sobre o enfoque agronômico de produção de alimentos para diminuir os impactos ambientais que estava gerando a agronomia convencional. Segundo Valadão (2012) e Feiden (2005), a partir de finais da década de 1970, que o conceito de agroecologia passou a ter outra conotação além do vínculo entre agronomia e ecologia.

Aparecem assim autores como Gliessman e Altieri considerados principais representantes da corrente norte-americana da agroecologia (VALADÃO, 2012). Gliessman (2002) indica que foi iniciando a década de 1980 que a agroecologia emerge como uma “disciplina diferente e única” que permite estudar os agroecossistemas (GLIESSMAN, 2002 p. 14). Altieri (1999, 2012) menciona a agroecologia como as bases científicas para uma agricultura ecológica.

Por outra parte Carroll et al. (1990) consideram a agroecologia como “ciência emergente”. Entretanto, Jesus (2005 p. 42) faz referência da agroecologia, como novo marco conceitual científico e de desenvolvimento.

Como se evidencia até aqui, os autores explicam a agroecologia de diferentes formas e em diferentes termos. No entanto, as aparentes diferenças conceituais, aparecem alguns pontos em que existe maior consenso. Isto permite fazer entender a agroecologia como algo que está emergindo,

inovando, marcada por aspectos sócio culturais, éticos e políticos, além dos ambientais e econômicos.

### **2.1.2 Mudança nas bases epistemológicas da ciência**

“O edifício da ciência moderna foi levantado sobre uma série de axiomas cuja verdade só pode ser aceita numa base de fé” (SCHWARTZ, 1974, citado por BONILLA 1992).

A revisão das *bases epistemológicas* da ciência moderna-convencional se estabelece na discussão sobre aspectos como a unilateralidade e fragmentação do conhecimento e o diálogo limitado entre diferentes disciplinas junto à fragmentação dos problemas, incentivando ao surgimento de propostas para superação das consequências sociais e ecológicas e a mudança de paradigmas dentro do processo de evolução científica.

Este enfoque de pesquisa tem conseguido incrementar o rendimento, mas isso acontece em situações agroecologicamente favoráveis (HECHT, 1999). No entanto, o sucesso para superar os problemas de sua tecnologia pode se considerar moderado, pois ainda não conseguiram ver que os problemas são inerentes às premissas filosóficas dos métodos e práticas; por exemplo, ainda não conseguiram escutar o que os agricultores têm a dizer, pois as premissas filosóficas da ciência convencional não outorgam legitimidade às formas de aprendizado e conhecimentos dos agricultores (NORGAARD & SIKOR, 1999).

Trata-se do paradigma que, no processo de evolução científica apresentado por Kuhn (1987), substituiria “o lugar antes ocupado por outro menos avançado ou menos complexo”, isto é, a agricultura industrial ou convencional. “Essenovo paradigma se diferencia por ter uma abordagem holística, não apenas no que concerne às questões ambientais, mas sobretudo às questões humanas” (JESUS, 2005 p.40).

### **2.1.3 O caráter de inovação e renovação**

Agroecologia traz consigo uma ligação ao novo, uma ideia de mudança profunda e radical, que se insere na raiz dos problemas para procurar soluções reais na sua origem. Esta ideia de inovação tem sido apresentada por autores em repetidas situações, agroecologia se cria e recria, adaptando-se às condições particulares do espaço e do tempo e, sobretudo, às pessoas.

Por sua parte, Gliessman (2002 p.14) aponta que a agroecologia “atua como agente de mudança que busca a transformação social e ecológica”. Entretanto Hecht (1999 p.20) declara que “a agroecologia pode ser um desafio normativo às formas como várias disciplinas enfocam os problemas agrícolas”, cujas raízes se encontram nas ciências agrícolas, no movimento do meio ambiente, na ecologia, na análise de agroecossistemas indígenas e nos estudos sobre desenvolvimento rural.



## **2.1.4 Componente pluriepistemológico e transdisciplinar<sup>7</sup>**

Esta compreensão pretende ser resgatada pela agroecologia para desenhar formas de agricultura sustentável mediante a articulação com novas tecnologias agrárias de base ecológica.

### *2.1.4.1 A necessidade de inclusão e convergência de diversas fontes de conhecimento*

A abordagem da agroecologiana perspectiva do paradigma ecológicobusca o estabelecimento de novas formas de relações entre as linhas de produção e sistematização do conhecimento já existente, isto é, entre as disciplinas científicas. Existe um acordo quanto à importância da participação de diversas disciplinas na construção e sistematização do conhecimento agroecológico.

Feiden (2005) considera a agroecologia como uma ciência em construção que tem características transdisciplinares, integrando conhecimentos de outras ciências para criar novos conhecimentos que se encontram além das disciplinas que convergem na agroecologia.

### *2.1.4.2 A postura frente aos conhecimentos tradicionais*

A capacidade e necessidade de incorporar conhecimentos tradicionais, como contribuição indispensável na construção, dos conhecimentos agroecológicos. Jesus (2005 p. 42), citando Altieri et al. (1987) explica que dentro da agroecologia se incorpora diferentes noções relativas aos conhecimentos locais como “o conhecimento indígena e os aspectos culturais, manejo ecológico de pragas, manejo da biodiversidade, aspectos socioeconômicos, educação em agroecologia, etc.”

Guzmán Casado et al. (2000) mencionam que os conhecimentos tradicionais podem ser entendidos em três tipos: Indígena (associado à identidade de um grupo étnico), Camponês (se identifica com um grupo étnico em específico) e Local (quando o conhecimento tradicional, caso esteja presente, se encontra marginalizado). Sem importar o tipo, a agroecologia pretende resgatar a identidade associada a estes conhecimentos incorporando os avanços científicos atuais, para desenhar formas de agricultura sustentável e produzir alimentos limpos a um nível de escala humana (MACHADO; MACHADO, 2014).

## **2.1.5 O componente sociocultural**

Na revisão da teoria sobre a agroecologia é frequente encontrar uma tendência de estabelecer compromissos da ciência com a sociedade, a natureza e a cultura assumidos desde a postura da ética e o respeito. Isso permite entender por que a agroecologia tem sido amplamente aceita nas comunidades e movimentos sociais de resistência ao modelo desenvolvimentista do capitalismo e da agricultura industrial.

Guzmán Casado et al. (2000, p. 86) reportam que “num sentido amplo, a agroecologia possui uma dimensão integral, na qual as variáveis sociais ocupam um papel relevante”. Pois,

---

<sup>7</sup> SEVILLA GUZMÁN et al. (2003 p. 28)

mesmo que “partindo da dimensão técnica [...] e tendo seu primeiro nível de análise na propriedade agrária, é a partir daí que se pretende compreender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política e da economia provoca nos agricultores” (SEVILLA GUZMÁN, 2005 p.103-104).

O aspecto relevante da conservação que a agroecologia propõe não se restringe só à conservação da diversidade biológica, vai além e estabelece que não é possível esse tipo de conservação sem uma outra na que ela esta baseada com igual ou maior importância: a diversidade sociocultural. Propõe-se então a reivindicação do conceito de “Identidade” (desenvolvida na interação histórica da diversidade social e ecológica vinculada a um “pedaço de natureza”) para transmitir a necessidade de sua preservação como legado às gerações futuras (GUZMÁN CASADO et al., 2000).

### **2.1.6 A participação da população e a pesquisa participativa**

Na agroecologia *participação da população* e a *pesquisa participativa* aparecem como ferramentas de apoio nos processos sociais de auto-gestão e desenvolvimento local. A importância que têm os integrantes das comunidades na criação ou recriação de tecnologias adaptadas e formas de organização sustentáveis permite compreender o valor da participação popular na pesquisa e na construção de conhecimento que posteriormente levará à tomada de decisões (JESUS, 2005). O debate proposto por autores como SEVILLA GUZMÁN (2005) apelam por um maior envolvimento do pesquisador na realidade de estudo, sendo que a participação deveria acontecer nos dois níveis: tanto da população no desenvolvimento das pesquisas, quanto dos pesquisadores nos processos de luta social das comunidades.

Segundo Sevilla Guzmán (2005) “as novas propostas produtivas, em sua dimensão de desenvolvimento social, requerem uma pesquisa/ação participativa que destrua a natureza de objeto estudado normalmente atribuída aos produtores” (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 104-105).

Dos Santos (2006) indica que embora hoje é muito discutida a importância da pesquisa participativa e envolvimento da comunidade, ainda há limitações, em parte pela inexistência de programas dirigidos à formação de profissionais dentro da perspectiva da pesquisa participativa, em parte pela in experiência dos próprios pesquisadores.

### **2.1.7 Noção de desenvolvimento e sustentabilidade**

Na teorização da agroecologia autores como Guzmán Casado et al. (2000) e Sevilla Guzmán (2005) pretendem resgatar a legitimidade dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável das mãos do que pode se denominar como articulação transnacional dos capitais, através dos seus organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial-BM,

Organização Mundial do Comércio- OMC) que, com suas políticas institucionais de modernização, a partir de 1980, tentaram impor falsos discursos e conceitos ecologistas sobre a questão ambiental e a sustentabilidade.

Aqui a agroecologia é resgatada como desenvolvimento sustentável: “a elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada” (SEVILLA GUZMÁN, 2005 p. 104).

Alguns dos aspectos da sustentabilidade enunciados Guzmán Casado et al. (2000 p. 144) e Sevilla Guzmán, (2005 p.127-128) são: ruptura das formas de dependência, uso de recursos que permitem que os ciclos de materiais e de energia os mais fechados possíveis no agroecossistema, não alteração substantiva do ambiente quando tais mudanças, estabelecimento dos mecanismos bióticos de regeneração dos materiais deteriorados, valorização, regeneração ou criação de conhecimentos locais, estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias e, valorização da biodiversidade (biológica e sociocultural).

### **2.1.8 O papel do endógeno**

O esclarecimento teórico do conceito *endógeno* dá sentido e coerência à definição de sustentabilidade na perspectiva da agroecologia. Entende-se o endógeno, etimologicamente como “nascido desde dentro”, mas com a capacidade de incorporar a mudança social e inovação tecnológica dentro dos sistemas tradicionais de manejo de recursos naturais que tem provado ser sustentáveis (SEVILLA GUZMÁN, 2005).

Desta forma, o endógeno se refere a aquilo que toma o que vem de fora, por meio da adaptação a sua lógica etnoecológica de funcionamento. Assim o externo é incorporado ao endógeno, sempre que exista o respeito das identidades locais e, como parte delas, as auto definições de qualidade de vida que cada uma das comunidades faz. A agroecologia procura ativar o potencial endógeno “gerando processos que deem lugar a novas respostas ou façam brotar as velhas (se estas forem sustentáveis)” (GUZMÁN CASADO et al., 2000 p. 146-147).

## **2.2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST**

Resulta importante abordar alguns aspectos importantes no contexto deste trabalho, entanto que este acontecerá no coração de um fenômeno que desde sua origem foi concebido como movimento social: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Gohn (1997) citado por Goss e Prudencio (2004, p.78) define os movimentos sociais, como “ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil”. Neste conceito tem uma destacada relevância a questão da criação de identidades a partir das ações realizadas pelos atores em espaços coletivos

não institucionalizados. Para Scherer-Warren (1987) os movimentos sociais são organizações de indivíduos com reivindicações e ideais semelhantes que procuram reflexões e ações coletivas, com objetivo de gerar benefícios comuns, solucionar problemas e necessidades. De forma geral eles acontecem em situações de conflito e mudança.

### **2.2.1 MST - história, origens e práticas sociais**

O MST tem sido reconhecido como uma organização de caráter político, com grande influência nas mudanças políticas, econômica e sociais do Brasil. Com 30 anos de existência, é considerado um dos mais organizados movimentos camponeses em escala mundial (MST, 2013, BURGOS, 2010, FERNANDES, 2010) e tem se constituindo numa força social capaz de movimentar grandes massas em prol dos seus objetivos (COMPARATO, 2001; CARTER, 2010).

Desde as suas primeiras lutas como organização formal, o MST se empenhou na construção da nova Constituição (aprovada em 1988). Diversas conquistas têm sido alcançadas pelo agir do Movimento: os artigos 184 e 186 que garantem a desapropriação das terras que não cumpram sua função social, múltiplas associações e cooperativas de produção de alimentos limpos, agroindústrias, escolas públicas e cursos de graduação para crianças, adolescentes e adultos Sem Terra (MST, 2013).

O ano de 1995 seria decisivo para o Movimento, alguns eventos acontecidos criariam mudanças de considerável importância na forma de agir do mesmo. No III Congresso Nacional do MST realizado em Brasília a questão da sustentabilidade passou a formar parte da pauta do Movimento. E mais tarde, no mesmo ano, o MST se vincula com a Via Campesina<sup>8</sup> (BORGES, 2010), somando-se assim, a um processo global de resistência que “congrega os movimentos camponeses de todo mundo em torno da Reforma Agrária e da soberania alimentar” (MST, 2013):

O agir do Movimento tomaria outros rumos, renovando-se, inserindo-se dentro de uma realidade em constante mudança, adaptando-se com particular flexibilidade frente aos novos cenários das questões sócio-culturais, políticas e econômicas do século XXI.

### **2.2.2 MST e agroecologia**

Antes da articulação do MST com a Via Campesina em 1995, já tinham acontecido aproximações às formas de agricultura alternativa que precederam a agroecologia. Nos inícios do Movimento, na década de 1980, se estabeleceu o projeto de cooperação agrícola baseado na forma de cooperativas como ferramenta de organização do trabalho e de produção. Houve assim, a adoção do modelo de produção convencional com técnicas da revolução verde (produção em larga escala,

---

<sup>8</sup>A Via Campesina “agrupa milhões de camponeses e camponesas do mundo todo..., defende a agricultura sustentável a pequena escala... para promover a justiça social e a dignidade, se opõe aos agronegócios e as multinacionais que estão destruindo os povos e a natureza” (VIA CAMPESINA, 2013).

culturas para exportação, mecanização, uso agrotóxicos e pacotes tecnológicos, especialização de tarefas), procurando a inserção nas lógicas do mercado competitivo, com ênfase predominantemente econômica, orientado nos princípios das lógicas capitalistas de produção (CORREIA, 2007)<sup>9</sup>.

Segundo Borges (2010) esta prática teria sido estabelecida sobre uma base teórica (com forte influência da análise marxista de Karl Kautsky), a “teoria da organização do campo” elaborada por Clodomir de Moraes. As contradições da aplicação desse modelo de agricultura no interior dos assentamentos (oposição à cultura tradicional, dependência, perda da identidade camponesa, poluição), levariam ao seu esgotamento em meados da década de 1990.

Apartir do IV Congresso Nacional, realizado em Brasília no ano 2000, o MST começa a se organizar para incorporar na prática os princípios da agroecologia na procura de um tipo de desenvolvimento rural local. Assim, aparece o vínculo entre o MST e a agroecologia, na procura de soluções aos problemas causados pela adoção do modelo convencional de produção agrícola (CORREIA, 2007).

A partir de esse momento inicia uma etapa de consolidação da base científico-tecnológica da agroecologia, que procura demonstrar que existem outras formas de modernização, respeitadas com a natureza e a cultura, mediante práticas que permitam um desenvolvimento focado na sustentabilidade, incorporando a dimensão sociocultural e ambiental, além da econômica.

A postura do discurso agroecológico destaca e exalta os valores inerentes dos camponeses nas suas formas tradicionais de se relacionar com a terra e suas formas de vida cotidiana como autênticas formas de resistência, necessárias de ser protegidas pelas características relativas à preservação da epistemologia conservacionista dos recursos naturais inserida nas matrizes socioculturais a que correspondem (SEVILLA GUZMÁN, 2005); também se encontra profundamente vinculado à realidade interna dos assentamentos rurais do MST.

Além do contexto concreto, se pode observar que esta parceria estabelecida entre o MST, como movimento social em luta pela Reforma Agrária e transformações profundas na sociedade, e a agroecologia, como ciência integradora e paradigma emergente com fortes elementos políticos e sociais, estimula os processos de transformação desejados e fortalece seu avanço e consolidação.

Assim, aparece outra aproximação conceitual da agroecologia resultado da apropriação realizada pelo MST: agroecologia “ [...] é uma ciência e uma prática social que desenvolve formas de produzir a agricultura sem destruir a natureza ” (JST, 2007 citado por BORGES, 2010).

### **2.2.3 Estrutura organizativa do MST**

---

<sup>9</sup> Para uma revisão mais aprofundada sobre as etapas da agroecologia no MST ver o capítulo: “La Trayectoria del MST y la Agroecología” (CORREIA, 2007, p 26 -50).

Segundo Fernandes (2010, p.184)“a estrutura organizativa do MST é múltipla, plural e híbrida. Tem caráter formal e informal e foi constituída como novas e antigas formas de organização”, e tem capacidade de desenvolver diversos trabalhos de tipo político, social, cultural, econômico, ambiental.

O autor diferencia quatro momentos na formação do MST, que se evidenciam a partir das mudanças na sua organização:

“O primeiro período é a gestação (1979-1984). Esse período, que precede a formação oficial do Movimento, é fundamental para compreender as bases de seu processo de formação. O segundo período é o de consolidação (1985-1989), que se caracteriza pela ampliação das ações do movimento em escala nacional, por meio de seu estabelecimento em todas as regiões do país e a configuração de sua estrutura organizativa. O terceiro período é de institucionalização (1990 até o presente). Nesse tempo, o MST se torna o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente [...] O quarto momento [...] inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e fortalecimento da Via Campesina” (Fernandes, 2010. P.163).

Seriano terceiro momento (de Institucionalização), que se configura a estrutura organizativa do Movimento. Essa estrutura (quadro 1) estaria formada de três partes interativas: 1) instâncias de representação; 2) setores de atividades e 3) organizações com registro público. As duas primeiras partes são formas de organização do Movimento, já “a terceira parte [...] (corresponde à) forma tradicional das instituições de caráter legal, com registro em cartório público” (FERNANDES, 2010, p.182).

As instâncias de representação política compreendem os núcleos, coordenações, direções, encontros e congressos, onde são escolhidos seus representantes. Os setores de atividades estão associados às secretarias, setores e coletivos, com funções administrativas e executivas“transversais à estrutura organizativa do Movimento”. É essa estrutura de organização do Movimento que tem levado a ser considerado como o movimento social melhor organizado da América Latina (FERNANDES, 2010, p.182-184).

Quadro 1 - Estrutura organizativa do MST

<p><b>Instâncias de representação</b>  Congresso Nacional  Encontro Nacional  Coordenação Nacional  Direção Nacional  Encontro Estadual  Coordenação Estadual  Direção Estadual  Coordenação Regional  Coordenação de Assentamentos  Coordenação de Acampamentos  Núcleos de Base</p>	<p><b>Setores de Atividades</b>  Secretaria Nacional  Secretarias Estaduais  Secretarias Regionais  Setores do Movimento (Frente de Massa, Formação, Educação, Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Comunicação, Finanças, Projetos, Direitos Humanos, Saúde, Gênero)  Coletivos do Movimento (Relações Internacionais, Cultura, Mística)</p>
<p><b>Organizações Convencionais</b>  Associações, Cooperativas, Confederações, Institutos de Formação, Capacitação e Pesquisa.</p>	

Fonte: adaptado de Fernandes (2010).

**A nova Organicidade.** Segundo o estudo realizado por Bernat (2012) a partir de mediados dos anos 90 iniciaram discussões para resolver diversos problemas na organização interna que impediam uma efetiva participação das bases nas diferentes instâncias e poderiam ameaçar a continuidade do Movimento. Essas discussões levariam no começo da década de 2000, a uma forma de estruturação interna e de intervenção na toma de decisões conhecida como Nova Organicidade.

Segundo Bogo (2000) essa Organicidade seria um termo usado pelo Movimento para se referir à relação que deve ter uma parte da organização com as outras partes. Segundo Bernat (2012) a Nova Organicidade inclui uma proposta de estrutura organizativa, um método de trabalho político e um conjunto de mudanças que o MST precisa realizar para avançar como movimento social e se transformar em uma Organização de Massas.

Atualmente o Movimento se encontraria no processo de construção/aplicação da Nova Organicidade, que deveria favorecer a participação das bases, aumentar os dirigentes e democratizar a estrutura para a tomada de decisões (BERNAT, 2012). É importante esclarecer que nem em todos os estados, a implantação da Nova Organicidade está no mesmo nível de aprofundamento, entre outras coisas, pelo processo progressivo que implica a Nova Organicidade precisa para se adaptar às realidades locais, evitando assim ser uma ferramenta de imposição. No caso do estado do Maranhão, por exemplo, esta implantação se encontra num “estágio inicial” (BERNAT, 2014).

**Os Setores organizados** no MST têm um caráter administrativo e executivo e se encarregam da realização de projetos de desenvolvimento em acampamentos e assentamentos. O Quadro 1 (Estrutura Organizativa do MST) indica os principais Setores e Coletivos do Movimento no nível nacional. Segundo Bernat (2012), desde a perspectiva da Nova Organicidade “os Setores realizam uma tripla função: em primeiro lugar, uma labor pedagógica ao conseguir um maior entendimento da própria organicidade por parte das bases Sem Terra; em segundo lugar, amplia a participação das famílias na toma de decisões; e, em terceiro lugar, reforça e caracteriza o papel dos próprios setores (BERNAT, 2012, p.148).

Os Núcleos de Base (NB) são a instância básica de participação dentro do Movimento. São formados por uma média de 10 famílias, com proximidade geográfica, e encontram-se coordenados por um homem e uma mulher. O objetivo de esta instância de organização é a participação ediscussão de problemas locais, planejamento etrabalho relativo tanto ao Assentamento como ao Movimento (BERNAT, 2012; MIRANDA; CUNHA, 2013).

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Projeto de Assentamento Cristina Alves, localizado no município de Itapecuru Mirim – MA, pertencente à Mesorregião Norte Maranhense e à Microrregião do Itapecuru. O município possui uma área de 1.471,43 km<sup>2</sup>, e uma altitude de 35 metros (IBGE, 2011). Delimitado pelas coordenadas geográficas Latitude: -3.39501, Longitude: -44.3601 3° 23' 42" Sul, 44° 21' 36" Oeste. O clima da região corresponde na classificação de Köppen-Geiger ao tipo Aw- Clima tropical quente e úmido com estação chuvosa no verão e seca no inverno (Ver anexo mapa de Localização).

#### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: ASSENTAMENTO RURAL CRISTINA ALVES

O PA Cristina Alves<sup>10</sup>, foi ocupado em 07 de março de 2007 pelo MST, possui uma área de 4.791,13 ha. Localizado na zona rural do município de Itapecuru Mirim, a 12 Km do centro da cidade. Segundo o INCRA (2012), 100% dos solos do assentamento correspondem à categoria Argissolo Vermelho-Amarelo. Na classificação das terras segundo sua capacidade de uso (LEPSCH, 1991): 49,1% encontra-se na classe II (limitações moderadas para uso agrônomo com práticas simples de conservação); 14,6% na Classe III (próprias para lavouras, mas que precisam cuidados especiais para evitar a degradação); já a Classe VII representa 35,48% da área que, tem limitações permanentes para serem usadas em atividades agrícolas ou pecuárias, requerendo cuidados especiais de conservação.

O relevo do assentamento é predominantemente plano (71,18%) e em menor medida suave ondulado (27,4%) como indicado na quadro 2.

Quadro 2 – Classes de declividade da área do Assentamento Cristina Alves, Itapecuru Mirim/MA

Nome da Classe	Declividade %	Área (ha)	% da área total
Plano	0-3	3.410,4	71,18
Suave ondulado	3-8	1.313,0	27,40
Ondulado	8-20	61,27	1,28
Forte ondulado	20-45	6,5	0,14
Total		4791,13	100

Fonte: Adaptado de INCRA (2012).

O PA Cristina Alves se encontra localizado dentro da bacia do rio Itapecuru à margem direita, estando limitado num pequeno trecho de 750 m pelo extremo oeste com este rio. Os outros limites do Assentamento são com comunidades de agricultores, assentamentos rurais e, principalmente, latifúndios. Quanto ao uso atual do solo, o quadro 3 indica a distribuição das áreas. A área de Reserva Legal<sup>11</sup> do Assentamento corresponde a 35% da área total, devido o PA

<sup>10</sup> Criado através da Portaria INCRA /SR-12/N.º 014/2006 de 06.05.2006.

<sup>11</sup> Reserva Legal: “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a



encontrar-se ao oeste do meridiano 44°, nos limites do bioma cerrado. Segundo INCRA (2012) esta área tem diversos estados de conservação e regeneração.

Quadro 3- Delimitação das Áreas do PA Cristina Alves, Itapecuru Mirim/MA, segundo o quadro de Uso e Ocupação dos solos.

Distribuição das Áreas	Área (ha)	Porcentagem (%)
Reserva Legal	1.699,99	35,48 %
Área de Preservação Permanente <sup>12</sup>	111,89	2,34 %
Área em pousio*	2.864,56	59,79 %
Área de roça*	95,54	1,99 %
Benfeitorias –Estradas	8,77	0,18 %
Benfeitorias – Agrovilas	10,38	0,22 %
Total	4.791,13	100,00 %

\* Áreas a serem utilizadas com atividades agropecuárias ou produtivas

Fonte: Adaptado do INCRA (2012)

Os cursos de água que percorrem o PA Cristina Alves, são os seguintes: Rio Itapecuru (no extremo oeste) e os igarapés Riachão e Quebra, sendo o último é intermitente e seca no verão. Em relação às condições climáticas, tem temperaturas elevadas no segundo semestre do ano (média de 34° C), e baixam a partir de dezembro até o primeiro semestre do ano (25°C). A umidade relativa da região é 77% em média, sendo os extremos em março (até de 88%) e setembro (até 64%). Precipitação revela que as chuvas acontecem entre outubro e maio, sendo o período janeiro – abril o mais chuvoso.

Baseado em Thornthwaite (1948), o Assentamento foi catalogado como C2WAá – Clima Sub úmido do tipo (C2) com moderada deficiência de água no verão; megatérmico (A’), quer dizer, temperatura média mensal superior a 18° C; e evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano, inferior a 48% em relação à evapotranspiração anual (a’’) (INCRA, 2012).

O PA encontra-se localizado numa área de transição ecológica que envolve características de Floresta Estacional e Cerrado (Savana), e secundariamente Floresta de Cocais. Esta situação permite a ocorrência de uma grande diversidade de fauna e flora. No entanto encontram-se no PA áreas baixo ação antrópica ou fragmentos de Savana e Floresta Estacional em regeneração, o que incide sobre o tipo de espécies vegetais e animais encontradas no Assentamento (INCRA, 2012).

### 3.3 MÉTODOS E ETAPAS

A Pesquisa Participativa. Este estudo se apresenta dentro do contexto das propostas da Pesquisa/ação Participativa. Entende-se a participação da população na construção do conhecimento científico, mas também dos pesquisadores nos processos sociais e políticos associados às comunidades pesquisadas. A pesquisa foi levada na pretensão de colocar o conhecimento dos pesquisadores em igualdade ao conhecimento local dos produtores (GUZMÁN CASADO et al., 2000; SEVILLA GUZMÁN, 2005).

---

conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa” (BRASIL, 2012).

<sup>12</sup> Área de Preservação Permanente - APP: “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012).

Coleta de dados: Observação Participante, Entrevistas semi estruturadas. A informação recolhida foi obtida a partir do trabalho de campo consistente em observações do cotidiano dos assentados no período denominado Observação Participante, que envolveu diálogos informais, participação em reuniões do Setor de Produção, a Coordenação do Assentamento, Assembleia Geral, e Entrevistas Semiestruturadas realizadas com 34 famílias, agrupadas em duas categorias: dirigentes e militantes do Assentamento, da regional e do estado com ênfase no Setor de Produção (Entrevista tipo 1); famílias assentadas no PA Cristina Alves (Entrevista tipo 2).

A entrevista semi estruturada é uma ferramenta de importância no Diagnóstico Rural Participativo. São guias com perguntas básicas determinadas com anterioridade que permitem criar um espaço de diálogo com o entrevistado (VERDEJO, 2006). Já a Observação Participante é uma metodologia que oferece um olhar do cotidiano da realidade da comunidade e das pessoas. Definida por Guzmán Casado e Alonso Mielgo (2000, p 220) e Guzmán Casado e Sevilla Guzmán (2000, p. 478) como “um método de pesquisa em que o observador se envolve nos processos e eventos que definem a realidade estudada. Supõe a imersão [...] na realidade e uma grande medida de interação com os atores sociais diretos”.

### **3.3.1 Análise de dados**

As variáveis analisadas foram: Origens do Assentamento, as famílias e luta pela terra; Formas de organização; Produção; Economia e Trabalho; Conhecimentos agrícolas, ambiente e agroecologia; e, Percepções de Vida dos assentados e Projetos de Vida. Utilizou-se a ferramenta epistemológica conhecida como História Oral: metodologia que permite utilizar os depoimentos de pessoas que testemunharam acontecimentos dentro de contextos específicos da história contemporânea, bastante difundida a partir da década de 1950 por cientistas das ciências sociais (ALBERTI, 1990; CPDOC, 2014).

Neste caso, pretendeu-se aproximar dos contextos da etnologia e a sociologia rural à interpretação das realidades dos assentados do PA Cristina Alves sobre fatos do passado, mas também das perspectivas presentes e a projeção no futuro, baseados nos depoimentos obtidos a partir das entrevistas. Como indicado por Portelli (2006), as fontes orais permitirão revelar intenções, crenças, pensamentos e imaginários de experiências vividas ou por viver. Embora a fonte oral não seja um dado totalmente preciso, possui informações que outras fontes não podem dar, nesse sentido, torna-se uma ferramenta fundamental para a compreensão do tempo presente, pois através dela é possível também conhecer sonhos, desejos, perspectivas de pessoas correntes cotidianamente ignoradas pelos livros de história.

As entrevistas foram gravadas e analisadas posteriormente de forma rigorosa, ouvindo-as e extraindo os dados de interesse. Foram transcritos os relatos que ofereciam informações destacadas. Os dados foram processados em tabelas dinâmicas de Excel para extrair as gráficas amostradas no

trabalho. Os quadros foram extraídos das informações organizadas do trabalho de campo por observação e desde as entrevistas, ou modificados desde bibliografia.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 ORIGEM DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA CRISTINA ALVES

Dois processos de luta diferentes deram origem às duas agrovilas que conformam o PA Cristina Alves: o primeiro formado por famílias que promoveram ocupações de terra no município de Cantanhede (anexo B, Mapa Regional), cujas famílias habitavam principalmente nos municípios de Miranda do Norte e Matões do Norte, essas famílias passaram a constituir a Vila Cabanagem<sup>13</sup>; o outro grupo de famílias realizou ocupações no município de Itapecuru Mirim, que no final resultaria na base da atual a Vila 17 de Abril<sup>14</sup>.

Houve assim, dois processos separados de luta pela terra, associados ao MST, que no ano de 2007 confluíram na conformação do Assentamento Cristina Alves. Cada processo foi analisado em três seções: a) origens da comunidade; b) inserção no Movimento; c) histórico das ocupações.

#### 4.1.1 O processo de formação e de lutas da comunidade da Vila Cabanagem

##### 4.1.1.1 *Origem da comunidade da Vila Cabanagem*

Na figura 1 pode-se observar a *origem dos assentados da Vila Cabanagem*. Constatou-se 11 municípios como locais de origem, onde a maioria dos assentados indicou o município de Miranda do Norte como sua origem (29%) tendo destaque também os municípios de Itapecuru Mirim (19%) e Barreirinhas (10%).

---

<sup>13</sup> O nome da Vila Cabanagem provem da revolução social acontecida de 1835-1840, na região amazônica conhecida como Grão Pará. Iniciada em Belém, dizimou a população em 30% deixando mais de 30 mil mortos. mestiços, índios e negros foram as principais vítimas, mas também a elite da Amazônia sofreu as consequências. Abarcou um amplo território, de Belém até as proximidades do Brasil central e o litoral nordeste. Considerada uma das grandes revoluções na América (RICCI, 2007).

<sup>14</sup> A Vila 17 de Abril recebeu esse nome pela data de criação do acampamento na primeira ocupação da Fazenda Santa Maria, Itapecuru Mirim, que teria sido programada como homenagem ao dia internacional da luta camponesa decretado pela Via Campesina, que comemora o aniversário do massacre Eldorado dos Carajás/Pará onde a polícia brasileira assassinou 21 Sem Terra. A Via Campesina declarou o 17 de abril “dia mundial de la Lucha Campesina” (VIA CAMPESINA, 2014). “O resultado foi 19 mortos no ato, sem direito a defesa, 65 feridos incapacitados para o trabalho e dois mortos dias depois. O líder Oziel da Silva, com apenas 19 anos, foi preso, algemado e assassinado a coronhadas, na frente dos seus companheiros, enquanto um policial mandava que gritasse ‘Viva o MST’” (STEDILE, 2013).

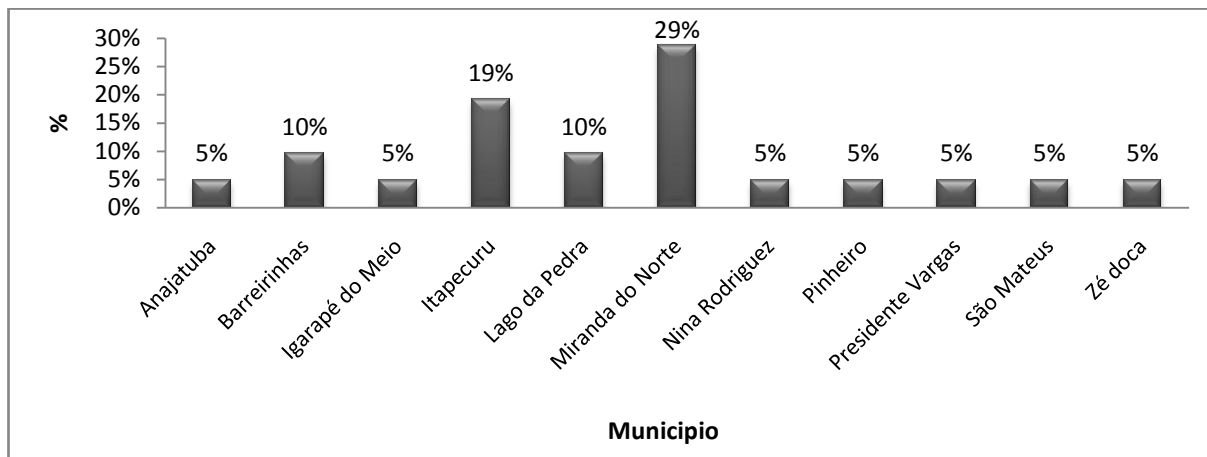


Figura 1 - Origem dos assentados da Vila Cabanagem por município.

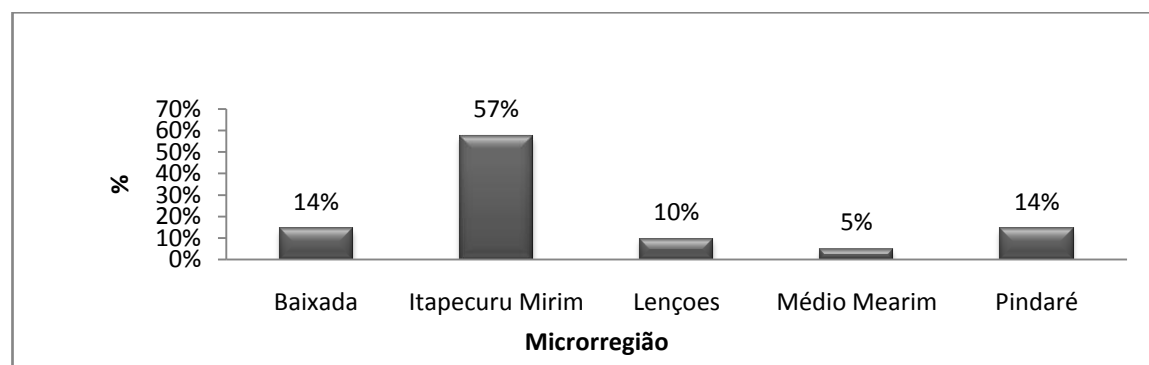


Figura 2- Origem dos assentados da Vila Cabanagem por Microrregião

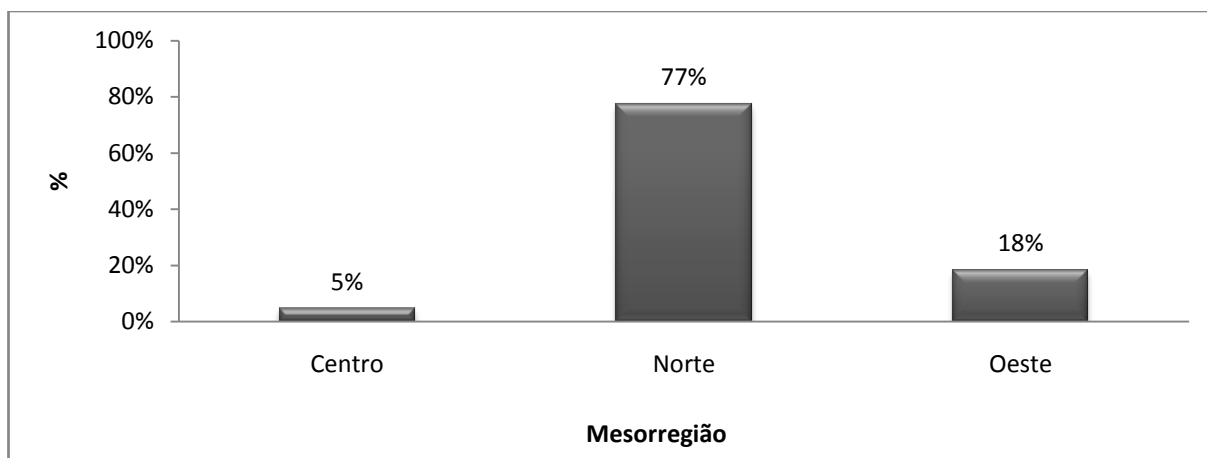


Figura 3- Origem dos assentados da Vila Cabanagem por Mesorregião

Assim, a origem dos assentados da Vila Cabanagem, corresponde principalmente a: a mesorregião Norte Maranhense (77%), microrregião Itapecuru Mirim (57%), municípios Miranda do Norte (29%) e Itapecuru Mirim (19%), que guardam proximidade com o PA.

As figuras 5 e 6 mostram que as microrregiões destacadas são Itapecuru Mirim com 78%, seguido de Imperatriz com 13% (Figura 5), e as mesorregiões são só duas, Norte com 78% e Oeste Maranhense com 22% (Figura 6).

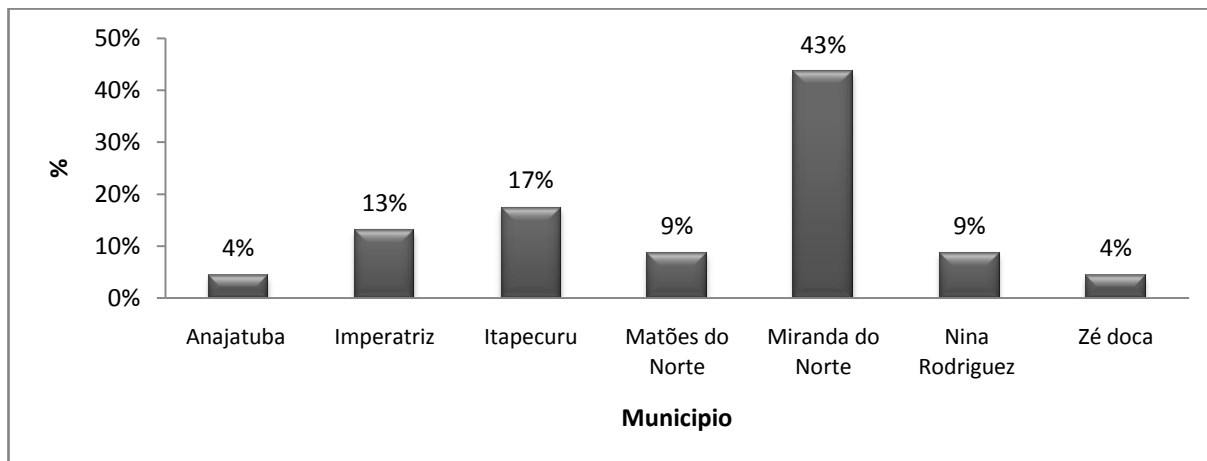


Figura 4- Residência dos assentados da Vila Cabanagem antes do PA por Município

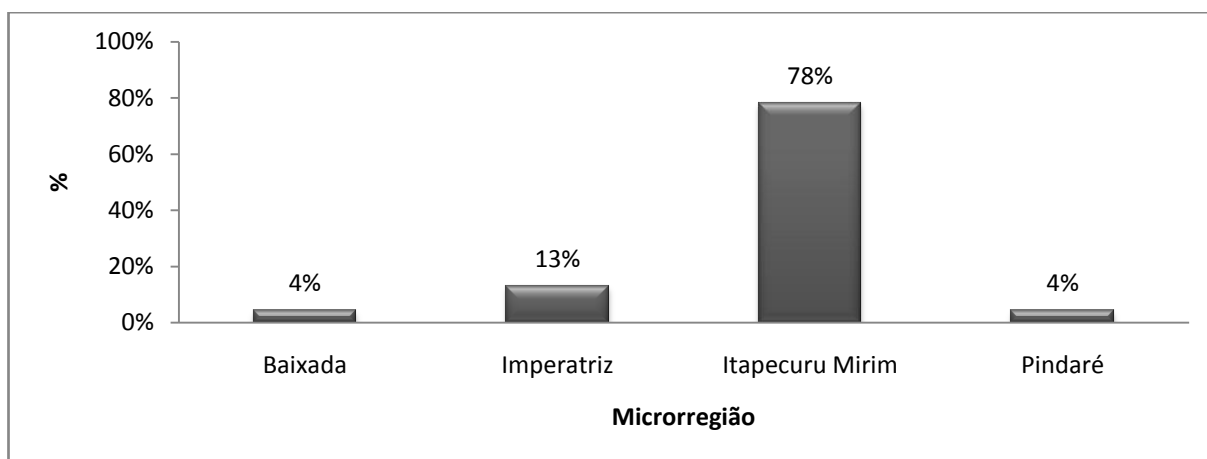


Figura 5- Residência dos assentados da Vila Cabanagem antes do PA por Microrregião.

O contraste dos dados de ‘Residência anterior’ e ‘Origem’ dá uma ideia básica das dinâmicas migratórias. Há uma diferença no número de municípios reportados, sendo 11 municípios de origem e seis de residência antes do assentamento, sempre com destaque para Miranda do Norte e Itapecuru Mirim (Figuras 4 e 5).

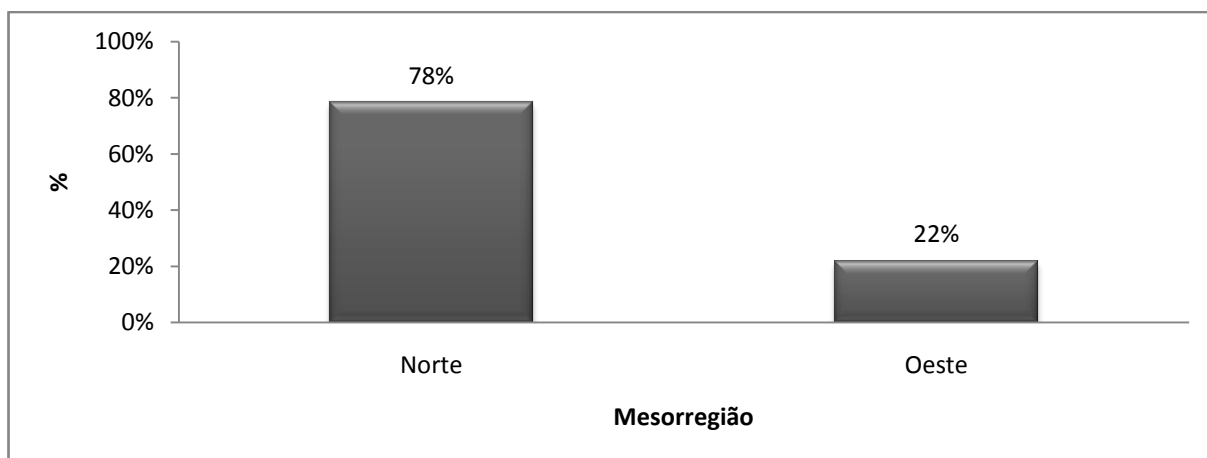


Figura 6- Residência dos assentados da vila Cabanagem antes do PA por Mesorregião.

Um olhar superficial sobre a *dinâmica migratória da Vila Cabanagem anterior ao PA* mostra uma migração simples desde municípios vizinhos até o Assentamento. No entanto nas entrevistas encontrou-se uma grande diversidade e complexidade migratória, desde pessoas que moraram a vida toda nas proximidades da região onde se inseririam na luta pela terra (Miranda do

Norte e municípios adjacentes), até pessoas que realizaram deslocamentos importantes tanto dentro quanto fora do Estado.

Entre 16 entrevistados, 50% manifestaram ter feito migrações. Em geral, o motivo das migrações esteve ligado à busca por melhoria das condições de vida, havendo depoimentos de vários assentados que indicaram ter trabalhado no garimpo de Serra Pelada (Pará). Um deles, relatou ter saído de Itapecuru com 16 anos e ter ficado no garimpo por quatro anos, para voltar posteriormente “voltei por causa que o que eu ganhava era só para o consumo”, explica que ele ganhava três vezes a mais do que ganhava antes, mas os gastos eram também muito altos:

“de repente agarrava malária, eu tive malária umas 15 vezes, eu ganhava 12%, aí a malária chegava, e para pagar um voo pra se tratar a gente pagava 12 conto, o salário era 900 conto, a gente pagava 12 conto para um tratamento de 12 a 15 dias e voltava para o garimpo [...] foi em 84” (05’GF1)<sup>15</sup>.

Num outro caso, o entrevistado relatou uma longa migração desde São Mateus passando por Pindaré ainda criança, voltando para sua região para, posteriormente, sair para Mato Grosso e Pará onde trabalharia como vaqueiro e garimpeiro. Ele retornaria, após 10 anos, desta vez para Miranda do Norte, para finalmente aderir ao Movimento (2’, GF8).

Ainda em outro caso, encontrou-se o exemplo de migração desde a infância, em que o entrevistado informou ter nascido em Barreirinhas, dentro de uma família de 17 irmãos dos quais cinco morreram ainda crianças:

“lá que tinha um fazendeiro que tinha uma terra [...] do lado do rio do povoado [Barreirinhas] e aí papai conheceu ele por lá e convidou ele pra vir pro lado de cá cuidar [...] e papai teve ocasião de sair de Barreirinhas que lá nesse tempo o negócio era difícil, não tinha carro, a gente andava era a pé [...] foi, de Barreirinhas para Primeira Cruz se eu não me engano era oito dias de viagem, a pé!, a pé!, os meninos iam nos jumentos animais [...] pelos lençóis” (4’GF4).

Outras atividades apontadas somente por mulheres (militância no Movimento, comércio, costura, construção, trabalho doméstico), totalizaram 27%. Embora as mulheres reportassem outras atividades, também desenvolvem trabalho agrícola, fazendo principalmente, atividades mais leves.

---

<sup>15</sup> A nomenclatura que empregamos para citar os entrevistados deve entender-se como segue: o primeiro número precedido do símbolo: apóstrofe (’) indica o minuto da gravação da entrevista. As letras GF referem-se às palavras Gravação Família, quando existe um número que segue à letra G, indica o número de gravação da mesma entrevista. O número ao final (após a letra F) indica a ordem das famílias, sendo um total de 34 famílias entrevistadas. O critério adotado foi a transcrição literal, respeitando os erros de pronúncia e conjugação dos entrevistados.

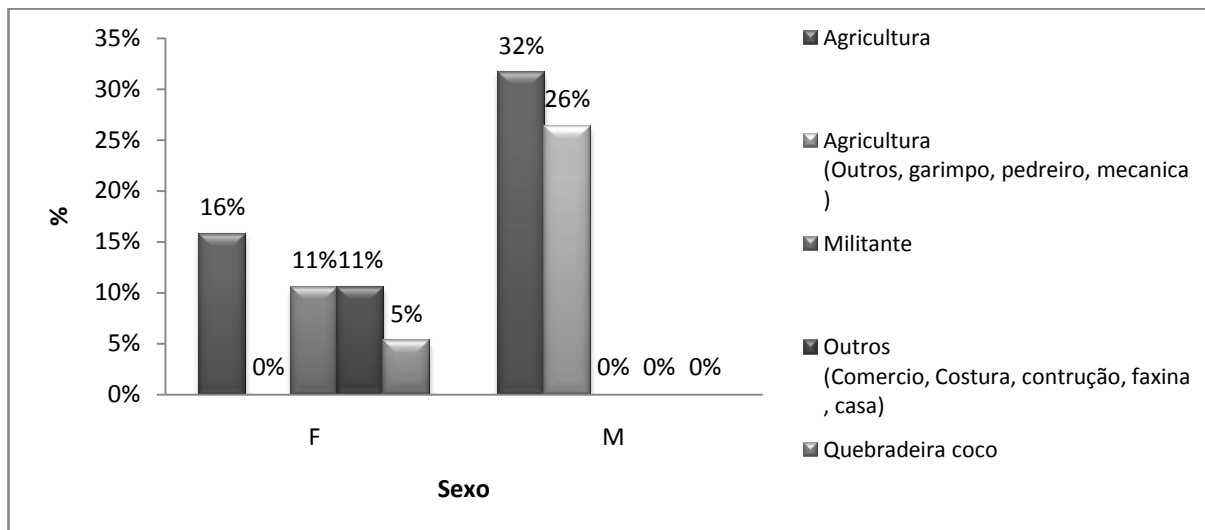


Figura 7- Atividade ou ocupação anterior ao ingresso ao PA por sexo. F = Feminino; M = Masculino.

A maioria dos entrevistados revelou um vínculo forte com a agricultura. Por isso resultaimportante observar as relações de trabalho entre trabalhadores rurais e detentores da terra na qual trabalhavam. Na figura 8, se observa os tipos de propriedade da terra em que os 13 assentados disseram trabalhar e/ou morar antes do PA. Nota-se que a maior parte (61%) trabalhou em latifúndios (fazendeiros), 23% em assentamentos e 16% em comunidades.

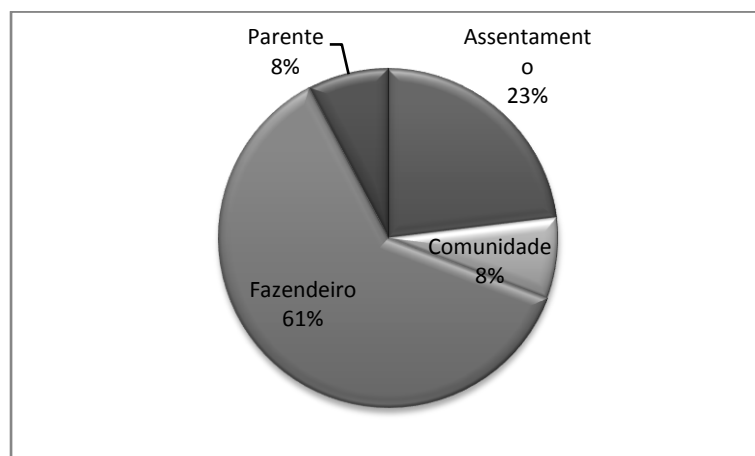


Figura 8- Tipo de propriedade onde trabalhavam os atuais assentados da Vila Cabanagem.

Na figura 9 observa-se a diversidade de respostas sobre as formas de pagamento ao proprietário pelo uso da terra para roçar. Desde plantar capim no final da roça para o fazendeiro colocar gado, até pagamento de renda com produtos da roça que era a prática mais usual, com quantidades variáveis (dois a quatro paneiros<sup>16</sup>/linha de roça<sup>17</sup>) ou uma porcentagem da produção (10-20%) que aproximadamente corresponde à mesma quantidade.

Uma das entrevistadas explica como eram essas relações de trabalho:

“ele [o pai dela] botava roça na terra do fazendeiro e pagava meia, né? tirava, quando era o período da colheita tinha que sempre tirar uma parte para o dono da fazenda [...] tirava por produção do tamanho da roça [...] por ai uns 20%” (12’GF3).

<sup>16</sup> Um paneiro, também chamado alqueire na região equivale a 30 quilogramas.

<sup>17</sup> Uma linha equivalente a 3025 m<sup>2</sup>.

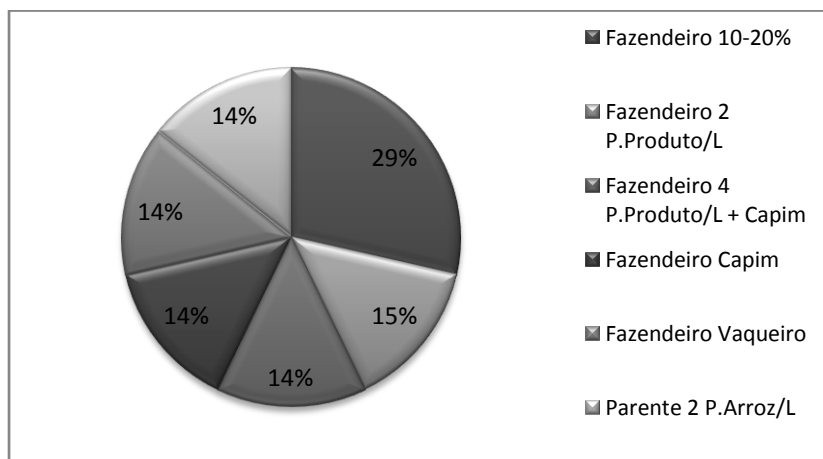


Figura 9 - Foro pago pelos assentados para fazendeiro antes do ingresso no PA.  
L (Linha de roça) = 3025 m<sup>2</sup>; P = Paneiro (30 kg).

Outro caso explica a complexidade das relações de trabalho, que mudavam segundo o supostoproprietário da terra; mostrando como as pessoas que habitam a terra e trabalham nela eram “passados” junto com a terra quando era vendida:

“Nós morava num povoadinho, mas lá não tinha terra, nós trabalhava na terra (do fazendeiro) [...] nós chegamo lá tá com 30 anos que meu pai mora lá, quando nós chegamo lá era um dono, ai foi passando de um para outro, mas sempre a terra foi ficando [...] A renda era assim [...] quatro alqueires por linha [...] de milho e arroz o que o patrão lá queria [...] ai para nós ficava, por linha ficava uns 15, 20[alqueires]” (3’ GF9).

O entrevistado conclui manifestando sua insatisfação com as condições, mas resignado às condições dessa circunstâncias: “não era bom para gente não [...] eu sentia, sabia que nós não tinha terra, tinha que trabalhar, o jeito era esse, né? tinha que fazer [risada]” (10’ GF9).

#### 4.1.1.2 Inserção no Movimento:

Diversos foram os motivos e circunstancias particulares os levaram os assentados se inserir no Movimento. Dentre 17 respostas recebidas, a maioria (41%) indicou ter sido convidada por familiares (pais, irmãos, primos, esposo, esposa, etc.). Em seguida, aparece o trabalho de base dos militantes (35%) (Figura 10).

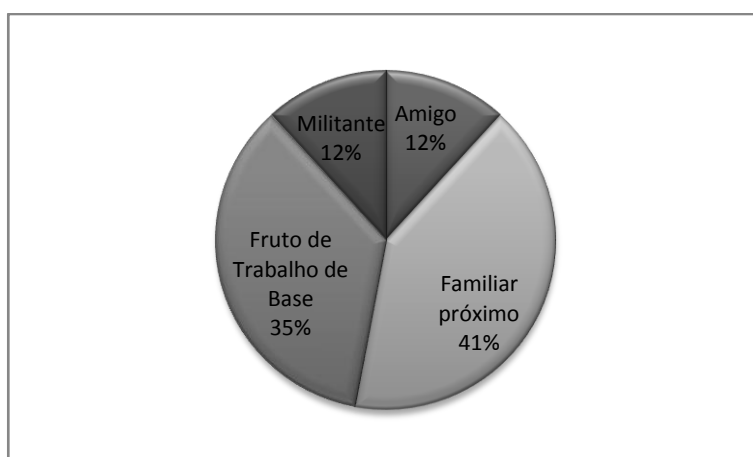


Figura 10 - Vínculo inicial dos assentados com o Movimento.

Em relação às motivações que levaram os assentados a participar do Movimento, verificou-se que 56% afirmaram busca por melhores condições de vida, desejo de ter terra para trabalhar e



morar, e o fato cultural de ter trabalhado a terra e gostar desse trabalho. Outro 44% correspondeu a familiares que já moravam em PA's e incentivavam a participação (Figura 11).

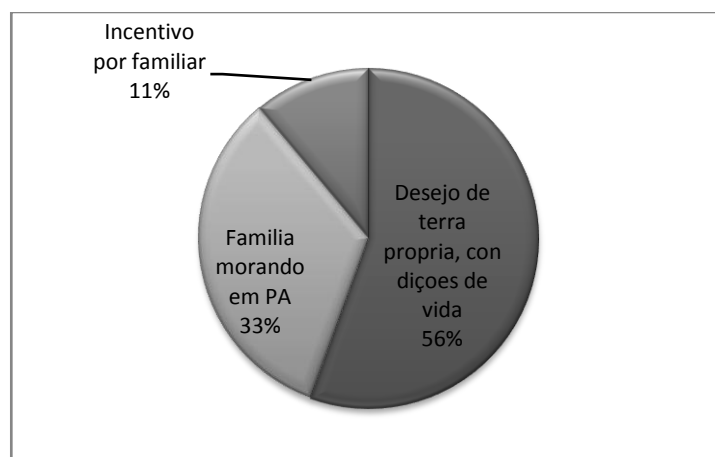


Figura 11 - Motivo de ingresso dos assentados ao Movimento.

Importante esclarecer que nem todos os entrevistados participaram das ocupações de terras acampamentos na beira da estrada desde o início. Entre 18 respostas, 35% indicou ter chegado ao PA depois de criado em 2007, não tendo participado dos processos de luta pela terra, enquanto que 65% sim participou desses processos (figura 12).

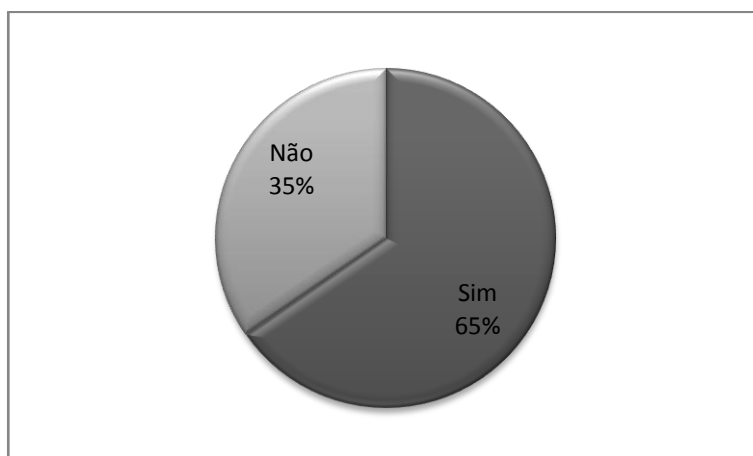


Figura 12 - Participação do processo de ocupações da comunidade da Vila Cabanagem.

Partindo dessa informação se pode identificar dois grupos: os que participaram das ocupações (2/3) e os que não participaram (1/3). Tenta-se a continuação, entender as motivações e circunstâncias que levaram os assentados a se vincular ao Movimento. No grupo que participou das ocupações o contato direto com experiências bem sucedidas do Movimento em outras regiões motivaram para se vincular em novas experiências de luta pela terra:

“Eu decidi fazer parte desse Movimento porque eu tinha um irmão que morava lá na entrada da Vila Diamante<sup>18</sup> ai eu sempre estava lá. Ai comecei a ir lá [...] frequentar a Vila Diamante sabe? E eu sempre dizia que quando tivesse uma oportunidade assim, perto de mim, eu ia ajudar, ai foi que o primeiro de Maio de 2001 aconteceu, eu estava lá na casa da minha mãe quando ouvi falar que ia ocupar a Tiracanga, e eu decidi acompanhar. De lá pra cá nunca mais sai” (3’GF2).

<sup>18</sup>PA do MST localizado no município de Igarapé do Meio - MA

Em outros casos, o trabalho de base dos militantes foram a motivação para se vincular ao MST. Em geral, quase sempre, o ingresso “formal” ao Movimento acontece com as ocupações de terra, antes disso somente comparecem nas reuniões ou escutam dos familiares e amigos, mas sem se vincular diretamente nas atividades do Movimento: “ai o rapaz lá o vizinho nosso veio e ai eles falaram pro meu pai e minha mãe e nós viemo [...] com nossa família” (7’ GF11). A maioria dos integrantes das ocupações (90%) participou desde o início das mesmas (2001), sendo que o restante 10% ingressaria em 2002.

Houve poucos casos de participações em outros processos de ocupação de outras regiões, e que depois terminariam no processo do PA Cristina Alves. O depoimento a seguir, também indica as motivações que levaram a varias pessoas a participar desses processos, sendo que a terra constitui para muitos deles uma base, uma raiz, uma forma de identidade:

“No 92 apareceu o Movimento Sem Terra na região[Zé Doca-MA], ai o povo começaram contar que tinha esse movimento lá convidando conseguir a terra e eu entrei no ano 92 [...] eu tinha necessidade porque minha base era essa, a terra, a lavoura, eu tinha nascido na lavoura e criado, e gosto [...] nunca tive outro emprego.” (11’GF21).

O entrevistado termina relatando que em 2002, após 10 anos de trabalho, se dirige para participar das ocupações do MST em Miranda do Norte(13’ GF21).

Algumas das lideranças do Assentamento, já exerciam eram dirigentes comunitários antes das ocupações e acampamentos e, resulta interessante como estratégia utilizada pelos militantes do Movimento no trabalho de base, o fato de conseguir a participação das lideranças, o que facilitaria o ingresso de muitas pessoas nas fileiras do MST:

“nós não tinha nunca feito isso, né? nunca tinha ocupado, para mim foi uma novidade [...] eu não conhecia o MST também, não conhecia o Movimento né? [...] ai foi que conheci o Movimento [...] [antes] só ouvia falar pela televisão, né? [...] Eu fui convidado né? [...] eu fui procurado na comunidade porque eu era dirigente da Igreja na comunidade da Igreja, né? [...] (5’GF24).

No grupo de assentados que não participaram das ocupações(1/3), se cita um caso que mostra como às vezes, as dificuldades para conseguir condições mínimas de vida podem incentivar uma pessoa para ingressar nos processos de luta:

“eu cheguei e já estava assentados [...] eu tinha um rapaz conhecido aqui que é o tio da mia esposa e ai a gente veio visitar ele aqui e eu gostei do lugar e ai lutei para vir para cá, participei de reunião, me cadastrei [...] [cheguei] em 2009 [...] (antes) eu morava em outra comunidade, só que eu não era assentado lá [...] e eu como não tinha chance de pegar um lote lá, porque já estava tudo loteado os terrenos ai eu vim para cá” (2’ GF12).

Em outro caso, trata-se de uma pessoa que teve que participar de longe e escondido do processo de luta, devido à rejeição da comunidade onde ele morava (vizinha do PA Cristina Alves), que associava o Movimento com características negativas:

“quando teve aqui esse conflito [a ocupação de terra] para cá eu não podia entrar, ninguém falava de Sem Terra no Moreira [comunidade em que ele morava] [...]

porque Sem Terra é preguiçoso, Sem Terra é vagamundo que eles chamam e hoje devem aos Sem Terra” (14’ GF1).

#### 4.1.1.3 Ocupações e processos de luta pela terra<sup>19</sup>

**O processo de luta pela terrada** comunidade da Vila Cabanagem iniciou seis anos antes da criação do PA. A *primeira ocupação* de terra aconteceu na fazenda Tiracanga, (Miranda do Norte), em “01 de maio de 2001 [...] motivo que era o dia de trabalhador” (3’ GF24).

“nós chegamos um dia 6:00 horas da manhã, quer dizer o carro tinha entrado mais cedo né? essa hora foi que eu cheguei, eu não sei a hora que chegaram eles primeiro, eu cheguei 6 horas da manha, quando foi 10:00 horas do outro dia nós saímos” (13’ GF4).

A fazenda ocupada pertencia ao ator e humorista da Rede Globo Chico Anísio. Fato estratégico, ao se tratar de um personagem famoso a ocupação chamaria a atenção da comunidade, as autoridades civis e a mídia. Segundo os depoimentos, foram entre 400 e 700 famílias que participaram da ocupação. Uma força de 150 policiais realizou **odespejo**, no dia 02 de maio de 2001, durante essa primeira ocupação pouco mais de um dia.

“ai despejaram o pessoal de lá, passou parece que dois dias e ai despejaram, a policia chegou e tirou lá da Tiracanga. O pessoal foi lá pro Miranda [...] lá tinha mais de 200 famílias, umas 300 pessoas tinha” (8’ GF8).

Esse foi o primeiro *acampamento provisório* localizado na Casa Paroquial de Miranda do Norte; ali passariam entre cinco e 60 dias até estabelecer outro *acampamento*, desta vez na beira da BR 135 (na entrada de Miranda do Norte), que teria “como objetivo divulgar a falta de compromisso dos governos para com as famílias e a Reforma Agrária” (OLIVEIRA, 2014). Neste novo acampamento passariam entre sete e oito meses (maio de 2001 - janeiro de 2002), entanto era reorganizado o grupo para a seguinte ocupação de terra.

A *Segunda ocupação* aconteceu na fazenda Cantanhede (Matões do Norte) com aproximadamente 150 famílias, em janeiro de 2002, por um período inferior a um mês<sup>20</sup>:

“ai organizaram para entrar na fazenda Cantanhede [...] entremo lá 12:00 horas da noite [...] ai a Policia (Militar) veio e despejou nós. Nós ficou bem no, só sair da fazenda tem a estrada fiquemos bem pertinho do portão lá” (8’ GF8).

A fazenda tinha uma área aproximada de 8.000 segundo estabelecido pelo INCRA nas vistorias realizadas e teria pertencido ao Grupo João Santos<sup>21</sup> (17’ GF21). Entre 25-26 de janeiro de 2002 ocorreria o *despejo* que levaria a estabelecer um novo *acampamento provisório* em frente à fazenda Cantanhede (Matões do Norte) por um período de seis meses até julho do mesmo ano:

<sup>19</sup> Os dados analisados em relação a este item provem de informações e depoimentos de 13 entrevistas e diálogos informais no processo de observação participante que aconteceu de junho de 2013 a setembro de 2014, e documentos elaborados junto com dirigentes do assentamento (OLIVEIRA, 2014).

<sup>20</sup> Nas entrevistas não foi possível esclarecer a data precisa, mas encontramos uma variabilidade de 06 - 07 de janeiro de 2002, enquanto que o período de ocupação teria sido entre 03-28 dias.

<sup>21</sup> Refere-se ao Grupo Industrial João Santos, produtor do Cimento Nassau, com sede em Recife e considerado um dos mais importantes conglomerados do Nordeste (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2003).

“Ai nós fomos despejados de novo ai nós viemo pra frente da fazenda fizemos acampamento na estrada, bem pertinho assim, ai fiquemos parece que foi outros seis meses lá”(14’ GF4).

“Ai foi no dia 25 de janeiro nós saímos a Nadja<sup>22</sup> conseguiu eliminar o despejo. Ai nós ficamos acampados lá em frente da fazenda janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho foram seis meses na estrada” (8’ GF11) .

A *terceira ocupação* de terra, ou reocupação da fazenda Cantanhede, aconteceu em 27 de julho de 2002<sup>23</sup>.

“Ai chegamos um dia quando foi 27 de julho nós conseguimos ir pra terra mesmo lá na Cantanhede” (8’ GF11).

“a Cantanhede na verdade era uma só, dois imóveis, a Cantanhede é na beira da pista e lá pro fundo é a Formiga, só que era só a Cantanhede, mas depois a gente descobriu que era duas, por isso nós fomos pra lá, porque nós estava na Cantanhede e dai nós invadimo a Formiga”(20’ GF5).

Neste caso, eles teriam passado aqui o tempo suficiente (aproximadamente 16 meses) para realizar diversas atividades como a construção de barracos, roça e colheita:

“Nós passemos de junho [de 2002] a novembro de 2003 [...] mais de uma ano que nós passemos [...] que nós já tinha arrumado uma colhida, já tinha colhido já tinha tirado, já tinha arroz, tinha mandioca, lá plantado, já tinha colhido arroz, né?, nós já estava com outras roças roçada e queimada” (11’ GF24).

O *despejo* aconteceria em novembro<sup>24</sup> de 2003 e os levaria a outro *acampamento provisório* que teria acontecido em dois locais com duração aproximada de um mês:

“Ai nós ficamos lá, quando foi dia, isso foi novembro, ela [Nadja] conseguiu de novo nós fomos despejados e fomos lá pra Matões, uns ficaram em Matões e outros ficaram em Miranda na Paroquia” (10’ GF11).

“Nós fomos despejados em 2003 no dia 26 de novembro nós saímos de dentro, nós fomos pra o Matões do Norte, na casa de nossa amiga Ermita. Nós passemos de novembro a dezembro” (13’ GF24).

Em dezembro de 2003<sup>25</sup> aconteceria a *quarta ocupação* de terra ou “Retorno à fazenda Cantanhede” (OLIVEIRA, 2014), com duração de 11 meses até o dia 15 de novembro de 2004 que aconteceria o *último despejo*. Nestes últimos momentos do processo a população teria sido um total de 40 a 80 famílias

“Com o representante do INCRA, Sr. Monteiro e com documento de emissão de posse da terra. O fazendeiro recorreu na Justiça Federal e em novembro de 2004, a justiça deu parecer favorável ao fazendeiro e novamente as famílias foram despejadas” (OLIVEIRA, 2014).

Após esse último despejo, viria o *último acampamento provisório*, no local conhecido como Alto da Cruz (Matões do Norte). O número de famílias diminuiria mais, especialmente as famílias permanentes. A fazenda Cantanhede nunca foi desapropriada, e as famílias foram assentadas em outra área desapropriada no processo de luta paralelo que aconteceu no município de Itapecuru

<sup>22</sup> Segundo os assentados “Nadja Demudo Langue Caguais” (13’ GF24) era a proprietária da fazenda Cantanhede.

<sup>23</sup> Alguns assentados se referem a esta ocupação como sendo a mesma fazenda Cantanhede na “parte de atrás” ou “no fundo”, enquanto outros se referem a ela como fazenda Catarina Formiga ou Santa Catarina Formiga, que segundo eles mesmos corresponde à parte do fundo da fazenda Cantanhede.

<sup>24</sup> Os entrevistados indicaram datas entre 20-26 de novembro de 2003.

<sup>25</sup> Segundo os diferentes entrevistados aconteceria entre os dias 18-24 de dezembro de 2003.

Mirim, as fazendas Juçara e São Miguel, hoje PA Cristina Alves. A duração deste último acampamento foi entre novembro de 2004 e 7 de março de 2007.

“Devido a que o MST tinha na mesma região de Itapecuru varias áreas sendo negociadas com o INCRA, e com a desapropriação da fazenda São Miguel, a alternativa foi assentar todas estas famílias que já vinham de longo período de lutas e sofrimentos” (OLIVEIRA, 2014).

Assim terminou o processo de luta pela terra do grupo que deu origem à Vila Cabanagem do PA Cristina Alves.

A resposta de fazendeiros e comunidades vizinhas das áreas de ocupação foi desde aceitação e acolhimento até rejeição total. Isso revela a forma como fazendeiros e moradores das regiões onde se desenvolvem as lutas veem o Movimento e os processos de ocupação.

Alguns entrevistados relataram ter conhecido sobre o Movimento pela televisão, acreditando o que a mídia transmite sobre ele, a maioria das vezes parcial e tendenciosa. Esse fato se explica no caráter burguês que a mídia tem e a tendência a reproduzir os interesses da classe dominante e desprestigiar as iniciativas que se opõem a esse interesses (COMPARATO, 2001). Outros assentados nem sabiam o que era o Movimento: “aquilo eu não fazia nem ideia [...] não me interessava” (5’30” GF8), o que revela o desconhecimento no próprio meio rural, de muitas pessoas sobre o MST. Na sequência, outro depoimento mostra as posturas das vizinhanças nos processos de ocupação quando os acampados sem ter para onde ir, foram acolhidos na propriedade de uma mulher após o último despejo da fazenda:

“Era uma senhora que ela era a mulher de um ex-prefeito de Matões, há muitos anos, ela tinha um sitio né?, aposentada, e a gente foi pro sitio dela. Não tinha outra alternativa né? isso foi encima logo no momento, não tinha para onde ir porque os outros fazendeiros não aceitavam nós, mesmo na beira da pista [...] E ela era uma mulher que ela já faleceu [...] era uma pessoa que ela era socialista [...] ainda as pessoas da cidade pressionaram ela para não aceitar nós e ela aceitou [...] Nós era nessa época 150 famílias” (18’ GF24).

Estabelecer uma **cronologia** dos fatos de forma exata resulta uma tarefa complexa devido à diversidade nos relatos. Isto acontece porque cada assentado que participou da luta pela terra vivenciou o processo de forma diferente, podendo ter ingressado em diferentes datas. Alguns deles ficaram o tempo todo junto ao grupo principal enquanto que outros se separaram temporal ou definitivamente até a consecução do PA Cristina Alves. Alguns assentados não conseguiram lembrar de todos os fatos com igual exatidão, misturando datas e/ou eventos, o que dificulta a elaboração da cronologia. Para uma melhor aproximação dos fatos contrastaram-se depoimentos de nove assentados e um documento elaborado em parceria com um dirigente do assentamento e militante do Movimento. O resultado final da organização dos dados de forma cronológica está sumarizada no quadro 4.

Quadro 4-Cronologia do processo de luta pela terra (Vila Cabanagem)

DATA	FATO	TEMPORALIDADE
01/mai/2001	Em torno de 400 – 700 famílias realizam a primeira ocupação de terra na	01 dia

	Fazenda Tiracanga, propriedade do humorista da Rede Globo Chico Anísio, no município de Miranda do Norte	
02/mai/2001	Despejo das famílias pela polícia	
02/mai/2001	Mais de 300 pessoas realizam um acampamento provisório no Centro Paroquial de Miranda do Norte que duraria aproximadamente 20 dias	18-23 dias
20-25/mai/2001	As famílias restantes se deslocam para levantar um acampamento na beira da BR 135, município de Miranda do Norte	7 a 8 meses
06/jan/2002	Mais de 150 famílias realizam a segunda ocupação de terra, desta vez na fazenda Cantanhede, pertencente ao grupo João Santos, no município de Matões do Norte	20 dias
25/jan/2002	Despejo	
25/jan/2002	Acampamento provisório na beira da estrada frente à fazenda Cantanhede	06 meses
jul/2002	A reocupação da fazenda Cantanhede seria a terceira ocupação de terra, desta vez na área do fundo conhecida como fazenda Catarina Formiga	16 meses
	Tentativa de despejo parada pelo superintendente do INCRA, queima de casas.	
20-26/nov/2003 <sup>26</sup>	Despejo	
Nov/2003 <sup>27</sup>	Algumas famílias se dirigem para o sítio de Ermita (simpatizante do Movimento), município de Matões do Norte, e outras para a Paróquia de Miranda do Norte	01 mês.
18-24/dez/2003 <sup>28</sup>	A quarta ocupação de terra que seria o retorno à fazenda Cantanhede	11 meses
15-16/nov/2004	Último despejo	
15-16/nov/2004	Último acampamento provisório na beira da estrada no local conhecido com Associação Alto da Cruz. Ali permaneceriam até 2007.	02 anos e 04 meses

Fonte: Trabalhos de campo (2014) e Oliveira (2014).

#### 4.1.2 O início da luta na terra: criação do PA, infraestrutura, agricultura e direitos

Após os acampamentos e despejos os dois processos de luta confluíam na criação dos Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Cristina Alves. Assim começou uma segunda fase do processo, passando de lutar **pela** terra, a lutar **na** terra.

*A desapropriação das fazendas Juçara e São Miguel foi conseguida no processo de luta<sup>29</sup> e negociação entre o Movimento, o INCRA, e os proprietários das fazendas no município de Itapecuru Mirim.*

“a gente ficou muito feliz com isso, não? porque a gente já estava dois anos acampado depois que a gente sofreu o último despejo na área onde a gente estava, né? [...] fomos surpreendidos que a terra aqui estava ganha e que a gente poderia vir para cá, fiquei feliz” (10’20” GF3).

Há diferentes relatos sobre o número de pessoas que chegou ao novo PA, variando de 60 a 100 famílias. Dispuseram entre dois e cinco caminhões e ônibus para levar o que tinham nos acampamentos. Houve alegria e emoção pelo valor simbólico que representava o dia do ingresso na “terra conquistada”. Alguns dos depoimentos assim o revela:

“o dia de nós vir pra cá [o PA] [...] foi bom demais, ave Maria!, conquistamos a terra hoje, conquistamos a terra, valeu a pena nossos três anos de luta. Ai nesse dia

<sup>26</sup> Alguns depoimentos relatam este ano como sendo 2002, fato que temos descartado em função dos próprios relatos que indicam que a partir da última ocupação, julho de 2002, conseguiram fazer uma roça e uma colheita e preparado outra roça para plantar, o que não poderia ter acontecido num percurso de quatro meses

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Desenvolvido pela comunidade que daria origem à Vila 17 de Abril, a raiz da ocupação da fazenda Santa Maria em Itapecuru Mirim desde 2004.

até Monteiro veio esse dia, Monteiro que era o Superintendente do INCRA, veio com a gente [...] foram cinco caminhões cheios de gente, porque era nós lá, né? e tinha outros lá na Cantanhede [...] Ai quando nós chegamo aqui na entrada, né? [...]ai a gente parou lá prendendo foguete direto, foguete bom de mais, Maria!. Ai quando nós chegemo, lá na sede [...] ei ai foguete sobre outro, festa Maria, comer a carne de porco, fazer barraca dentro do galpaozão. Ai eu sei que foi bom de mais para nós, foi bom” (13’ GF14).

A impressão que levaram as vizinhanças seria de surpresa, revelando mais uma vez o preconceito no imaginário da população rural sobre o Movimento:

“Ai nós saímos de lá [acampamento] e viemo pra cá [PA], já com papel na mão, não foi mais ocupando não, foi com documento na mão. Chegemos aqui foi um espanto esse pessoal vizinho, pensando que nós estava ocupando [...] eles dizia que nós ia sair, nós sabendo de tudo ‘ah! nós não vamos sair de aqui não’, essa gente eis que comprou até foguete pra botar quando nós sair” (17’ GF9).

O Superintendente do INCRA entregou as terras mediante leitura do documento como formalidade do processo legal para o estabelecimento do assentamento. A seguir, viria a decisão dos *locais para as agrovilas* onde poderiam fazer as casas. Decidiram constituir duas agrovilas tendo em vista o grande tamanho da terra que precisaria dois locais residenciais para vigilância, além de continuar na conformação inicial das comunidades desde os processos de ocupação onde foram estabelecidos vínculos de convivência entre as pessoas:

“nós decidimos fazer duas vilas [...] o pessoal que já tinha, a Cabanagem já tinha seis anos, nós (vila 17 de abril) estava com três de acampado [...] já tinha relações, costumes [...], convivência na beira da estrada [...] então nós optamos para não misturar e fazer as vilas [...] a gente veio olhar essa área eu fui um dos que vim, fomos ali no satuva vimos a água, olhamos e olha aqui vai ser uma vila né?. Ai desceu uma equipe para outra vila lá e fomos procurar né? ai encontramos outra fonte de água, beleza vai ser bem aqui a outra até perto das vias de acesso [...] fomos nós mesmos [que decidiram], nós chegamos e definimos (41’ GF27).

A seguir, o processo para levantar a infraestrutura existente, passou por várias etapas: *derrubar o mato, construir barracos e começar a produzir*. Inicialmente teriam que roçar o mato e queimar para limpar a área, em seguida viria a construção principalmente coletiva dos barracos ou primeiras residências. Em seguida passariam a estabelecer as primeiras roças, tanto nas áreas dos quintais de cada casa quanto nas áreas coletivas destinadas para tal fim:

“Com três dias que nós estávamos aqui começamos ajeitar os barracos [...] Logo que nós chegamos aqui a primeira atividade foi fazer as casas, quem vinha do acampamento [...] começamos a demarcação coletiva das casas. A gente queria fazer uma discussão mais ampla, mas a necessidade era tão grande que não deu para a gente sentar e discutir [...]depois a gente foi fazendo em forma de mutirão, pagava uma rua dessas ai tu via fazendo as casas” (46’ GF27).

Em Assembleia Geral do PA, decidiu-se *o nome do assentamento*. Após votação, o nome escolhido foi “Cristina Alves”; no seguintes relato se explica quem era a pessoa que deu nome ao Assentamento:

“Ela era uma mulher muito dada para gente, muito legal, mas na época do acampamento ela vai ter problemas [...]a gente morava na lona e chegou pegar chuva cozinhando, ai misturou o calor. Sei que ela adoeceu e ficou um bom tempo, não conseguiu se tratar e morreu ela, morreu na luta e tinha muita esperança ela.

Ela era uma mulher que tinha vontade de animar os outros [...] ela morreu em 2002 mesmo no começo. Ai nós usamos o nome dela [...]primeiro na escola lá onde nós estava acampados. Ai quando chegou aqui, tinha que ter nome pro Assentamento [...]defendemos e ganhamos na reunião, e ficamos usando o nome dela [...] Cristina Alves” (59’ GF21).

Em relação às questões legais, conformeDOU (2014), INCRA (2014) e explicado por um dos dirigentes do Movimento assentado no PA, a Reforma Agrária não é só distribuição de terra, mas deve também oferecer as condições necessárias e dignas para que as famílias possam viver, produzir e reproduzir as formas de vida materiais e culturais, o que constitui direitos como beneficiários da Reforma Agrária. Mas, na realidade, esses benefícios não são obtidos facilmente, enquanto se estabelece oficialmente um assentamento, as famílias devem começar um processo de luta e organização para receber os benefícios a que tem direito: cesta básica, apoios iniciais, fomentos e créditos.

“Mas para sobreviver foi o INCRA que doou a alimentação enquanto a gente podia se ajeitar, eles dava uma cesta básica enquanto a gente podia se organizar aqui e depois da primeira roça que a gente colheu eles não dão mais, cortou a cesta” (10’58’’ GF2).

Na prática, neste caso, as famílias do PA Cristina Alves receberiam, além da cesta básica, um único apoio inicial, por um valor de 2400 a 2600 reais (GF29; GF33), que seria distribuído entre alimentos, material de higiene, ferramentas e matérias para produção, e contribuições para a infraestrutura básica. Até o hoje, não receberam os outros benefícios aos que tem direito (Credito de Apoio, fomento Mulher, fomento família).

“Só [receberam]a cesta básica e esse Apoio Inicial [...]para comprar alimento [...] para infraestrutura, que nós utilizamos, na compra de ferramenta, na construção da Casa de Farinha, do piladorzinho beneficiador de arroz [...] não recebeu mais nada, nós encaminhamos o projeto do PRONAF<sup>30</sup>, do PRONAF Mulher desde quando chegamos, nunca foi contemplado no estado do Maranhão até agora, e o Fomento que nós estamos querendo receber que o valor dele é 3.000, né?” (50’ GF27).

#### 4.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA NO ASSENTAMENTO

Neste capítulo, descrevem-se algumas instancias de Organicização de relevância no assentamento (Núcleos de Base, Setores e Coletivos), aprofundando nas organizações convencionais transverçaes que o Movimento vem utilizando com sucesso: as associações e cooperativas de produção.

A capacidade de organização de pessoas e processos no Movimento é conseguida através da estrutura organizativa conhecida como Organicidade, (explicada por BERNAT, 2012). Antes da chegada ao assentamento, dirigentes nos acampamentos coordenaram processos de organização para dirigir as ações e estratégias de luta. Núcleos de Famílias, Setores, Coordenações e Direção,

---

<sup>30</sup> PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que emerge na década de 1990 como política do governo que teoricamente procura apoiar a agricultura familiar, fortalecer atividades econômicas e produtivas para a integração na cadeia de agronegócios, aumentara renda, modernizar os sistemas produtivos, valorizar o produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares, por meio de financiamento de atividades e serviços rurais (BCB, 2013; MDS, 2014; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).



são algumas das formas mais importantes. Ao criar o assentamento, paralelamente aos processos de luta pela terra e luta na terra, os assentados iriam consolidando essas formas de organização iniciadas nas ocupações.

#### 4.2.1 Núcleos de Base e Setores organizados no Assentamento

No Assentamento Cristina Alves o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente é o único Setor organizado e consolidado, que realiza reuniões constantes, e desenvolve um trabalho com boa capacidade de articulação da população. A origem do Setor se encontra nos acampamentos onde começaram a produzir, frente à necessidade de que essa produção acontecesse de forma organizada. Assim, sua criação está vinculada à necessidade de produzir alimentos para viabilizar a vida e a reprodução da comunidade (GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Já o Setor de Educação e o Setor de Juventude se encontram em processo de consolidação, através de reuniões e capacitações, ainda em etapa de gestação, se consideram Coletivo mais do que Setores:

“só dois Setores estão hoje no Assentamento, né? que é o Setor de Produção e [...]Setor de Educação [...] que não é um Setor ainda constituído, nós chamamos de Coletivo, nós não chamamos de Setor que ele não está constituído [...] Porque Coletivo é pra puxar a discussão do Setor, né? [...] [o Setor de Juventude] iniciou, mas foi dando uma parada” (1:47’ GF27).

A articulação das instâncias de representação no PA (Núcleos de Família, Setor de Produção e Coletivo de Educação) junto às instâncias Regionais e Estaduais (Coordenação, Secretaria e Direção) permitiriam a criação das ‘organizações convencionais’: na forma comunitária mais básica numa primeira instância (Associação Irmã Dorothy) e de organização da produção num momento mais avançado (Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru). Já no nível Regional e Estadual a situação é outra:

“Nós temos o Setor a nível regional [...] os Setores funcionam aqui no Assentamento, ai ele funciona na regional, estadual e nacional, né? [...] ai tem o Setor da Juventude que está lá também, na regional está bem avançado [...] está funcionando Gênero, Produção, Educação, Formação [...] no nível estadual os mais fortes é Comunicação, Educação e Produção” (1:49’ GF27).

Os Núcleos de Base (NB) são as instâncias básicas de participação no Movimento onde se discute as questões internas e externas dos assentamentos do Movimento (BERNAT, 2012; MIRANDA; CUNHA, 2013). No PA Cristina Alves existem oito NB’s, quatro em cada agrovila, denominados conforme o quadro 5:

Quadro 5– Nome dos Núcleos de Famílias do PA Cristina Alves, por Agrovila.

<b>Vila Cabanagem</b>	<b>Vila 17 de Abril</b>
NB Unidos Venceremos	NB Guerreiros da Terra
NB Helenira Resende	NB Filhos da Resistência
NB Oziel	NB Antônio Conselheiro
NB Paulo Freire	NB Olga Benário

Fonte: trabalho de campo (2014).

Os nomes dos Núcleos solem estar associadas com personagens destacadas das lutas populares da historia do Brasil e do Movimento, ou com os valores, princípios e ideais dos assentados demonstrados nos processos de luta pela terra que precederam a formação do PA:

“Oziel foi um lutador que ele era militante do MST, ele foi uns que o fazendeiro matou em massacre,<sup>31</sup> ele morreu gritando [...] que ele não ia desistir da luta, no Pará, morreu gritando grito de ordem” (00’ GF9).

O funcionamento dos Núcleos de Base (ou Núcleos de Famílias) tem grande variação. Em geral, observou-se diminuição do interesse das pessoas na participação, refletida no escasso número de reuniões que se realizam atualmente em relação ao que acontecia no início do PA. De 11 entrevistados (Figura 13) que falaram sobre a periodicidade das reuniões, 73% indicou que acontecem menos de seis por ano. Idealmente, estas reuniões deveriam acontecer, no mínimo, uma vez por mês (perfil que só encaixou em 27% das respostas).

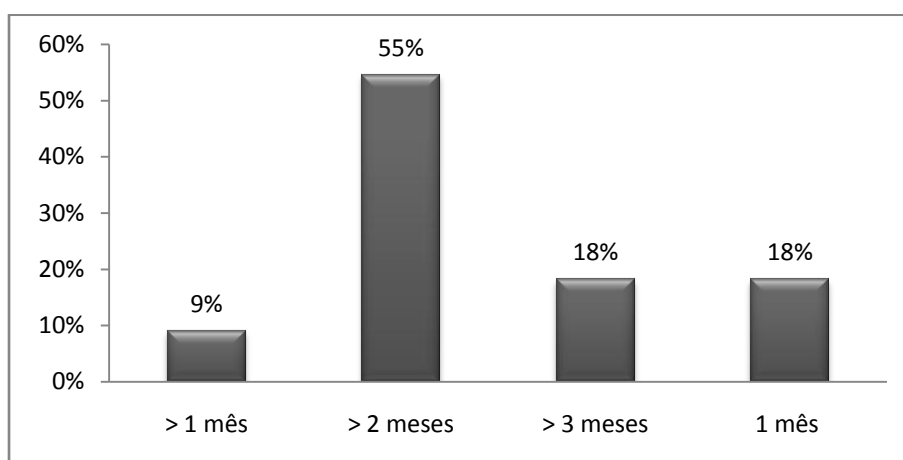


Figura 13 - Periodicidade de reuniões dos Núcleos de Base do PA Cristina Alves.

No interior dos grupos acontecem problemas, associados a falta de participação, interesse e comunicação, carência de coordenadores, problemas pessoais entre os integrantes:

“aqui temos um grupo de família de 10 pessoas, ai sempre a norma é ter reunião de vez em quando [...] mas demora muito em reunir [...] aqui, no início, a gente se reunia 2 vezes por mês agora passa 2, 3 meses sem reunir” (30’ GF8)

“o nosso grupo é muito difícil reunir [...] tem um ano que eu estou aqui [...] esse grupo se reuniu umas três, quatro vezes [...]” (34’ GF10).

As carências no funcionamento dos Núcleos refletem no avanço do Assentamento. O trabalho coletivo é realizado com objetivo de resolver assuntos práticos como construção de estruturas (produção, escola, igreja), limpar a estrada, campo de futebol entre outras. Esse trabalho se coordena através dos Núcleos. O funcionamento inadequado resulta na demora do trabalho ou na sensação de desconforto e inconformidade frente à não participação.

“muitas vezes vai ter um (trabalho) coletivo, ai se não reúne o grupo nem todos vão ficar sabendo [...] tem uma norma que deve ser avisado com oito dias antes [...] ai não repassa pro grupo, ai fica difícil porque [...] vem encima da hora ai já eu não vou [...] porque esta encima da hora [...] e às vezes não dá quase ninguém nos grupos coletivos” (32’ GF8).

<sup>31</sup> Refere-se ao massacre acontecido em Eldorado dos Carajás em 17/04/1996.

Outras questões também afetadas pelas carências de funcionamento dos Núcleos como a participação na tomada de decisões, a formação permanente que permite reafirmar através da mística do Movimento<sup>32</sup> os valores que desejam reproduzir. Nem todos os assentados o sabem, mas alguns reconhecem a importância desta instância: “a gente se reúne [...] uma vez por mês todo mundo ali em baixo [...] a gente procura sempre estar unindo, reunindo a família [...] também é pra buscar para não perder aquela mística do Movimento” (25’ GF 3).

“aqui nós trabalhamos em Núcleo, a gente estuda em Núcleo, para conhecer melhor [...] trazem revista, traz jornal para nós ler, para conhecer melhor [...] agora não teve mais [...] mas antes nós tinha estudo” (56’ GF11).

Há ainda outros problemas como a falta de renovação de coordenadores de Núcleo. Existem coordenadores que exercem a função desde o período do acampamento; em alguns casos, cansados por não ter substituto pela falta de candidatos. Alguns o vem como uma responsabilidade indesejável, pois não tem retorno econômico e gera trabalho adicional, e muitas vezes conflitos com os outros nucleados:

“meu irmão, já disse mesmo, mais nunca quero ter esse trabalho e responsabilidade de lutar com gente [...] é difícil viu, se você agrada a dois, três, você já não agrada [aos outros], se você não agrada, você já não presta, você já é um monstro, você já não agrada. O que você diz não tem mais valor você já perde o valor, eles já não acreditam em você” (36’ GF33).

Há dificuldades nesta instância de organização, que devem ser assumidos pelos assentados para gerar processos de desenvolvimento mais amplos. Mas nem só existem problemas, há Núcleos onde as coisas funcionam melhor e há boa comunicação. Como assinalado por Bernat (2012), a importância dos NB’s está em que eles são a “primeira instância política do Movimento dos Sem Terra”, a partir da qual se desenham as bases para otimizar os processos que levam as conquistas dos assentamentos e do Movimento.

Embora no Cristina Alves existam vários elementos a melhorar, quanto a estruturação e organização dos Núcleos, um balanço do seu funcionamento por uma entrevistada indica:

“a organização eu acho, pode não fazer o melhor, mas procura sempre fazer, sempre estar buscando o melhor para o Assentamento, né?, para não virar aquela coisa [...] cada um faz o que quer [...] tem uns que não querem participar, mas a maioria participam, participa da organicidade no PA” (29’ GF 3).

#### **4.2.2 A Associação Irmã Dorothy dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Cristina Alves.**

“Essas organizações [com registro público] foram criadas para operar contas bancárias, estabelecer contratos legais e canalizar recursos externos para a implementação de projetos” (FERNANDES, 2010, p.182).

A Associação Irmã Dorothy<sup>33</sup> surgiu por iniciativa de lideranças e assentados. O contexto dos assentamentos exige a criação de instâncias que permitam acessar aos benefícios a que tem direito

---

<sup>32</sup>Entendida como: “expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao *topos*, a parte realizável da utopia” (BOGO, 2012, p. 476).

<sup>33</sup> Com CNPJ: 09192661/0001-30 foi fundada no ano de 2007, no mesmo momento da criação do Assentamento.

os assentados, organizar o trabalho, e administrar os recursos coletivos. Segundo o atual presidente da Associação, o primeiro ato que fizeram após chegar na área foi: “criar o documento da Associação [...] e ai vem os nomes das pessoas pra nós poder encaminhar pro Governo Federal para receber essas coisas, a casa ai [...] um apoio inicial que foi uma compra que a gente fez para alimentação” (11’ GF28).

A associação teria como objetivos a construção das casas de alvenaria, resolver a questão da energia elétrica, estabelecer vínculos com entidades do governo como (INCRA, prefeitura). Nas palavras de um assentado que faz parte da Coordenação do PA:

“criamos a Associação para primeiro para união, segundo para trabalho coletivo, para uma boa convivência” (30’ GF32).

“[a Associação] a gente conseguiu pra começar na comunidade, né? primeiro tem que ser Associação, é uma das coisas mais básicas, mais conhecidas que a gente já vem conhecendo de outras comunidades. Agora a Associação em si, ela não tem muito desenvolvimento, força de projetos, poder, né? [...] para uma formação básica, né? e algumas coisas que a gente consegue de primeira mão para iniciar, a questão das casas, a energia, se vincular também com o município, o estado, a prefeitura, etcetera é muito bom, muito importante” (30’ GF24).

A associação cumpriu seu papel em projetos importantes para os assentados. As casas chegaram em 2009 (dois anos depois da criação do PA). Ter conseguido o contrato para a construção das casas através da Associação foi uma conquista importante e reconhecida devido à notável qualidade das casas (tamanho, materiais), especialmente quando comparadas com outros assentamentos<sup>34</sup>. No quadro 6, amostra-se um comparativo feito por uma entrevistada que morou antes em outro assentamento também vinculado ao MST:

Quadro 6- Comparação das residências em alvenaria dos PA’s Conceição Rosa e Cristina Alves.

<b>Características</b>	<b>PA Conceição Rosa</b>	<b>PA Cristina Alves</b>
Tamanho das casas	6x7 m	6x9 m
Acabamento	Tijolo	Rebocada
Chão	Cimento	Lajota (cerâmica)
Construção	Firma construtora	Associação Irmã Dorothy
Outras	Muitas casas sem construir, ou inacabadas	Todas as famílias cadastradas com casa

Fonte: Trabalho de campo, (19’ GF33).

“lá [em um PA no município de Matões do Norte] eu tinha casa sim, mas não neste padrão, ela era menor, eu morei muito tempo em casa de taipa [...] melhorou muito o padrão de vida da gente aqui [...] na rua, para gente construir uma casa destas tem que puxar muito dinheiro, né? [...] sobre o cotidiano da gente dentro de casa aqui na família [...] melhorou a convivência” (1:31’ GF6).

A energia elétrica foi outro benefício que os assentados afirmam ter conseguido rapidamente, só ano e meio após a criação do PA. Esta conquista fez parte das reivindicações dos assentados, mediadas pelo MST. Através do programa federal Luz para Todos, este programa beneficiaria além do próprio PA Cristina Alves, as comunidades vizinhas:

“fomos pro estado [e dizemos] [...] que nós precisávamos. Então, em 2009, chegou a energia aqui [...] nós fomos buscar no nome da Associação na época, fomos

<sup>34</sup>Onde as casas foram construídas por empresas construtoras e a qualidade das mesmas é muito inferior.

buscar o governo na época<sup>35</sup> [...] levamos [um projeto] e apresentamos [...] E chegando para nós, chegou para 300 mais na frente, além do Assentamento”(56’ GF21).

A Associação é mantida através de contribuição mensal de R\$ 2,00/família. Todas as famílias do Assentamento estão associadas. O dinheiro é utilizado no pagamento dos gastos da Associação. Outras fontes de renda da Associação estão relacionadas com a administração dos recursos do PA (aluguel de pastagens para gado e a venda de madeira de eucalipto).

São outras atividades da Associação: administração das áreas de pastagens naturais e duas casas de farinha, construção e reparação da barragem<sup>36</sup>, duas áreas de produção de eucalipto), animais de criação da Associação e dos moradores (gado de corte). A prioridade da Associação hoje, conforme o presidente da mesma, é:

“nós esta mesmo focando bastante é o problema da água aqui [...]o poço artesiano [...] que quando o verão é muito seco ai o problema fica grande, os poços começam mesmo secar e nossa luta é para isso [...] já era para nós estar com o poço pronto, a gente encaminha o documento tudo, mas não fomos atendidos” (21’ GF28).

A situação da água é uma questão antiga, em estudos prévios se recomendou a perfuração de poços artesianos, devido a que “os assentados fazem uso de água proveniente de cacimbas superficiais com grande risco de contaminação” (INCRA, 2012, p.111).Constitui assim, um problema complexo mencionado pela maioria dos assentados:

“a água aqui é um dos grandes problemas, nós temos vizinhos nossos do Assentamento que só tem gente nesse período [de chuvas] de aqui pra frente eles vai embora para rua [...]esse Assentamento de Mato Alagado [assentamento vizinho do PA Cristina Alves] [...] o pessoal não tem condições de ficar depois de setembro por que não tem água, os pocinhos que eles têm a água desce ai então eles vão embora, Mato Alagado é assim” (57’ GF27) .

Outras prioridades da associação segundo seu presidente são a questão do posto de saúde e a construção de estradas de qualidade. Já no nível interno, a Associação funciona como organismo de fomento contribuindo com apoio financeiro nos grupos coletivos de produção, para os que disponibilizou recursos (horta das mulheres da Vila Cabanagem, grupo de caprinos, grupo de artesanato, campo agrícola, grupo do Sistema Agroflorestal-SAF)<sup>37</sup>.

Em relação a responsabilidade que implica sua chegada e trabalho no novo cargo, afirma:

“até agora eu ainda não encontrei dificuldades, eles ajudam, tem o Francimar<sup>38</sup> ali também, o apoio quando tem alguma coisa que resolver [...] a gente se sente [...] muito ocupado e [...] a gente pensa, será que eu estou fazendo alguma coisa, será que o povo está gostando, não está gostando? [...] mas só que a gente lutar, a gente luta muito [...] Tem horas que eu digo não vai dar para mim [...] mas eu tive o apoio da família [...] eu perguntei será que vai dar? ‘não, pode enfrentar’ [...] vim da luta,

<sup>35</sup> Refere-se ao Partido Democrático Trabalhista - PDT do ex-governador do estado do Maranhão Jackson Lago (2007 – 2009).

<sup>36</sup> É um projeto de ampliação de uma barragem já existente na fazenda São Miguel antes do Assentamento. Através da associação se fizeram investimentos para utilizar a água na criação de animais. Em repetidas ocasiões a barragem derrubou por filtrações de água, sendo a última delas no ano 2014.

<sup>37</sup> Este tema dos grupos de produção coletivos será explicado no capítulo 4.3 Produção e Extrativismo.

<sup>38</sup> Trata-se de um assentado do PA Cristina Alves que é militante do Movimento desde a década de 1990 e desenvolve funções de liderança tanto no Assentamento quanto na Regional do Vale de Itapecuru.

estou na luta e eu vou até o final [...] a gente luta pela sobrevivência na terra e para ajudar até os companheiros mais na frente os que estão lutando também como a gente lutou e ai eu estou fazendo isso também para na frente se eles precisarem pra ajudar, e porque mesmo eu gostei da luta e isso acredito” (1:02’ GF 28).



Figura 14–Festa de aniversário VII do PA Cristina Alves. Julho 25 de 2014.

Fonte: Trabalho de Campo (2014).

### 4.2.3 Organização da produção: a Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru – COOPEVI

“nós não luta só contra o fazendeiro não, nós temos uma luta desgraçada com esse povo [funcionários negligentes das instituições públicas] que não quer ver e quer fazer de tudo para não dar certo, que pra ver desmoralizar [...] e é só má vontade no sentido de denigrir a imagem da gente” (1:35’ GF27).

Em palavras de um coordenador do setor de Produção do Vale de Itapecuru esta mudança ocorre porque:

“com essa ânsia nossa de melhorar a questão do desenvolvimento do Assentamento e dos projetos de vincular isso a um grande projeto que vem<sup>39</sup>. A gente percebeu que a Associação ela foi muito interessante para a gente nesse momento de organizar o povo, nesse momento de discutir os créditos [...] mas com uns três ou quatro anos nós já começamos a perceber que a Associação tinha cumprido seu papel, mas nós tínhamos que ir além de uma associação, porque a associação ela te ajuda a organizar as famílias a definir as questões do assentamento, mas nós precisava de alguma coisa que organizasse nossa produção” (59’ GF27).

Soma-se a expectativa, especialmente entre dirigentes do Movimento, das conjunturas do momento histórico atual, com potencial para dar um impulso significativo aos processos de agroindustrialização dentro dos quais as cooperativas têm um papel chave.

“as [outras] cooperativas [do Movimento no Estado], elas não conseguiram se inserir no processo de industrialização, nenhuma delas, não. A gente acha que agora a gente vai dar um passo dentro das cooperativas com os programas das agroindústrias<sup>40</sup>” (1:12’ GF 27).

Nota-se a diferença da forma de trabalho que procura o MST (de baixo para cima) em relação aos organismos convencionais como instituições públicas ou grupos transnacionais (de cima para baixo). Enquanto nos segundos são impostos critérios acadêmicos, governamentais ou de

<sup>39</sup> Possivelmente se refere ao Projeto do Programa de Terra Forte (capítulo 4.2).

empresas privadas nas formas de produção, o método do Movimento, hoje em concordância com a agroecologia, enfatiza a população envolvida. Foi esse motivo que levou a determinar a mandioca como alternativa viável e real para o PA:

“uma das potencialidades para essa região é a cultura da mandioca, isso de aqui não adianta tu vir dizer para o agricultor, né? é isso o que ele planta [...] Então isso é o básico de aqui, então é um dos carros fortes nossos aqui é a questão [...] dos produtos derivados da mandioca [...] essa cadeia, nós temos que potencializar essa produção que ela já existe, é real” (1:16’ GF27).

Acredita-se que, da capacidade de aproveitar essas vantagens existentes, aprimorá-las, e conseguir compreender os mercados dos produtos depende o sucesso da Cooperativa, e das outras cooperativas do Movimento que se encontram em processos semelhantes.

“aCooperativa tem que trabalhar nesse sentido de ver o que o mercado está absorvendo: é farinha ou é fécula? e a Cooperativa esse é o papel [...] atender essa demanda. Vai ser todas as outras [outras culturas produzidas cereais, frutas, hortaliças], mas a mandioca é como um guarda chuva” (1:16’ GF27).

Para vincular-se à cooperativa, os assentados pagam uma parcela única de 100 reais, recurso é para gastos burocráticos da cooperativa (viagens, pagamentos, registros de atas, cartório) (3’ GF6). Embora, na figura 16 se observa que 86% dos entrevistados (de 29 respostas) estão filiados à cooperativa, se constatou que o número total geral de filiados ainda é baixo, segundo a coordenadora financeira da Cooperativa, até abril de 2014 tinha somente 55 cooperados na região do Vale de Itapecuru, e de 11 assentamentos que abrange só três (Cristina Alves, Conceição Rosa, Padre Josimo), tem cooperados. A Vila Cabanagem com 30 pessoas é a que mais filiados tem (7’, 10’ GF6).

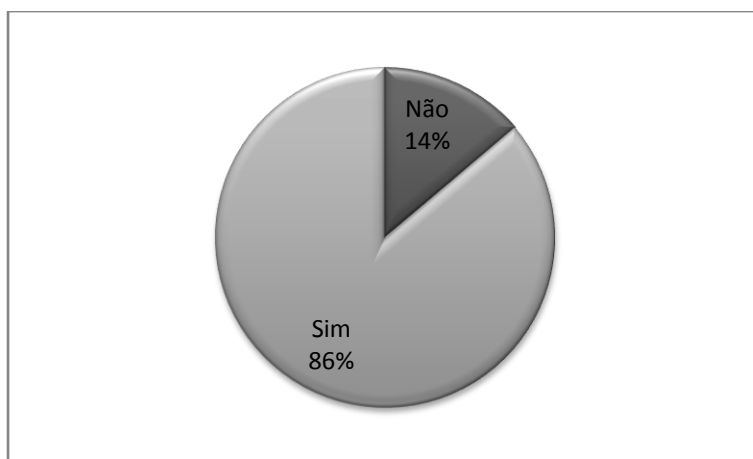


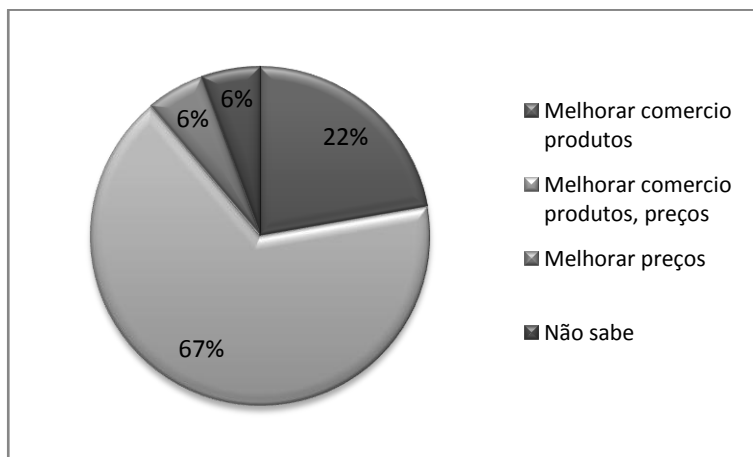
Figura 15 - Participação na Cooperativa regional dos assentados do PA Cristina Alves.

Existe resistência frente as iniciativas de cooperativismo. Isso possivelmente acontece devido aos valores individualistas que dominam a sociedade, a falta de experiência práticas e formação sobre a temática, assim como um comportamento natural de prevenção para evitar riscos pelos camponeses. Esta situação constitui um desafio no processo da Cooperativa:

“essa concepção de cooperativismo para nós aqui é uma questão mais complicada de entender. Não é a toa que nós estamos com três anos discutindo [...] e fazendo seminários sobre cooperativismo e [...] nós começamos a cooperativa com 60 pessoas [...] então é um número muito baixo, tu aqui era para estar com 100 famílias [...] da Conceição Rosa era para estar com 100 [...] o pessoal tem aquela questão, né? ‘não sei se vai dar certo’. Ai o cara ele não percebe que ele perde mais quando

ele está entregando para o atravessador [...] e o cara está ganhando nas costas dele pela falta de conhecimento que tem sobre isso, né?, então é um problema sério essa questão” (1:14’ GF27).

As respostas sobre a pergunta “Para que serve a Cooperativa?” (figura 17) evidenciaram boa compreensão de alguns objetivos da Cooperativa pela população, embora, essa compreensão parece ser parcial e não muito profunda. 95% (de 19 entrevistados) disseram que a Cooperativa ajudaria a melhorar os preços e/ou a comercialização, só 6% indicou que não sabia.



**Figura 16–Finalidade da Cooperativa segundo os assentados.**

Os depoimentos permitiram perceber, como os assentados compreendem o funcionamento da Cooperativa:

“se a gente tem alguma coisa para vender, ai passa para a Cooperativa e é a Cooperativa que já se vira com eles para lá [...] se não tivesse Cooperativa ainda tinha que sair de porta em porta para vender, ai fica ruim, é tipo a farinha, sai de aqui com um alqueire de farinha ainda tem que ir a Itapecuru procurando alguém pra comprar e ainda tem vezes que já não acha, eles querem dar é baixo [...] vai facilitar” (22’ GF20).

Somam-se assim, outras outros desafios aos postulados por Christoffoli (2000): ainda existem pessoas que não sabem o que é e para que serve a cooperativa, e por prevenção (não perder o investimento de 100 reais, que no meio representa uma quantidade considerável) preferem esperar como funciona antes de ingressar; a cultura do trabalho individual. O seguinte depoimento esclarece este ponto na perspectiva de uma das lideranças regionais:

“nós temos no Movimento umas quantas cooperativas que não conseguiram decolar, né? por exemplo, nós temos a COOPERVID<sup>41</sup> na Vila Diamante<sup>42</sup>, nós temos a COOMARA<sup>43</sup> na região de Açailândia [...] o pessoal do sul desenvolve bem essa questão da cooperação, quando trata do cooperativismo, e aqui nós tivemos assistência técnica, mas nós temos mais do 70% das famílias que poderia ter assinado o PRONAF e não quis [...] estamos numa área que é de comunidades tradicionais, aquela comunidade que não tem aquela ganância de estar buscando, de melhorar de vida, tem aquela situação de sobreviver” (1:08’ GF27).

Mas existe uma postura de otimismo em relação à organização da produção, tanto do Assentamento como do Movimento. Asexperiências que não dão certo servem para melhorar os

<sup>41</sup> Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante.

<sup>42</sup> Município de Igarapé do Meio - MA.

<sup>43</sup> Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária da Região Tocantina.



erros e os estamentos de participação servem como filtro para reproduzir as boas experiências. Em depoimento da coordenadora financeira da Cooperativa se revela a expectativa e desejo de ver materializados o esforço e trabalho:

“estamos torcendo que de tudo certo, porque olha a gente já elaborou muito projeto [...] que pra gente fazer uma Cooperativa eles [o banco] procuram muito documento, muita coisa, então já está todo ao dia [...] é só esperar mesmo é ter produto para a cooperativa [...] já foi registrada tudo no cartório, já tem CNPJ [...]é só esperar mesmo é a parte burocrática agora a parte de fazer a casa, começar a trabalhar, começar a exportar, tem um caminhão também do projeto que vai sair” (17’ GF6).

### 4.3 A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES

No PA Cristina Alvesse desenvolve atividades produtivas e de extração de diversos produtos, para alimentação humana e de animais, materiais de construção, combustíveis, artesanato, entre outros. Estes produtos contribuem por meio do uso direto (consumo local) ou indireto (venda) na produção e reprodução das formas de vida sócio-culturais da comunidade.

Verifica-se assim, a importância da produção e extração dos produtos para dar continuidade à existência dos sujeitos humanos e os elementos associados no contexto do campesinato como indicado por Sevilla Guzmán e Gonzáles de Molina (2013) e as lutas sociais que desenvolvem como parte de um movimento social como o MST.

#### 4.3.1 Roça

As roças são áreas localizadas no assentamento, em zonas onde anteriormente existia mato ou capoeiras, normalmente com mais de cinco anos. Ficam afastadas das residências dos assentados, localizando-se fora das agrovilas, e se encontram distribuídas numa ampla área do assentamento, principalmente a área antes conhecida como fazenda Juçara, caracterizada pela aptidão para desenvolver atividades agrícolas e com boa qualidade de vegetação e solos para o sistema itinerante de “roça e queima” ou “derrubada e queima” (Figura 18).



Figura 17– Roça na Vila 17 de Abril com mandioca. Julho 25 de 2014.

Também conhecido como agricultura itinerante, ou roça e queima, “roça no toco” é um sistema de produção milenar que foi criado de forma independente por povos indígenas nativos nas regiões tropicais e subtropicais do mundo (ADAMS, 2000b, OLIVEIRA, 2002), e posteriormente incorporados pelas populações remanescentes de processos colonizadores (SIMINSKI, 2007, p 691).

O processo consiste na derruba e queima da vegetação, onde ocorre a liberação de nutrientes das plantas e formação de cinzas, seguido de um período de cultivo até o declínio da fertilidade do solo, a seguir um período de pousio para restauração da fertilidade perdida, que varia de 4 a 50 anos (SCHMIDT, 1958; ADAMS, 2000 a, b).

#### 4.3.1.1 Descrição geral da roçano PA Cristina Alves

Os resultados apresentados nesse item, sobre o assentamento Cristina Alves mostram grande similitude aos reportados por Freitas (1999, 2000) em estudo que argumenta a crise ecológica no estado do Maranhão. “Roça no toco” é o sistema de maior popularidade, praticado por mais de 95% da comunidade. O estabelecimento da roça é um processo que inicia na escolha do local apropriado e termina regularmente na colheita da última cultura (mandioca) um a dois anos depois (Figura 19).

**A preparação para o estabelecimento da roça** acontece como um processo que inicia na escolha do local apropriado para as culturas priorizadas e termina na colheita da última cultura (mandioca) quase dois anos depois, embora alguns continuam a utilizar o mesmo local para fazer uma nova plantação de mandioca.

Como reportado por Freitas (1999, 2000), no PA ocorrem três tipos de roça, a mais comum “roça de inverno”, a “roça de verão” (ou de São Miguel) e a “roça de feijão”. Os preparativos acontecem em períodos variáveis, em geral para a roça de inverno, a roçagem ocorre de junho a setembro, a derrubada de setembro a outubro, já a queima entre outubro e dezembro. E, de novembro até janeiro é momento de plantar. Para a “roça de verão”, que acontece na metade do ano, a roçagem, queima e plantio ocorrem entre julho e agosto<sup>44</sup>.



Figura 18–Queima de uma roça na Vila 17 de Abril. Julho 25 de 2014.  
Fonte: Trabalho de Campo (2014).

“para roça a gente se organiza mês de julho pra frente [...] começa cortar, roçar, ai deixa lá. Depois que seca, ai toca fogo [...] depende do mato, que em mato grosso roça mais cedo porque é mais melhor [...] outubro pra frente o povo já começa a queimar [...] Ai começa a chuva e o caboclo começa plantar. Se for plantar só mandioca ele planta logo, só ela pura [...] De ai o arroz se for pra plantar o arroz e a mandioca junto [...] pode até plantar a mandioca primeiro, mas planta o arroz também, não deixa ela nascer, porque se ela nascer não deixa sair não (o arroz), tem que ter esse controle ai ” (57<sup>o</sup> GF4).

Quadro 7- Datas para as primeiras atividades da roça

Fonte Gravação	Época de planejamento	Época de Derrubada	Época de Queima	Época de Plantar Mandioca	Época Plantar Arroz	Época Plantar Milho	Época Plantar Feijão	Época de Plantar Legumes
GF 1	Jun	Set-out	Nov	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez

<sup>44</sup> Informação detalhada sobre as atividades realizadas no ciclo agrícola pode encontrar-se em Freitas (1999)

<b>GF 4</b>	Jul-set	NFP/NR	Out	Nov-dez	Jan	Nov-dez	Nov-dez	Nov-dez
<b>GF 14</b>	Set	NFP/NR	Nov	NFP/NR	NFP/NR	NFP/NR	NFP/NR	NFP/NR
<b>GF 19</b>	Nov	NFP/NR	Dez	Jan	Jan	Jan	Jan	Jan
<b>GF 25</b>	Jul-ago	Set	Out	Dez	Jan-fev	Dez	Dez	NFP/NR

NFP: Não Foi Perguntado; NR: Não Responde.

Fonte: Trabalho de Campo (2014).

**As culturas da roça e sua organização.** Há grande diversidade de culturas e variedades. Dentre as espécies mais importantes (figura 20) também reportadas por Freitas (1999, 2000), destacam mandioca, milho, arroz e feijão. Entre tanto, há um grupo de culturas chamadas pelos agricultores de “legumes”, plantadas em quantidades menores e em geral, para consumo local: Maxixe, quiabo, vinagreira, abóbora, pepino, melancia, melão e fava são as mais utilizadas nessa categoria.

“plantam muita mandioca [...] a mandioca rende mais e da mais lucro ligeiro, com 6 mês esta no ponto de fazer farinha [...] e arroz também e feijão tem dado aqui muito [...] milho, todo ano, todas as pessoas aqui tem milho” (45’ GF6).

“a mandioca [...] essa é a mais importante [...] o arroz o milho e o feijão [...] o melão, pepino, quiabo, maxixe, e abóbora também” (39’ GF24).



Figura 19—Mandioca numa roça do PA Cristina Alves.

Fonte: Trabalho de Campo (2014).

**A organização da roça** para o plantio e distribuição das culturas é igualmente diversa. Cada camponês tem uma forma pessoal de organizar as culturas. A definição das culturas e os espaços que elas ocupam se dá pelas características do terreno e se baseia nas estratégias da família para organizar temporal e espacialmente a produção. Reproduz-se depoimento que explica as possibilidades de organizar a roça, o assentado planta arroz, milho e mandioca juntos, e em espaço menor (1/4 da área) feijão, mandioca e milho juntos. As legumes distribuídas em carreiras<sup>45</sup> dentro da área (1:02’ GF4).

“eu tenho uma separada que eu planto só milho, mandioca e arroz [...] tem, milho, arroz e mandioca e abóbora, melancia, melão, maxixe tudo isso planta dentro do arroz [...] o arroz passa por cima e eles ficam lá dentro do arroz e da abóbora. O milho a gente planta de extrema, a maniva a gente planta entre o milho, o arroz é mais pertinho, [planta] de maquina [...] agora o feijão tem que deixar uma ponta

<sup>45</sup> Carreira é o termino utilizado na região para se referir aos espaços localizados entre duas fileiras de milho ou de mandioca dentro de uma roça. Habitualmente nas carreiras os camponeses costumam plantar as legumes.

para plantar só feijão [...] aonde planta feijão não planta arroz, só feijão mandioca e milho” (59’GF4).

Já outros casos, como com os legumes, pode existir uma concorrência leve que pode diminuir os rendimentos: “atrás do arroz as vezes que você planta uma carreira aqui [...] no local daquela carreira ali o legumezinho fica fraco né? o arroz, mas não importa ai você tira a melancia, as frutas essas coisinhas” (40’ GF8).

Em relação aos ordenamentos espaciais o agricultor informa às distancias que utiliza nos plantios:

“[a distancia na melancia] a mais de 2 metros. A abóbora tem que ser mais espaçosa que ela enrola mais [...] o quiabo você pode plantar numa fileirinha que ele não enrola muito, esse espaço de um metro [...] o maxixe ele enrola, mas logo se acaba da produção dele já começa morrer, não atrapalha [...]; ai eu sei plantar pepino, fava a gente planta no pé das pindobeiras, também no pé do milho ela enrola [...]; o pepino pode sermesmo espaço da melancia [dois metros]” (40’ GF8).

Na macaxeira as distâncias utilizadas variam de 1 a 1,5 m, enquanto que para o arroz podem utilizar 50 cm. No milho um metro entre plantas e dois entre carreiras. Já para a mandioca utiliza distâncias de até 2x2 m na roça de inverno, pois está junto com arroz e milho e até menos de um metro na roça de verão, por estar a mandioca solteira(43’, 53’ GF8).

Essas atividades são realizadas segundo as condições da roça (fatores físicos: microclima, solo, relevo, chuvas, idade da capoeira), a forma de organização do trabalho e a leitura que faz o agricultor segundo seus conhecimentos, experiências ou troca de ideias com vizinhos e familiares, que determinam as estratégias de manejo e o momento de aplicá-las.

Outros assentados utilizam insumos químicos (herbicidas), no entanto não é uma prática frequente: “suja de mais, cria muito mato e da trabalhão para limpar, ai tem vezes que é obrigado a gente usar o veneno [...] ele mata só o capim e o arroz” (39’ GF12).

“[para tirar] o mato, eles tem um tal de mata mata um veneno que eles botam no mato [...] é difícil botar, só quando está cheio de mato, aqui eles usam mais no campo de arroz pra matar o mato [...] Mas por aqui é difícil [...] na roça não, aqui é poucas pessoas que usam, é contado que usa não tem?” (51’ GF6).

Regularmente o controle desses problemas não se faz até que alcança um nível preocupante. No arroz foi frequente ouvir sobre uso de inseticidas químicos, mas só um assentado deu o nome do produto que denominou de “barragem” (45’ GF12) do que não pudemos estabelecer o nome comercial. No entanto a intensidade da praga não é igual para todas as roças, tem algumas pessoas que já tiveram experiências de ataques fortes, enquanto outros relatam que não precisaram o uso de agrotóxicos: “no arroz às vezes quando da uma praga que eles chamam de cangapara [...] ai eles botam no arroz [...] é pouco, é só pra matar ele” (51’ GF6); “[cangapara], aquela tem botar veneno, mas aqui nós nunca botemo não, ela da, mas pouca, pouquinha [...] não da de estragar” (46’ GF14).

“a cangapara a gente cuida com veneno [...] eu não lembro [do nome do veneno] [...] depois que a praga entra dentro da torceira do arroz não fica só ela, ela vai província ali muitos filhotes lá, ai acaba com o arroz, ai tem que jogar veneno.

Quando ela já está com os filhotes ai já não tem nem como a gente, que ai acaba mesmo que o arroz mesmo” (46’ GF13).

Já na mandioca, parece interessante este relato que demonstra como na cultura local ainda é muito forte a presença de práticas místicas e ritualistas associadas com a agricultura:

“na mandioca às vezes da à lagarta, um lagartão desse tamanho, ela come a folha todinha, a produção cai [...]é frequente aqui nessa região nossa [...] dizem que tem uns rezador que reza né? ai diz que o cara pega ela, né?, pega ela e mete um pau nela assim [...] ai coloca em três cantos da roça, aqui, aqui e aqui, e guarda encima do vento e deixa lá, ela vai embora e se acaba” (46’ GF14).

A fertilização nas roças ocorre com a cinza proveniente da queima. Constatou-se que não acontece outras práticas de fertilização. Alguns agricultores manifestaram desejo de adubar e aplicar calcário, que pelas condições econômicas resulta atualmente improvável:

“a terra queimada, queima aquelas palhas, aquele mato todinho fica aquele estrumo e fica aquela cinza, né? [...] e a terra crua [sem queimar] só se é adubado [...]a cinza] ela ajuda o legume, [se não fosse pela cinza] não dava nadinha, por isso que a gente tem que roçar para queimar” (29’ GF19).

**A Colheita** dos produtos acontece em geral da seguinte forma: milho verde, de fevereiro a abril; milho seco entre maio e julho; arroz entre abril e junho (segundo o ciclo da variedade); legumes de março a abril; e mandioca de um ano a dois anos (Quadro 8).

Quadro 8– Épocas de colheita dos principais produtos da roça

Código da Família	Colheita Milho Verde	Colheita milho seco	Colheita Arroz	Colheita Mandioca	Colheita Legumes
01	NFP/NR	Jun – jul	Abr-jun	Depois de 1 ano - 2 anos	Mar-abr
04	Mar	NFP/NR	Mai – jun	Depois 1 ano	NFP/NR
17	NFP/NR	NFP/NR	Mai-jun	NFP/NR	NFP/NR
25	Fev - mar	Mai	Mai	<ano e meio	NFP/NR

NFP: Não Foi Perguntado; NR: Não Responde.

**Produtividade das culturas da roça.** A produtividade média de farinha de mandioca, foi 0,94 tn/farinha/linha de mandioca (31,5 paneiros). As respostas variaram nas faixas de 0,3 – 1 tn. no extremo de menor produtividade, até 1,5 – 2,1 tn. no extremo de maior produtividade. 50% indicou uma produtividade média entre 0,8 – 1,2 tn (27- 40 paneiros)/linha de mandioca, 29% indicou produtividades baixas (<700 kg ou 23 paneiros), e 21% reportam produtividades altas superiores a 1,2 tn. (40 paneiros) (figura 21).

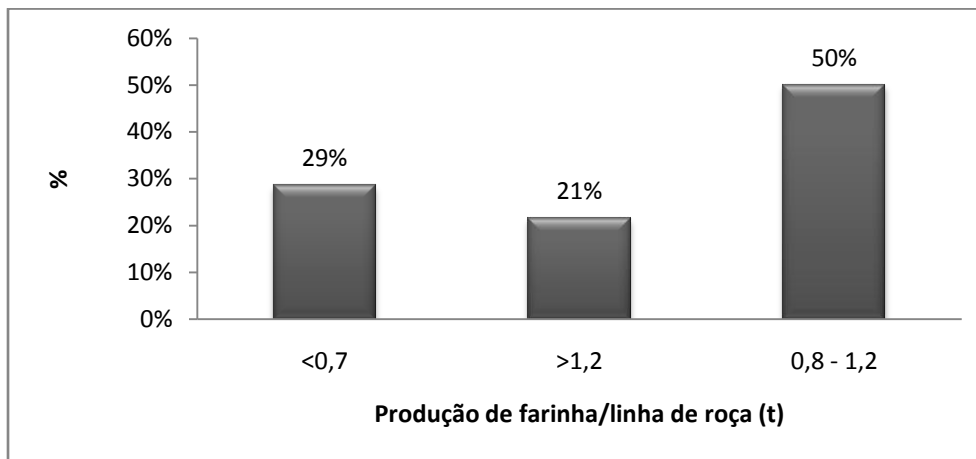


Figura 20– Produtividade média de farinha de mandioca por linha de roça

Sobre a produtividade das outras culturas encontrou-se: o arroz se encontra na faixa de 0,5 – 1,8 tn/arroz casca/linha e 0,2 – 0,9 tn/arroz beneficiado/linha de roça; o milho de 0,6 – 1,2 tn/milho verde/linha e de 0,1 – 0,4 tn/milho em grão/linha de roça; o feijão entre 0,1-0,2 tn./linha.

“tem pessoa que faz separado, mas eu acho bom é junto [...] às vezes a gente bota uma linha de arroz puro, para não plantar nadinha dentro só arroz, ela da mil quilos de arroz (por linha) [...] mas se você plantar mandioca dentro do arroz, com milho, ela da 300 quilos de milho, 500 de arroz e da maniva não tem limite porque se gente vê ela nascer boa, ela da é muito, da até mil quilos de farinha por linha” (31’ GF5).

“uma linha de mandioca ela sendo boa pode ser se tira ai de 20 a 30 paneiros de farinha [...]até 30 paneiros você produz [...] ai cai pra 20, 15 [quando não esta boa] [...] a roça de verão da mais, porque você planta ela [a mandioca] junto, a um metro, menos de um metro [...] ela alcança até 40 paneiros”.

O entrevistado utiliza distancias de até 2x2 m na roça de inverno, e na de verão até menos de um metro, mas estas distancias variam segundo a pessoa: “tem gente que planta mandioca de verão quase 60, 70 centímetros, distancia de um pé para outro, só que ela fica muito junta ela produz menos, ela mais espaçosa produz mais” (51’ GF8).

**Calculo do trabalho para estabelecimento e manejo de uma roça.** A quantidade de trabalho empregado para preparar, estabelecer e cuidar a roça é alta, o processo é complexo e requer habilidade e experiência. Diversas estratégias são empregadas, pois a intensidade de trabalho nas diferentes fases varia e o dono da roça deve estabelecer parcerias com familiares, amigos e vizinhos para desenvolver esses trabalhos. O quadro 9 mostra as atividades e a força de trabalho requerido nelas, para uma roça estabelecida em uma capoeira antiga (mato grosso).

Quadro 9– Atividades e quantidade de trabalho empregado para uma linha de roça de mato grosso

Atividade	Número de diárias	Época da atividade	Observações
Roça (brocar)	4	Junho (após chuvas)	
Derruba	3	Set- out (3 a 4 meses)	Realizada com foice e machado. Derrubada de arvores de grande porte e palmeiras
Queima	1	Novembro	
Coivara	-		Neste caso não há, pois o mato é grosso, só aplica quando o mato é capoeira.

Plantar arroz	1	25 de dez – 01 de jan	Varia com a estabilidade das chuvas
Plantar maniwa	5	25 de dez – 01 de jan	Varia com a estabilidade das chuvas
Plantar milho	0,5	25 de dez – 01 de jan	Varia com a estabilidade das chuvas
Plantar quiabo, maxixe, abóbora, melancia, pepino, etc.	0,5	25 de dez – 01 de jan	
Capina	4	20 de fevereiro (início)	Depende do mato, se o mato for grosso a capina é leve, vice-versa.
Colheita de legumes (maxixe, quiabo, etc.)	-	Começa colher a partir de março – abril	Só para consumo, não especifica trabalho envolvido.
Colheita de arroz	10-15	De abril (arroz 3 mês), a junho (arroz lajeado, arroz Canadá, 5 meses)	Em 1 dia uma pessoa pode colher 100 - 150 kg de arroz
Colheita milho	2	Junho – julho	Milho grão (seco) para ração
Capina da mandioca	3	Agosto - setembro	Capina os tocos de milho, arroz, etc.
Colheita de mandioca e preparação da farinha para 04 tn. de mandioca e 1,2 tn. (40 alqueires) de farinha	24	Fevereiro – dezembro do ano seguinte	Ideal colher com ano y meio, mas se alagar tem que pegar antes
			100 kg mandioca de molho fazem 60 kg de puba = 30 kg de farinha (1 alqueire)
			1 linha em mato grosso produz 3 a 4 tn. mandioca (30 a 40 alqueire de farinha)
Bater ou trilhar o arroz	2,5		Bater o arroz. 500 kg arroz palha por dia
Pilar o arroz	4		15 alqueires por dia na maquina pequena (do assentamento) = 450 kg de arroz/dia
Colher, bater, ensacar milho	3		

Fonte: Trabalho de Campo (2014).

#### 4.3.1.2 Proporção da área utilizada para roça no PA Cristina Alves

O INCRA (2012) determinou em relação ao uso do solo, que menos de 2% (95,53 ha) da área total do PA encontrava-se, catalogada como “área de roça”. Isto indica que ha uma relação aproximada de um hectare/família/ano, tendo em conta uma média de 90 famílias.

Alguns assentados estabelecem só o que denominam “roça de inverno” (período chuvoso), outros podem também fazer a “roça de verão” (“roça de São Miguel”). Na figura 22, se observa que 44% dos entrevistados (de 19 respostas) possuem só uma roça, regularmente de inverno. Contudo 39% possuem pelo menos duas roças (inverno e verão). 6% indicou que tinha três roças enquanto duas famílias (11%) não tem nenhuma.



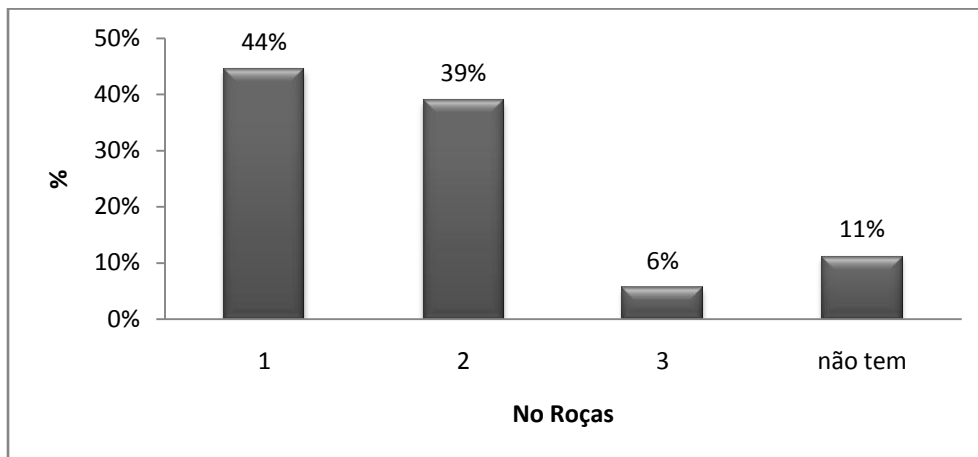


Figura 21–Distribuição do número de Roças entre os assentados no PA Cristina Alves.

#### 4.3.1.3 Tamanho total das roças individuais

O tamanho total das roças também é variável, mas quando a família possui roças de inverno e verão o tamanho total é maior do que quando só tem uma roça. A média da área total de roça foi de 3,22 linhas/família<sup>46</sup>. No entanto, existem assentados sem roça, outros com varias roças de tamanhos entre uma e mais de cinco linhas (0,3 a >1,5 hectares) (figura 23).

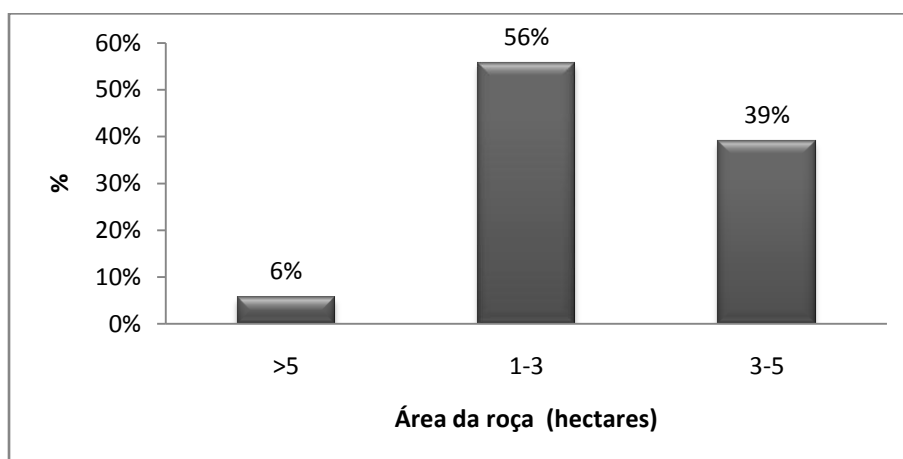


Figura 22– Área das Roças.

Mais da metade (56%) dos entrevistados se encontra na média de um há, outro 39% não ultrapassa as cinco linhas (<1,5 ha). Mas, em geral, são poucos que têm roças menores a duas linhas (19%). Isso indica que 81% deles têm roças maiores do que duas linhas (0,61 ha).

Também se observou como circunstancias associadas com doenças físicas, regularmente dos homens das famílias, podem limitar o estabelecimento das roças. No entanto estas famílias adotam estratégias de sobrevivência com base na cooperação e ajuda familiarese vizinhos que contribuem com a oferta de trabalho (diárias) e doação ou troca de recursos para sustentar os gastos da família.

“mas ele [o esposo da entrevistada] [...]tem asma, ele não pode estar muito na poeira [...] não fizemos roça assim, alias o pai dele fez ai eu ajudava ele lá na capina [...] ai ele repartia o dele com a gente” (8’ GF11).

<sup>46</sup> Um hectare corresponde a 3,3 linhas. Uma linha corresponde a 3025 m<sup>2</sup>.

#### 4.3.1.4 Análise do contexto das áreas de roça e pousio no PA

Uma média de 90 famílias aproximadamente roça uma área de 100 há/ano, que corresponde a 2% da área total do PA. As primeiras roças aconteceram em 2007, assim, até hoje (2014) aconteceram sete safras, com 14% da área total do PA, isto é 700 ha empregadas no estabelecimento das roças familiares.

Diferentes autores têm reportado que excessos no tempo de cultivo ou diminuição dos períodos de pousio, situações de ocorrência provável com aumento populacional e demanda por terra, podem ameaçar o equilíbrio dos sistemas itinerantes e causar falência dos mesmos (ALTIERI, 1989; WHITMORE, 1990; VANDERMEER & PERFECTO, 1995 apud SIMINSKI, 2007).

Alguns agricultores cientes disso, relatam sinais de degradação nos rendimentos que diminuem pela exploração das capoeiras:

“já estamos sem terra pra fazer roça, nós que somos acostumados de fazer roça no pé no toco [roça e queima], não temos mais mato, estamos lutando com essas mandioquinhas, já nas capoeiras, você esta entendendo?” (54' GF25).

“Não temos mais espaço pra fazer, que nós já desmatamos a primeira mata e a próxima que tem é da reserva, então estamos em dificuldades de fazer uma roça né?” (24' GF21).

Outros reconhecem o problema no mau aproveitamento que se faz das áreas de roça:

“tem pessoas que sabem que não da conta de botar aquele total de linha [...] Pra deixar o mato se perder [...] mais é pra pegar a madeira e vender, que é para ganhar aquele dinheiro entendeu? E ai fica chato porque eles ficam botando lá para perder e ai de tanto eles fazer isso hoje nós estamos quase sem mato pra trabalhar” (24' GF17).

Também se percebe que há pouca informação técnica e desconhecimento de formas de manejo adequadas. Na perspectiva de alguns assentados, as soluções encontram-se nas práticas culturais convencionais de uso intensivo de maquinaria e insumos externos:

“pode trabalhar nessas capoeiras só se ser maquinaria [...] ai tem condição de camará tornar a continuar fazendo fatura [...] se a gente faz uma roça esse ano, de aqui a cinco, seis anos é que ela vai estar pronta de novo, para tornar fazer roça de novo viu? menos disso ela não está pronta [...] se continuar queimando, a tendência é a terra enfraquecer [...] [a produção] vai diminuir” (56' GF25).

O pensamento geral entre os assentados diz que cinco a seis anos de recuperação após uma roça, é suficiente para repor as condições para roçar de novo. Como informado por Siminski (2007, p. 692)

“No seu modelo mental, os agricultores avaliam que o processo de sucessão e de recuperação do solo na região é muito rápido. Partindo desse pressuposto, acreditam que o sistema de agricultura de pousio teria um caráter de sustentabilidade, uma vez que nunca haveria a necessidade da derrubada de toda a área de mata”.

Mas esse pressuposto não é necessariamente correto. Tendo em vista que não existem estudos específicos na área que recomendem períodos de regeneração para evitar a degradação além

da informação proveniente de estudos realizados em zonas agroecológicas semelhantes, indicam que se deveria ter maior precaução evitando períodos curtos como está acontecendo atualmente.

Segundo Moura et al. (2008 a, b) os programas de reforma agrária podem derivar num problema com o aumento da densidade demográfica e do número de agricultores proprietários, fato que reforçaria a necessidade de substituir o sistema de produção itinerante empregado, que por vezes não consegue garantir nem a segurança alimentar das famílias. Os autores propõem o sistema de cultivo em aleias<sup>47</sup> como modelo alternativo que levaria em consideração, os princípios de sustentabilidade e as particularidades agroambientais e sociais da região.

Seguindo a Gomez et al. (2014) os sistemas tradicionais de produção possuem um potencial ecológico, cultural e socioeconômico. Deve-se pretender o desenvolvimento de estratégias que permitam “abordar essas práticas de forma sistêmica, proporcionando o envolvimento crítico dos agricultores, técnicos, consumidores e dos agentes ambientais – estes últimos, quase sempre distantes da prática agrícola” (GÓMEZ et al., 2014, p.13)

Precisa-se também, por parte das pessoas que trabalham junto às populações rurais (profissionais, militantes sociais), “compreender que as práticas e normas sociais (formais ou informais) são construídas socialmente” (GÓMEZ et al., 2014, p.14), isto é de baixo para cima, e não pela imposição vertical normalmente utilizada de cima para baixo.

### 4.3.2 Quintal

“a gente plantou só maniva e macaxeira, e fora os pés de fruta né? que tem lá, mamoeiro que esta carregado uns pés de mamão, limão” (35’ GF3).

Os quintais são áreas que ficam próximas às casas, localizados dentro das agrovilas. No PA Cristina Alves cada agrovila delimitou áreas diferentes para os quintais, sendo 1250 m<sup>2</sup> (25x50 m) para a Vila 17 de Abril, e 4500 m<sup>2</sup> (150x30 m) para a Vila Cabanagem, devido a que na Vila Cabanagem a população discutiu a necessidade de ampliar a área. A proporção da área ocupada pelos quintais é de 26 ha, que corresponde a 0,5% da área total do PA.

O “quintal típico<sup>48</sup>” é um Quintal Agroflorestal ou doméstico (home garden)<sup>49</sup> (figura 24 e 25) que possui o componente florestal. No início, os assentados fizeram o processo de roça no toco nas áreas dos quintais, estabeleceram culturas anuais de roça (milho, feijão, arroz, mandioca e legumes), para depois organizar os espaços seguido do enriquecimento com frutíferas diversas: “aqui quando a gente chegou primeiro a gente plantou mandioca, macaxeira no quintal, ai foi

---

<sup>47</sup>Cultivo em aleias (alley crops): É um sistema agroflorestal que emprega espécies vegetais arbóreas ou arbustivas fixadoras de N<sub>2</sub>, intercaladas em faixas com culturas anuais. As espécies fixadoras se podam a cada tempo para adubação verde melhorando a fertilidade do solo, e/ou usá-las como forragem (LOSS et al., 2009).

<sup>48</sup> Mesma aceção de “roça típico” explicada no item anterior.

<sup>49</sup>Quintal Agroflorestal: associação de diversas espécies (florestais, agrícolas, medicinais, ornamentais e animais), com objetivo da complementação da produção. Considerados importantes alternativas na conservação da diversidade, caracterizam-se por ser sistemas tradicionais, sustentáveis com a capacidade de ofertar produtos e/ou serviços, diminuem os gastos familiares ao fornecer diversos produtos, precisam poucos insumos e podem representar fonte de renda (ALTIERI et al., 2011; POÇA et al., 2011; JANUARIO; WANDELLI, 2011).

plantando as outras plantas [frutas e hortaliças], e depois deixou mesmo só as outras, tirou a mandioca” (48’ GF4).



Figura 23–Quintal do PA Cristina Alves  
Fonte: Trabalho de Campo (2014).



Figura 24 – Quintal do PA Cristina Alves.  
Fonte: Trabalho de Campo (2014).

No Quadro 10 se observa a composição de espécies de um quintal segundo depoimentos de entrevista realizada.

Quadro 10– Quantidade de espécies vegetais e animais de um quintal do PA Cristina Alves

Número	Espécie	Unidades	Número	Espécie	Unidades
1	Jaca	1	12	Tanja	2
2	Limão	2	13	Azeitona	3
3	Manga	4	14	Corante	1
4	Coco	1	15	Algodão	2
5	Ata	2	16	Macaxeira	>10
6	Caju	1	17	Plantas medicinais	>10
7	Acerola	1	18	Pimenta de cheiro	2
8	Laranja	1	19	Vinagreira	NR
9	Abacaxi	4	20	Abóbora	NR
10	Noni	3	21	Galinha	>5
11	Ingá	1			

\*NR – Não Reportado.

Fonte: trabalho de Campo (2014), (22’-25’ GF7).

Observa-se que no quintal existem vários espaços em que estão distribuídos as culturas e criações. As espécies cumprem diversas funções alimentares, medicinais e ornamentais. No quadro 11 se apresentam as principais culturas e criações dos quintais. Destacam-se quatro grupos, distribuídos de múltiplas formas, e inter relacionados (sombra, adubo).

Quadro 11– Espécies vegetais e animais cultivados no quintal de PA Cristina Alves.

Frutíferas	Horta, oleícolas e condimentares	Culturas da roça no quintal	Criações animais
------------	----------------------------------	-----------------------------	------------------

Limão, mamão, abacate, abacaxi, manga, cupu, cupuaçu, cajá, ata, acerola, coco de praia, caju, laranja, tanja, murici, maracujá, goiaba, banana, ingá, bacuri, noni, café, azeitona, seriguela, corante, algodão.	Cebola, cheiro, couve, alface, pimenta, pimenta de cheiro, tomate, vinagreira e plantas medicinais diversas.	Milho, macaxeira, quiabo, maxixe e abóbora.	Galinha, pato e porco.
---	--	---	------------------------

Fonte: Trabalho de Campo (2014).

As frutas tem papel destacado pela diversidade, abundancia, e como complemento nutricional, especialmente para as crianças.

“[a fruta] é rica em vitaminas, porque você tirar uma coisa do pé e comer logo; é ruim que você vai comprar na rua, que você tem o processo todinho, que quando vem da rua é porque já passou por um processo bem grande que eles têm que botar remédio, aqui é tudo naturalzinho” (49’ GF6).

Não acontece uso de agrotóxicos nos quintais. A fertilização com fontes externas ocorre pouco, e se acontecer, provém dos resíduos agrícolas (de arroz, cocô de bode, etc.): “com cisco [de arroz] eu peguei um pouco de adubo [...] eu peguei um pouco no saco e botei nos pés de fruta lá em casa e já tem coco já tem todo que vai botando, e nos outros quintais ai não bota” (37’ GF9).

“juntei um monte de estrume de bode [...] ai eu peguei trouxe o estrume de lá pra adubar [...] ai sair fazer os canteiros, enchi de estrume os canteiros e fiquei aguando no verão [...] planto tomate, eu planto cebola, eu planto pimenta de cheiro, eu planto cheiro verde tudo eu planto” (1:13’ GF17).

### 4.3.3 Áreas coletivas

No Assentamento existe a produção em coletivos, em se inserem os interessados nos produtos ou criações. A participação é voluntária e nem todos os assentados participam neles, tendo assim variabilidade de integrantes de cada coletivo a cada ano. Às vezes uma pessoa participa de vários grupos coletivos ou membros de uma família, integram diferentes grupos:

“eu participo do grupo de mulheres ne?, então a gente tinha uma horta [...] e tem também o SAF, participo [...] não participei do campo [agrícola], é muito longe [...] eu coloquei meu nome este ano, mas não deu muito certo ai acabei por não participar” (34’ GF3).

Na Figura 26 aparecem os resultados sobre participação dos grupos de produção coletiva. 72% sim participa, frente ao 28% que não o faz por diversas razões.

Os coletivos do Assentamento são: Campo Agrícola, Sistema Agroflorestral (SAF), Horta de Mulheres, Grupo de Bode. Aprofunda-se aqui no campo agrícola, por ser o mais referenciado nas entrevistas, dando só um rápido olhar nos outros grupos. Já a forma de organização do trabalho nos coletivos se explica no capítulo 4.4 Economia e Trabalho.

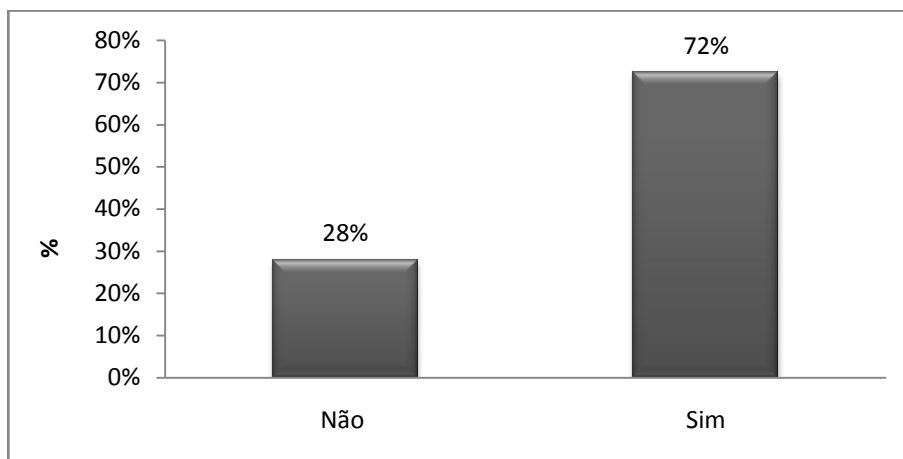


Figura 25- Participação dos Grupos de Produção Coletivos.

#### 4.3.3.1 *Campo Agrícola*

Coletivo de produção que funciona desde 2012, e busca produzir cereais e leguminosas a escala maior, aproveitando áreas do Assentamento sem vocação para roças e que já eram exploradas com culturas anuais antes do Assentamento. Conhecido como “grupo do arroz”, devido essa foi a única cultura plantada até a data, onde o manejo da cultura tem sido nos padrões do sistema convencional com uso de maquinaria e fertilizantes químicos como NPK, Superfosfato simples e ureia, adquiridos com empréstimos da associação do Assentamento: “nós peguemos um empréstimo ai da associação e depois nós paguemos com arroz, e o arroz do ano passado ainda está ai pra vender está armazenado” (18’ G3F4).

Os problemas com demora do trator, como aconteceu este ano, em que por chegar tarde em relação às chuvas, foi impossível realizar o preparo do terreno. Assim, a área de arroz deste ano não foi superior a um hectare, em comparação com 30 hectares do ano 2013:

“só é uma hectare coletiva, foi muito fraquinho. O ano passado nós tinha era 30 hectares [...] é que ali depende da maquina para gente fazer que não tem, e ai quando é no tempo de fazer não tem a maquina [...] e quando a maquina chega passou o tempo, este ano foi isso!, ai [o trator] não conseguiu entrar mais [na terra, por causa das chuvas]. Mas quando nós tiver os trator que estão dizendo que o projeto que está aprovando [se refere ao projeto de FUMACOP] ai pra mim que vai melhorar tudo” (45’ GF4).

A área potencial do campo agrícola encontra-se ao redor das 180 hectares, e a produtividade média em torno de 2500kg arroz/há (32’ G2F21).

#### 4.3.3.2 *A horta de mulheres*

Projeto que surgiu em 2013 da iniciativa de um grupo de mulheres da vila Cabanagem, com uma área de 2500m<sup>2</sup> (29’ G2F21) onde se produz hortaliças para consumo e comercialização. Teve contribuição da associação por R\$ 2000,00 para a compra de materiais (45’ GF28). A organização do coletivo consiste na divisão de tarefas de acordo ao trabalho a realizar:

“22 mulher que nós éramos no começo, né?, então quando era dia de coletivo de limpeza, de fazer canteiro nós estava todo mundo junta, mas quando era assim pra cuidar todo dia ia um grupo [...] meu grupo vai hoje, ai ajeita os canteiros todinhos,

planta o que tem que plantar, limpa [...]no outro dia ia outro grupo [...] dois dias por semana (cada mulher), ficava mais leve”(39’, 43’ GF6).

O coletivo teve boa aceitação no início (2013), e a experiência inicial foi interessante em que pese os problemas encontrados que levariam à deserção de alguns integrantes por motivos como dificuldade na comercialização e doenças:

“cebola, cebolinha, cheiro verde, plantamos quiabo, abóbora, vinagreira [...] a gente fez para vender, [mas conseguiram vender] pouco [...] eu acho que até pelo acesso também da cidade né? de transporte que a gente não tinha, as vezes a gente levava a cidade e já chegava um pouco murcho e as pessoas já não querem porque eles contratam de muito [...] e se era pouco não tinha como a gente fazer um contrato de muito e então a gente acabou perdendo ainda” (37’ GF3).

“a gente vendia bastante no começo e ai foram as pessoas desistindo, muita gente saiu por causa de saúde mesmo, tem mulher que engravidou [...] eu sai porque eu não aguentei mais o medico proibiu isso em mim na coluna [...] mas meu marido ficou no meu lugar” (39’, 43’ GF6).

No entanto, as integrantes do grupo estão se organizando para retomar trabalhos: “ai tem um projeto ai né? para melhorar, botar estufa ajeitar, tomara que de aqui a uns dois anos a gente esteja bem melhor” (37’40’’ GF3). Atualmente há um grupo organizado de 10 pessoas que estão desenvolvendo preparando para produzir (41’ GF6).

#### 4.3.3.3 *Outros grupos ou iniciativas de produção coletivas*

Existem outros grupos coletivos de produção ou iniciativas ainda não consolidadas como propostas e tem o objetivo de utilizar os diversos recursos e potencialidades do PA.

**O Grupo de criação de animais.** Encontra-se aqui o grupo coletivo de bode (caprinos) que conta com mais de 100 animais (GF21) e está conformado por aproximadamente 10 assentados nas duas vilas, com preponderância da Vila 17 de Abril, devida à proximidade da área onde se localizam os animais (GF34). Segundo o presidente da associação o grupo recebeu apoio inicial de R\$ 2500 para material e ferramentas (45’ GF28).

A criação de **Gado de corte e leiteiro**, de administração da associação do PA (ver capítulo 4.2), que conta com mais de 70 bovinos, das que 30 pertencem à associação e pouco mais do que 40 às famílias assentadas (GF21).O gado leiteiro aparece como uma iniciativa em andamento que se pretende fortalecer no projeto FUMACOP.

**O Grupo dos SAF’s (Sistemas Agroflorestais).** Uma das ideias mais interessantes do ponto de vista da agroecologia, que tem provado ser uma forma de manejo sustentável dos recursos agrícolas e florestais. Encontra-se em três hectares e foi implantada em 2011, com espécies frutíferas e nativas. Pretendeser uma experiência piloto na busca de alternativas ao manejo tradicional da roça no toco que os assentados utilizam.

Encontra-se aqui o **eucalipto**, uma plantação que existia antes da criação do PA e que tem sido explorado como monocultura para extração e venda de madeira. Corresponde a duas áreas de 20 e seis hectares (40’GF21), onde o Setor de Produção está tentando implementar (encontram-se

hoje na etapa de discussões) formas de manejo diversificando o sistema com outras espécies arbóreas, fruteiras, nativas e criações, para convertê-los em sistemas Agroflorestais ou Agro-silvo-pastoris.

#### 4.4 ECONOMIA E TRABALHO

Este item é complementar do item 4.3 Produção. Permitirá a melhor compreensão das lógicas do trabalho agropecuário e ampliará aos componentes econômicos não agrícolas mais importantes para a vida dos assentados.

##### 4.4.1 Aspectos econômicos

Existem dois tipos de renda no PA Cristina Alves: renda agrícola e renda extra ou não agrícola. A primeira corresponde à soma dos produtos do trabalho agrícola dos que se obtém algum benefício para a satisfação das necessidades próprias, incluem os produtos de autoconsumo e os que são comercializados. A renda extra agrícola é aquela não vinculada ao trabalho agrícola, e obtida de áreas de trabalho diferentes do mesmo.

###### 4.4.1.1 Renda Agrícola<sup>50</sup>

Os assentados produzem diferentes bens que permitem satisfazer algumas necessidades, garantindo a sobrevivência, e alguns recursos adicionais para melhorar suas condições de vida. Entende-se a renda agrícola desde os três espaços de produção: roça, quintal e grupos coletivos.

No **quintal e coletivos de produção**, a maior parte de produtos, são para autoconsumo (frutas, hortaliças, criações menores, cereais), mas vários deles podem ser comercializados em diferentes momentos e quantidades (quadro 12 e figura 27).

Resulta difícil estimar a renda de cada família, devido à variabilidade de aspectos como quantidades para consumo e venda, e variação constante dos preços dos produtos no mercado, que precisaria um estudo mais aprofundado focado no assunto.

Segundo dados das entrevistas<sup>51</sup>, para farinha de mandioca, a média de consumo por família foi de 7,71 alqueires/ano (231 kg), equivalente a 0,63 kg/dia/família. A média de produção anual de farinha para venda foi de 47 paneiros/ano/família (1410 kg). No arroz o consumo pode chegar a 480 kg/ano/família (46' GF17).

Assim, tendo como média R\$80/paneiro de farinha e supondo que uma família produz 50 paneiros/ano, a renda média por venda de farinha, seria de R\$ 4000,00/ano, equivalente a R\$ 333,33/mês. Valor abaixo da renda reportada por alguns assentados em torno de R\$ 400 – 600/mês. Segundo depoimentos a melhor época para venda de farinha pode levar renda alta, mas não todo o ano é igual: “às vezes chega até mil [reais] por mês quando chega aquela data de a gente fazer [...]

---

<sup>50</sup>Entendemos a renda agrícola como os bens e serviços que os assentados produzem, seja para consumo, venda, troca ou doação.

<sup>51</sup>Entre sete famílias que responderam sobre este ponto.



tem uns meses que está paradinha, ai vai segurando só com o salariozinho, mas há tempos que da mais” (53’ GF14).

Na figura 27, se observa a importância da venda dos diferentes produtos da roça e do quintal. A farinha de mandioca é a principal fonte de renda, reportada por 20 assentados. A venda ocasional de milho seco (em grão) ou verde foi reportada por seis assentados, seguido do arroz branco ou torrado, indicado por cinco entrevistados.

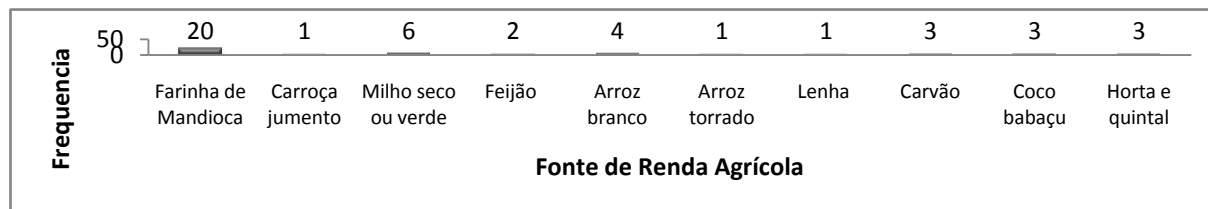


Figura 26- Fontes de renda agrícola para comercialização.

**Os preços dos produtos comercializados.** Há grande variabilidade nas respostas sobre o valor pago pelos produtos que os assentados vendem. Na farinha de mandioca o valor varia com a oferta e demanda e os jogos de especulação dos comerciantes, fluindo de R\$ 40 a 300/paneiro (30 kg) nos dois últimos anos (quadro 12). Segundo depoimentos, entre setembro e janeiro o preço da farinha cai devido à alta produção. Se chover a partir de dezembro ou janeiro, a mandioca pode apodrecer o que leva os atravessadores tentar tirar vantagens nos preços e baixar o valor (48’ GF5).

Outros produtos como milho, arroz, coco babaçu (amêndoa ou azeite), carvão ou lenha, e produtos do quintal ou hortaliças, são comercializados ocasionalmente, quando há necessidade para gastos urgentes da família, ou baixo pedido e encomenda prévia (quadro 12).

Quadro 12- Relação dos produtos para venda e os preços de comercialização 2013 -2014.

Fonte de Renda	Veze reportadas	Preço por unidade (Reais)	Observações e Referencias
Farinha de mandioca	20	40-300/Paneiro	01 paneiro = 30 kg.
Milho seco ou verde	6	25R/100 espigas; 40 R/saco 60 kg	Vende quando esta bom, 2 – 5 sacos segundo a temporada (G3F4); (GF15); (GF16); (GF17); (36’ GF26); (GF30); (36’ GF26)
Feijão	2	NR	Às vezes vende, mas muito pouco (G3F4), (39’ G2F21)
Arroz branco	4	1R/kg	Só às vezes e pouco (4’ G3F4); (39’ G2F21); (36’ GF26); (GF17)
Arroz torrado	1	5R/kg	Vendeu 01 saco por encomenda o ano passado (30’, 47’ GF17).
Lenha	1	260-350 R/ 01 carrada.	01 carrada = 20m <sup>3</sup> . Atravessador compra em 300, vende 700–900 R na cerâmica (40’, 43’ GF17)
Carvão	3	15 R/saco	GF10; GF17; GF26
Coco babaçu	3	Encomenda 2,5R/kg. No mercado 1,3 R/kg	Vendeu 20 kg entre jan-maio (GF11); (GF16); (24’ GF20)
Horta e quintal	3	NR	Vende ocasionalmente quando vai à cidade (1:15’ GF17); Vendeu abóbora (1R/kg) muito barato, não vendeu mais (GF26); limão 30 R/kg (54’ GF10)
Carroça jumento	1	15 R/Serviço	Aluguel carroça jumento (56’ GF10)

NR =Não Responde. Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Os assentados reconhecem que a organização cooperada é uma ferramenta para resolver problemas. Comparando agricultores organizados e não organizados um assentado explica, que no PA Cristina Alves têm maiores possibilidade de guardar farinha quando o valor comercial está baixo (R\$50–70), mas ainda várias famílias são vulneráveis frente à necessidade, assim ainda é preciso se organizar melhor:

“todos eles [os não assentados] tem que vender barato [...] se se organizar não tem que vender barato [...] agora [no PA Cristina Alves] é do mesmo jeito que está lá fora [...] a gente tem que vender barato às vezes [...] a gente guarda dois, três alqueires, mas amanhã está vendendo [se precisa o dinheiro]” (47’ GF5).

Em relação ao *crédito rural* até o momento não conseguiram acessar ao programa PRONAF. Embora os assentados se manifestam confiantes e acreditam que por ser parte de um assentamento do MST as possibilidades se beneficiar com o credito, são maiores: “agora eu acho que é mais fácil [...] porque você tem um local onde trabalhar e os créditos o cara que não tem um local onde trabalhar certo ou trabalha assim na terra dos outros é mais difícil e complicado” (1:11’ GF8).

#### 4.4.1.2 Renda extra agrícola

A renda extra agrícola (não agrícola) é obtida no trabalho que não está associado diretamente ao trabalho agropecuário. Alguns justificam a necessidade de buscar fontes de renda adicionais à agricultura na procura de condições melhores para as famílias, ou em casos extremos, pelas dificuldades em satisfazer as necessidades mínimas:

“Não dá para a gente viver só da roça [...] para quem tem sete meninos, mas eu não reclamo porque eu tenho sete meninos, eu agradeço muito a Deus, mas dá um trabalhão para quem tem que comprar [por exemplo] sete cadernos, lápis, caneta, é uma despesa, aí tem a mistura de comer [proteína animal] que não pode faltar” (54’ GF12).

Os benefícios dos programas sócias do governo são representativos na renda extra das famílias e constituem uma fonte importante que contribui com os gastos das famílias. A bolsa família é o mais comum no PA, no entanto vários assentados indicaram ter problemas por diminuição, perda ou alta burocracia para a obtenção do benefício, que é reconhecido como uma ajuda, mas não como a base da economia familiar: “a bolsa família ajuda [...] não é essencial” (48’ GF3).

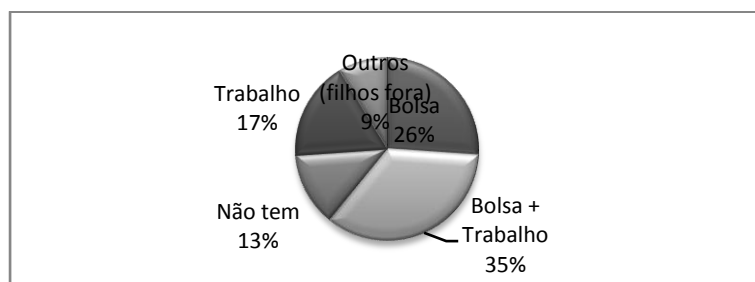


Figura 27–Renda extra-agrícola.

Na categoria de trabalhos não agrícolas, encontram-se duas formas: com salário fixo (cerâmica, agente de saúde) e ocasionais com pagamento variável (pedreiro, artesanato, cozinha).

As quantidades variam de acordo com o trabalho, mas em geral os salários fixos são iguais ou superiores ao salário mínimo enquanto que os ocasionais são inferiores.

Quadro 133– Benefícios e bolsas recebidos pelos assentados.

Tipo de benefício	Reais/mês	No.beneficiados	Observações	Referencia
Bolsa Família	200	04 crianças		(1:02' GF6)
Bolsa Família	166	02 crianças	Pendente cadastrar uma filha	(47' GF7)
Bolsa Família	400	07 crianças	Recebe a metade porque a esposa fica com a outra metade	(55' GF12)
Bolsa Família	134	02 crianças	Valor diminuiu de R\$200. O processo para acessar ao programa durou 20 meses.	(1:01' GF17)
Bolsa Família	166	03 crianças	Burocracia para receber	(43' GF19)
Bolsa Família	224	04 crianças	Desde 2007	(37' GF11)
Bolsa estiagem	80		Fev - out/2014	(37' GF11)
Aposentadoria	720	01 idoso	Um salario mínimo	(GF14)
Aposentadoria	360	01 idoso	É da mãe	(55', 57' GF12)
Deficiência física	--	01 pessoa	Problema da perna. O valor representa 20% da sua renda total	(43' GF26)

Fonte: Trabalho de Campo (2014).

#### 4.4.1.3 Gastos

Terceiro componente da economia das famílias que será abordado brevemente. Os gastos para satisfazer as necessidades que não podem conseguir nas atividades agrícolas. Na figura 29 se observa as respostas indicadas e sua frequência. A maior parte indicou a proteína animal (frango, peixe e carne de boi), revelando a importância deste elemento, que se evidencia pelo fato que as famílias só conseguem produzir uma quantidade menor da proteína que consomem, indicando que é aspecto a ter em conta no planejamento da produção do PA.

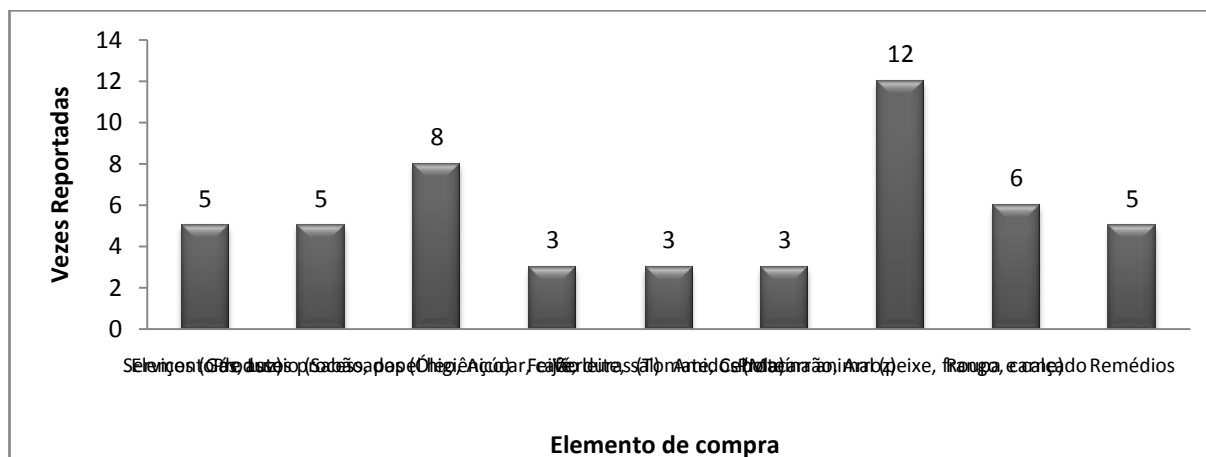


Figura 28– Principais compras dos assentados.

No nível do Assentamento, alguns gastos são financiados pela associação: energia elétrica, com um valor de R\$ 300/ano, a festa de aniversário do assentamento que envolve gastos de até R\$ 1500/ano (45' G2F21).E na questão da infraestrutura, a construção e reparo da barragem tem sido um gasto permanente para o PA (12' G2F23).

#### 4.4.2 Trabalho e mão de obra

A contratação de mão de obra<sup>52</sup> é prática comum no Assentamento Cristina Alves. Dos nove entrevistados que falaram sobre esse tema, sete indicaram que contratam mão de obra enquanto dois disseram não o fazer, embora os dois pratiquem troca de diárias. A maioria dos assentados (96%) disse fazer troca de dias, prática frequente em que vizinhos e familiares trabalham uns para os outros e depois devolvem o serviço na roça ou quintal da pessoa que o fez primeiro.

A forma de pagamento quando é contratada por diária, pode acontecer de duas formas: com dinheiro (diária R\$ 30) (quadro 14); ou produto, quando o trabalho corresponde com a colheita, onde uma quantidade do produto mercado do valor da diária (30R/dia) é entregue a quem realiza o serviço.

Quadro 14- Contratação, forma de pagamento de mão de obra e troca de diárias no PA.

Família	Contrata mão de obra?	Observações	Forma de pagamento	Troca de dias	Observações
2	Não	NA	NR	Sim	NA
3	Não	Só a familiar.	NR	Sim	NA
5	Sim	Muito pouco	NR	Sim	Até 05 dias/semana em época de roça
9	NR	NA	NR	Sim	NA
10	NR	NA	NR	Sim,	2-3 dias/semana
13	Sim	Às vezes, roça, capina, derruba, colheita	Dinheiro, produto	NR	NA
14	Sim	Às vezes	Dinheiro, produto	Sim	Com vizinhos
15	Sim	NA	Farinha	Sim	NA
16	Sim	NA	NR	Sim	03 dias/mês.
17	Sim	Às vezes, derruba, cortar lenha.	Dinheiro	Sim	Nas capinas
18	NR	NA	NR	Sim	Na colheita de mandioca
19	NR	NA	NR	Sim	2-3 dias/semana em época de roça
20	NR	NA	NR	Sim	Nas capinas e coivara
26	Sim	Roçar, plantar arroz, torrar farinha.	NR	Sim	Na colheita

NR: Não respondeu. NA: Não aplica ao caso.

Fonte: Trabalho de Campo (2014).

A venda de mão de obra<sup>53</sup>. No entendimento local do conceito de venda de mão de obra não está incluída a troca de diárias que os assentados a interpretam como forma de cooperação e não como relação comercial. Dez entrevistados indicaram vender sua mão de obra para outros assentados ou fazendeiros, em trabalhos agrícolas e não (Quadro 15).

Quadro 15– Intensidade e local de venda de mão de obra dos assentados do PA.

Família	Intensidade	Observações	Local	Referência
4	0-3 dias/semana	Época de roça	Dentro do PA	5'

<sup>52</sup> Entende-se aqui por contratação o acordo de intercambio de trabalho por dinheiro, bens ou serviços entre as partes envolvidas. Mas nem sempre os assentados entendem dessa forma, diferenciando a prática de troca de dias fora do conceito de contratação, que está mais associado com pagamento em dinheiro ou produtos.

<sup>53</sup> Entendemos “venda” para trabalho por diárias e/ou serviços contratados por pouco tempo que não envolve contratos formais nem pagamento de benefícios salariais, acontecendo assim de forma esporádica e informal.

6	02 dias/semana	Pedreiro, construção	Dentro e fora do PA	1:14'
7	1-6 dias/semana	Diária na agricultura	Dentro do PA	39'
7	0 - 3 dias/mês	Cozinha	Fazenda vizinha	44'
11	Pouco frequente	Quando não está doente	NR	39'
12	Pouco frequente	“só quando está aperreado”	Fazenda vizinha	48'
15	NR	Para o pai da esposa	Dentro do PA	45'
18	NR		Dentro do PA	55'
19	2-3 dias/semana	Época de roça	Dentro do PA	40'
20	NR	Época de capina e coivara	Dentro do PA	35'

NR = Não Responde. Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Embora vários assentados manifestam rejeição a voltar a trabalhar para fazendeiros, devido às relações de exploração vivenciadas antes, algumas pessoas trabalham para fazendeiros locais, ou outros trabalhos que podem estar associados à exploração no trabalho. Nos depoimentos se observou a percepção dos assentados frente a esta situação, desde posturas de rejeição e desgosto até explicações do que leva as pessoas a esses trabalhos. “sempre a gente trabalha uma diária para um uma diária para outro [...] eu sempre trabalho assim [...] fora onde amanhã estou trabalhando acola na fazenda [...] só quando eu estou mesmo aperreado” (48' GF12).

“tem gente tem que sair para trabalhar [...] é devido à precariedade da situação do assentamento [...] devido à produção da terra, que não é muito grande, né? [...] eles vão para fora trabalhar cortando cana, né?, roçando para fazendeiro lá fora, trabalhando de empregado mas de serviço manual [...] não é todo mundo, é uma menor parte, mas tem, que agora mesmo tem umas famílias [...] são três famílias que tem agora mesmo para fora, fora dos jovens que tem também, né?”(46' GF24).

#### 4.5 CONHECIMENTOS POPULARES EM AGRICULTURA, AMBIENTE E AGROECOLOGIA

##### 4.5.1 Conhecimentos em agricultura

Igualque acontece com a maior parte dos agricultores no mundo, o aprendizado da agricultura que realizam assentados do PA se deu pelo ensinamento na família de técnicas desenvolvidas talvez há séculos e que são transmitidas entre gerações pela tradição oral e a prática empírica. Os entrevistados mencionaram em vários casos esta situação: “a vem de ai dos ancestrais deles, desde que eu me entendi por jeito de meus avos meus visa-vos já trabalhavam na agricultura [...] roçando e queimando sempre na roça de toco” (56'50'' GF3).

##### 4.5.2 Ambiente

Encontrou-se algumas declarações sobre o estado do ambiente e os bens naturais que permitem entender esses aspectos desde a perspectiva dos habitantes do território que geram o impacto direto e manejam e interagem cotidianamente com tais bens. *A importância da água*, rios e nascentes no assentamento se evidenciou nos depoimentos: “A gente conservando as fontes de água, as margens do rio, é bom porque a gente vai preservando aquilo ali a gente vai tendo um futuro mais pra frente, não é não?, vai tendo a água para se manter, vai tendo a floresta” (37' GF2).

“importante para a gente, porque se não fosse eles acho que estava todo mundo perdido, acho muito importante inclusive para preservar, hoje vivem ai muitos rios

poluído, muita gente explora os rios e nem vem o que é que esta causando [...] querem usufruir ali, mas não liga” (57’ GF3).

O sistema de agricultura tradicional de “roça no toco” pode constituir um problema quando não há planejamento sendo causa dos impactos gerados nas fontes de água, além de outros recursos como florestas, os solos e a biodiversidade natural.

A consciência do impacto que a roça em sistema de queima apresenta é variável (Figura 30), de onze relatos sobre queimadas, 64% falou sobre os *impactos negativos em igarapés, fontes de água, nascentes e satubas*: “do meu ponto de vista a gente tem prejudicado um pouco [...] principalmente nas queimadas [...] desmatam, acaba o mato todo, essa tiração de madeira também, a água o satuba que a gente tem” (58’40’’ GF3).

“problemas ambientais é complicado [...] em desmatção, os igarapés, os satuba, tem pessoas que fizeram roça. Todo ano a gente senta, conversa ‘não é para fazer roça pegando igarapé’, o que acontece, é que além de desmatar a água vai embora, seca, já aconteceu [...] se a gente desmata, nós estamos acabando com nossa própria vida [...] não é só ele que fez o mal, quem não fez também vai ser prejudicado, porque acaba com os juçara, acaba com o guarimã, acaba os pé de manga que tem arredor, tudo acaba”(48’ GF26).

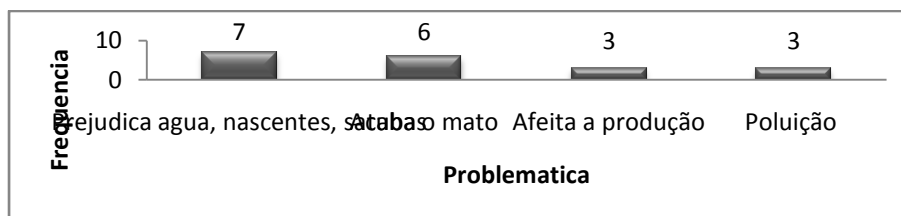


Figura 29– Efeitos e problemáticas causadas pelas queimadas no PA

Outros problemas ocorrem na produção e são percebidos pelos assentados: diminuição da produção (53’ GF16), ou dificuldade na lavoura (36’ GF30). Houve também quem falou da necessidade de *conhecer técnicas para roçar sem fogo*, devido aos problemas que este causa: “eu quero trabalhar, mas não quero trabalhar queimando [...] buscar outras alternativas de como preservar, como trabalhar lá dentro sem estar queimando” (1:08 GF3).

“queimada é um problema grave né? [...] se a gente tivesse um meio de fazer a roça, nos campos, sem fogo, ei! Eu para mim seria bom demais, sem fogo, o fogo é uma coisa muito [...] acaba com tudo [...] aquele fogo chega né? entra nos Satuba e sai devorando tudo, eu acho aquilo muito grave” (1:09’ GF14).

Alguns se referiram à *queima como atividade benéfica*, porque permite produzir para se alimentar, os problemas que encontram são a poluição ou a incapacidade de controlar o fogo por quem pratica a atividade, seja por negligência ou inexperiência: “aqui a ordem é para deixar 50 braças [100 metros] para chegar ao igarapé, mas aqui tem muitos que não atendem” (29’ GF19).

“[Queimar a floresta para roçar] acho que faz mal [...] porque a gente queima porque tem a necessidade de queimar e aquelas que a gente queima e aproveita é bom, e aquelas queimadas que sai queimando devorando, estragando tudo [...] tem vezes que perde o controle” (37’ GF2).

Alguns assentados assinalam que se precisa desenvolver a consciência existente, gerada em parte pelos esforços e discussões encaminhadas pelos militantes do Movimento na base dos princípios éticos que proclama.

“ainda não, a maioria do povo em geral não tem essa concepção, essa consciência do ritmo da natureza, as beiras dos rios, a gente esta trabalhando nesse processo de estar sempre orientando às pessoas [...] no pouco conhecimento que a gente tem como coordenador, a gente vai passando para as pessoas, mas não é suficiente para a formação dele, para ele mudar a consciência [...]é um processo muito longo, que a pessoa que esta com uns 40 anos que ele trabalha nesse sistema tradicional, para você ter uma pessoa para mudar [...] todo mundo não vai atingir é claro, mas se tem um pequeno grupo que trabalha mostrando pro restante do povo e ver que da certo, você consegue trazer as pessoas para aquilo ali né?, consegue mudar a consciência dele, o ponto de vista dele. E isso aqui ainda a gente não conseguiu, demonstrar [...] demora um pouco” (1:01’ GF24).

Em articulação com esses fundamentos, encontra-se a agroecologia que permite integrar e complementar simultaneamente os princípios éticos do Movimento, permitindo consolida-los desde práticas agrícolas coerentes com os mesmos.

### 4.5.3 Agroecologia

Finaliza-se o item com uma revisão dos conhecimentos, percepções e conceitos que têm os assentados do PA Cristina Alvessobre agroecologia, considerando que, é no contexto dos conhecimentos agroecológicos que se pretende estabelecer as bases dos sistemas produtivos dos assentamentos, na procura que a maior parte dos agricultores se aproprie dos fundamentos e práticas agrícolas sustentáveis.

Na figura 31 observa-seas respostas de 33 entrevistados sobre o que entendem por agroecologia ou com que associam a palavra.

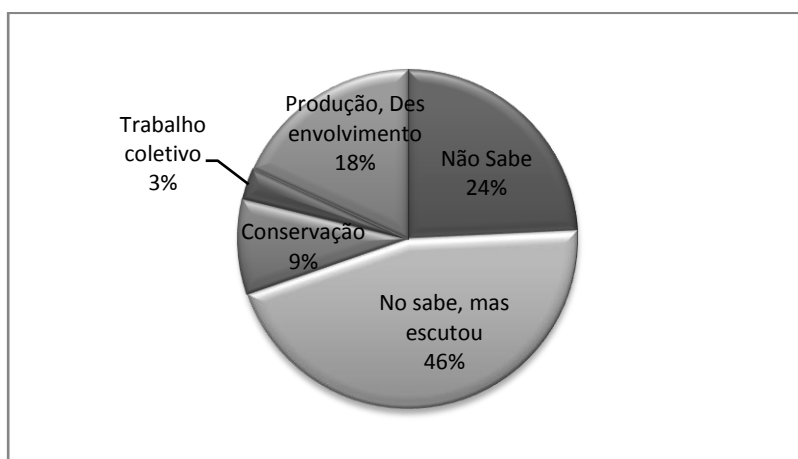


Figura 30– Perspectiva sobre a agroecologia dos assentados do PA

Encontrou-se que 70 % não tem ideia do é agroecologia, 46% ouviram a palavra dentro das atividades do MST, mas não sabem o que é: “Não tenho muita lembrança não [...] não tenho nem assim nem uma ideia de que poderia ser” (33’ GF2); entanto 24% nem sequer ouviram ou não lembram ter ouvido o termo:

“já escutei nas reuniões [...] no encontro estadual que esteve lá falaram muito de agroecologia, mas não teve nenhuma oficina assim pra ninguém [...] para falar a verdade eu não entendo [...] é uma das faltas, porque há muita gente que ouve falar agroecologia, mas não sabe que significa [...]será que é uma maquina, será que é um bicho que devemos comer” (54’ GF3)

#### **4.5.4 Análise do estado da agroecologia no PA Cristina Alves**

A formação em agroecologia é vital na proposta de desenvolvimento do MST, de caráter local e baseada no respeito das particularidades das regiões, emerge do o interior das comunidades. É isso que tem levado a abordar a formação em agroecologia nos Assentamentos do Movimento no Maranhão, principalmente a traves de discussões nos estamentos de participação embora esses processos ainda não foram consolidados na prática:

“2000 o próprio Movimento começou discutir dentro dos assentamentos trabalhando a questão de [...] quintais agroflorestais, manejo agroecológico de solos, experiências de sistemas agroflorestais [...] E o Movimento sempre teve essa preocupação de não estar discutindo isso só com os assentados, mas mesmo os acampados, e essa discussão no sentido de quando os acampados chegassem na terra estar pensando no modelo de uma forma de se trabalhar a agricultura que possa ser mais compatível com a realidade, que respeitasse essa particularidade da cultura, da própria natureza [...] E o assentamento Cristina Alves, foi um desses teve cursos, debates, muita gente foi participar [...] e hoje ele desponta para essa questão”(2:15’ GF27).

Embora existam de forma constante, atividades em diferentes partes do país, programadas e/ou organizadas pelo Movimento ou entidades parceiras, das que os assentados podem participar, boa parte dos entrevistados do PA Cristina Alves tem ainda pouca informação em relação a conhecimentos de manejo ecológico dos recursos.

É importante o esforço realizado pelo Movimento, ao ponto das lideranças apresentar níveis aprofundados em agroecologia. No entanto, é preciso continuar o trabalho para atingir mais amplamente as bases populares do Movimento nessas áreas.

Num olhar superficial observa-se que os conceitos em agroecologia e conhecimentos relacionados são ainda incipientes nas bases, no entanto, observou-se também que existe um alto nível de incorporação e assimilação não conceitual dos fundamentos da agroecologia. É possível ver essa realidade na cotidianidade das famílias, as quais podem incorporar no seu imaginário princípios agroecológicos como parte das perspectivas e desejos para o futuro (item 4.6 Projetos de Vida).

Hoje, se avança na organização da produção através da cooperativa regional. A confluência de projetos na conjuntura dos programas do governo indicam uma grande possibilidade de sucesso, a população começa se interessar na perspectiva agroecológica:

“a gente quer fazer plantio de fruta [...] para comercio para a cooperativa, a gente quer plantar acerola e abacaxi e maracujá que aqui na região de Itapecuru tem falta [...] e a gente pega uma coisa dessa e passa para fora que a gente não vai usar nada de remédio você vende muito mais, porque é natural e as pessoas, a maioria das pessoas hoje estão procurando coisa natural, né?” (1:36’ GF6).



Precisa-se ainda massificar essa tendência, mas os resultados demonstram que é possível atingir os camponeses e envolvê-los no paradigma agroecológico de forma fluente não como uma imposição. Isto acontece devido à forma de trabalho na perspectiva da agroecologia que se desenvolve desde a participação das bases populares, no respeito pela cultura, tradição e conhecimentos. E é dessa forma como tem acontecido no PA Cristina Alves, a realização final desse processo virá da capacidade de dirigentes e assentados em dar continuidade e manter o trabalho até agora desenvolvido.

#### 4.6 PERCEPÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOCULTURAIS NO ASSENTAMENTO E PROJETOS DE VIDA

Pretende-se aqui abordar questões paralelas, mas não menos importantes da vida no Assentamento que indiretamente se encontram na abrangência da agroecologia como a forma em que os assentados veem as mudanças acontecidas, os avanços do processo de luta, as perspectivas sobre o Movimento, os problemas do PA e as projeções ao futuro.

##### 4.6.1 Mudanças na vida dos assentados após a chegada ao Assentamento

Perguntou-se aos assentados como a vida deles e das famílias mudou após a chegada ao PA e o ingresso ao Movimento, de 31 respostas, a 97% indicou que houve algum tipo de melhoria, deles. Somente 3% informou que a vida suas continuou igual, enquanto nenhum entrevistado disse que a sua vida piorou (Figura 32).

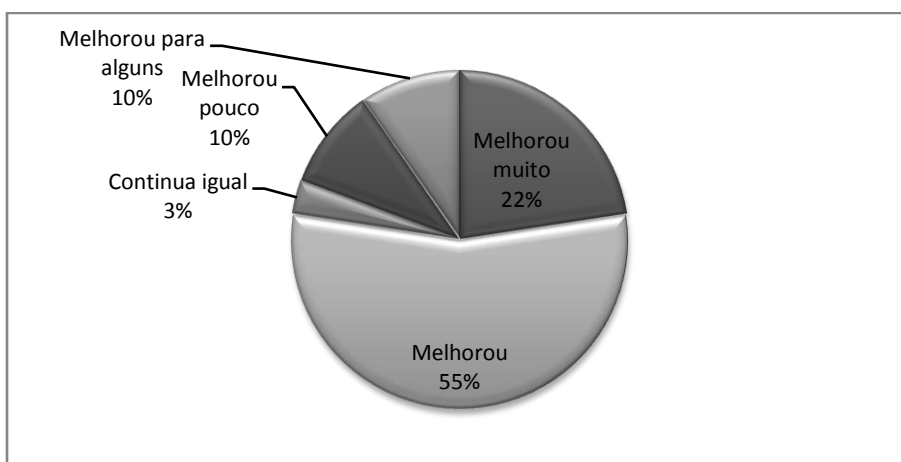


Figura 31– Mudança das condições de vida dos assentados.

Os motivos aos que essas respostas se devem foram variados. Na figura 33, observa-se as principais respostas segundo sua frequência.

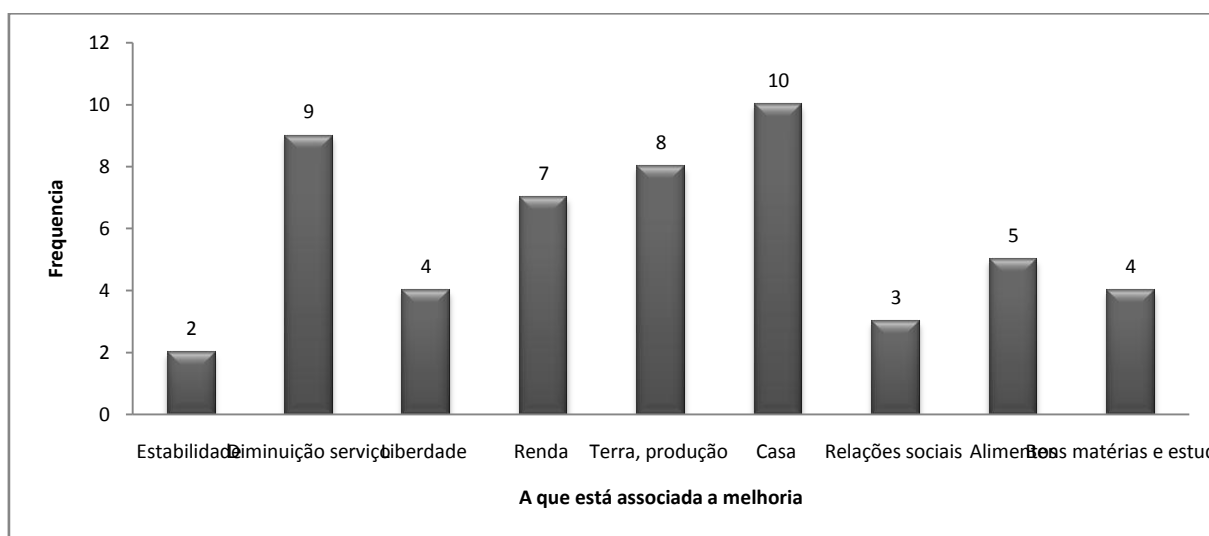


Figura 323– Aspectos qualitativos das condições de melhoria da vida dos assentados.

Far-se-á uma descrição das respostas mais frequentes e os aspectos associados a elas, ilustradas com depoimentos. Às vezes os assentados justificaram sua resposta com vários dos itens

encontrados na figura 33, razão pela qual, encontra-se nos depoimentos alegóricos a um dos itens da figura, outros complementares ou secundários também presentes nela:

**Diminuição do serviço** (09 respostas): para os assentados é importante o fato que agora tem que trabalhar menos, podendo disfrutar de maior “sossego” e “conforto”, palavras utilizadas eles:

“a minha vida melhorou muito mil vezes do que era antes. Primeiro onde eu vivia, eu quebrava muito coco ele trabalhava muito para chegar com coco vender e comprar comida, hoje eu não faço isso, eu quebro meus cocos pra mim deixar e fazer meu leite [...] era mais forçado e mais cansativo [...] hoje assim melhorou porque nós ganhamos mais descanso” (52’-54’ GF7).

**Terra e produção** (08 respostas): incluem-se aqui respostas sobre possibilidade de ter terra ‘própria’ para produzir, melhoria da produção e oportunidade de produzir alimentos saudáveis. Nos depoimentos observa-se satisfação dos assentados por ter conquistado a terra e fatores associados como maior liberdade e o conforto: “eu me sinto realizado por isso, porque quando eu conquistei terra pra mim, eu conquistei terra pra mais três filhos” (50’ G2F21).

“melhorou [...] por causa que o serviço que tinha lá fora que forçava muito pra fazer, aqui ele diminuiu [...] e a produção lá fora que eu não tinha, aumentou um pouco [...] o conforto que eu vivia lá fora sufocado aqui estou mais, mais liberto, então eu gostei” (1:26’ GF1).

**Renda** (07 respostas): encontrou-se respostas relacionadas à possibilidade de melhorar a renda, seja pelos ganhos em produção (que antes passava para o fazendeiro) ou pela diminuição de gastos como pagamentos de aluguel e dívidas:

“na cidade nem se compara porque nem que ganhe salário, mas você tem água, tem que luz para pagar, você tem que comprar tudo, né? já aqui você já tem a energia, água a gente não paga, então, melhorou muito, melhor do que na cidade [...] [na cidade] se endividava muito, né?, comprava em comércio fiado e quando [o pagamento] chegava era só pra entregar, fica mais complicado que no interior” (1:30’ GF6).

Outras respostas repetidas que ouvimos nas entrevistas foram:

**Alimentação** (05), disponibilidade de alimentos, qualidade dos mesmos e não passar necessidades nem fome. No seguinte depoimento se revela uma situação dramática que passava uma família antes de chegar ao PA:

“lá onde a gente vivia lá, a gente passava pior do que passa aqui, era mais difícil, trabalhava quase todo dia e trabalhava na diária e quando dava meio dia que eu olhava para trás [...] escorria os olhos de tristeza de eu ver o prato que estava ali, para mim lancha e meus filhos em casa com fome, aí eu me obrigar a pegar o prato ou pedir a pessoa colocar a comida numa vazia e levava e dividia um pedacinho para cada um, era mais difícil. E aqui graças a Deus, com toda dificuldade ainda não chegou esse ponto que sempre a gente dá um jeitinho de se virar, lá eu não tinha como, aqui [...] que melhorou, não 100% como a gente quer mas melhorou um pouco” (1:00 GF12).

Outros falaram fartura e abundância de alimentos ou da produção de alimentos sem agrotóxicos de uma qualidade maior que os assentados referem como “mais saudáveis”:

**Maior liberdade e independência** (04), no trabalho e nas relações com os proprietários da terra. Aspecto associado ao desejo e direito de dispor da vida e do espaço utilizado:

“melhorou [...] só de a gente sair dali da opressão do fazendeiro que a gente ficava já melhorou 1000% [...] porque lá onde a gente morava, a gente tinha um limite [...] morava numa terra, era cercado, então de aquela cerca para lá a gente não poderia fazer nada sem autorização do fazendeiro”(1:00’ GF3).

“não [houve maus tratos] diretamente não, mas indiretamente sempre há, né? porque a gente vivendo debaixo dos pés deles sempre faz o que eles querem, e aqui mudou muito porque a gente é livre pra produzir o que a gente quer. Tem o quintal da gente [...] antes não tinha quintal, não podia plantar nem um pê de fruta porque eles acham assim se a gente plantar um pê de fruta lá, pode vir que a gente já esta se apossando da terra” (1:01’ GF3)

*AsRelações sociais: colaboração com vizinhos, bem estar emocional* (03) junto com *maiorestabilidade geral* (02). O depoimento revela a incerteza que passam os agricultores por não ter terra própria onde trabalhar, além de outras questões:

“aqui a gente trabalha sossegado porque a gente trabalha e não paga renda, a gente sabe que a terra não é da gente é do INCRA, mas tem que ser da gente porque a gente esta aqui dentro morando [...]lá hoje tu esta aqui e amanha tu tem que sair de aqui [...], naquela época você não parava, este ano você sabe onde trabalhava o outro ano você não sabia” (1:07’ GF8).

#### 4.6.2 Qualidade de vida

Perguntou-se como consideram a qualidade de vida e do Assentamento, verificando em 29 respostas corroboração da informação reportada no item anterior. Foi evidente como a chegada ao PA representou uma diferencia de qualidade de vida. 66% disse que sua qualidade de vida é boa ou ótima, entanto que 34% declarou que é regular ou ruim (Figura 34).

Os relatos ilustram as justificativas das respostas. Encontrando-se fatores associados à importância da comunidade, além da tranquilidade do PA:“é ótima porque lá é bom ficar sossegado no cantinho da gente com a comunidade, perto dos vizinhos, os amigos os conhecidos, ai é melhor do que morar antes que morava na beira da estrada” (45’ GF11).

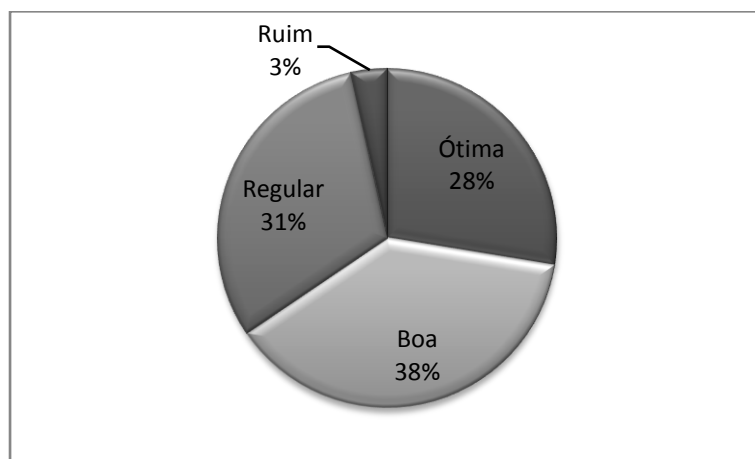


Figura 33–Percepção sobre a qualidade de vida no PA.

Observa-se também a satisfação e alegria pelas melhorias na vida, e o desejo de continuar a melhorar no futuro. Segundo este depoimento, a qualidade atual devida é boa e:

“vai melhorar que Deus é bom e a gente esta trabalhando e com o jeito que a gente vai vindo a gente vai ficando com mais experiência [...] esta nascendo a esperança de fazer [...] viver, crescer e se defender da necessidade pra sempre pra fartura, pra

melhorar, e a necessidade a gente vai deixando [...] ta passando por ele ta ficando, ele pega outro carro nosso não é não” (1:28’ GF1).

A única resposta de qualidade de vida ruim se associa a problemas administrativos, particularmente à questão da propriedade das residências e os registros no cadastro do INCRA, que cria confusão no entendimento de alguns assentados:

“é ruim [...] se as pessoas pensassem no próximo, as coisas seriam melhor, só que não pensa, o caba não esta nem ali com o outro, então é ruim uma coisa dessas [...] nós estamos com sete anos, meu nome está lá com essa casa aqui, mas se o caboclo chega a sair de aqui a casa tem que ficar ele não tem direito de nada, e ai quando tem uma coisa, esse pessoal [do Movimento], ‘ah, a casa é do INCRA’, ah, se essa casa vem de lá foi por causa do nome da gente puxa [...] porque o nome da gente é que está lá o caboclo que vai ficar na divida dessa casa, o nome de todo cadastrado está lá” (1:29’ GF13).

#### **4.6.3 Projetos de vida: a esfera do Sonho no contexto da divisão de lotes no PA Cristina Alves**

Trata-se das projeções dos assentados sobre o futuro no médio e longo prazo. Perguntou-se qual o seu sonho para o futuro da família no contexto do loteamento do Assentamento<sup>54</sup>. *Em relação à divisão de lotes*, as 13 respostas foram classificadas em três categorias (figura 35), observando que 54% considera uma boa ideia, enquanto 31% consideram que não é bom dividir, sendo melhor continuar com a forma atual de trabalho. Já 15% não compreende o que vai acontecer nem a forma como vai ser feita a divisão.

A continuação, se cita alguns depoimentos que mostram essas perspectivas:

“eu acho uma boa ideia, sabe por que?, porque, aqui é complicado, cada qual deve ter seu lote, assim você já sabe onde você vai limpar, você já sabe o que você vai produzir, né? [...] você já sabe que vai cuidar de aquilo, se você deixar destruir, problema de você que não vai produzir” (1:36’ GF6).

“não é muito legal não, porque é assim, hoje as pessoas que tem roças, quando saem dois dias para passar na rua [...] e entra na roça do outro pra pegar o que tem.. e você acha que dividindo esses lotes [...] você acha que não vai ser a mesma pilagem, porque eles querem assim, eles [se refere à coordenação] querem individualizar para cada um tomar conta do seu, qualquer coisa, qualquer prejuízo que tiver, só aquela pessoa vai ser punido” (1:04’ GF15).

---

<sup>54</sup> O PA Cristina Alves no momento do trabalho de campo, se encontrava na fase final de discussões do processo de divisão em lotes individuais, onde cada assentado terá uma área para produção e de reserva legal. Nos lotes individuais, cada assentado terá a responsabilidade do cuidado da área e poderá desenvolver as atividades que ache conveniente. Esta divisão acontece no marco dos projetos do governo nos quais o PA quer se inserir por meio da Cooperativa. E deveria ser executada a partir do segundo semestre desse ano (2014).

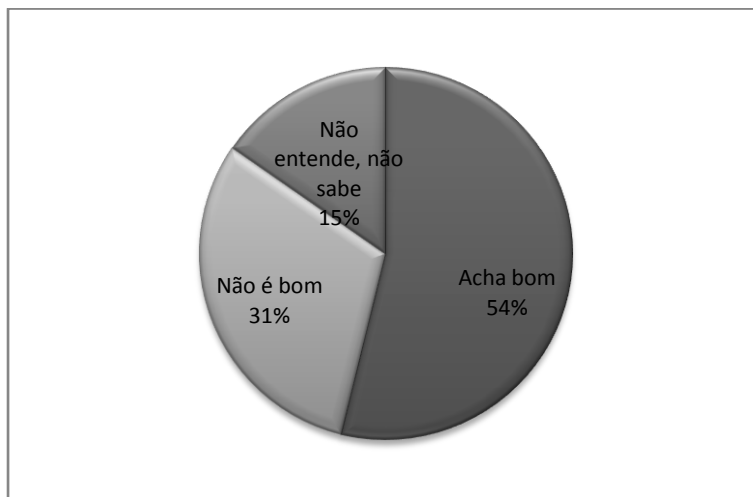


Figura 34– Perspectiva dos assentados sobre a divisão de lotes no PA

**Em relação à esfera do sonho**, as respostas envolveram múltiplos aspectos como produção, trabalho e o desejo de dar melhores oportunidades aos filhos e a família (figura 36). Entre 24 respostas, observou-se grande vocação para a criação de peixe (58%), vários indicaram que tendo investimento (por crédito ou por projetos), no lote ou no quintal, fariam um açude para peixe para comercializar e autoconsumo. Atualmente a pesca é uma atividade frequente de extração que acontece nos igarapés do Assentamento, mas que ocorre em escala menor.

Outras respostas repetidas sobre produção e trabalho, foram: produção de frutas<sup>55</sup> (33%), criação de gado leiteiro (29%), e, criação de galinha e produção de ovo caipira, trabalho com a cooperativa em produção ou prestação de serviços<sup>56</sup>, e produção ou melhoramento das condições de trabalho para produção de farinha, cada uma com 25%.

Figura 356– Esfera do Sonho do assentados do PA Cristina Alves

Outra resposta ocorrente, embora não ligada no objeto da pergunta, trata-se da categorizada como “educação, MST”, onde os entrevistados mencionaram o desejo de dar melhores oportunidades para a família, principalmente em educação e formação, assim como a pretensão de que os filhos continuassem nas lutas da comunidade e do Movimento.

Nos depoimentos, as questões da esfera do sonho e a divisão de lotes, puderam estar fundidas e misturadas na mesma resposta. Como se verá, as respostas abrangem múltiplos aspectos encontrando de novo uma característica associada à agricultura familiar e de importância na agroecologia: a diversidade de culturas e criações, em torno de atividades variadas. Característica considerada desejável por dois motivos (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2012), segurança na economia (investimento em diversas atividades diminui o risco); conservação das condições ecológicas (maior diversidade associada com a resiliência).

<sup>55</sup> As espécies frutíferas mencionadas pelos assentados nas respostas foram: banana, juçara, laranja, acerola e abacaxi e maracujá, mamão, café, limão. Embora elas aparecessem como exemplos e não representa que seriam as únicas a produzir.

<sup>56</sup> Trabalhar na cooperativa, conseguir emprego, melhorar a renda, desejo de uma renda garantida pelo trabalho de produzir e industrializar, produzir nos projetos (PAA) foram algumas das respostas contidas nessa categoria.

As mulheres entrevistadas pareceram mais preocupadas com os filhos, colocando em primeiro lugar os desejos de melhores condições para eles. Após isso, falaram sobre produção e trabalho como meios para cumprir o primeiro objetivo:

“eu tenho um sonho, quero ver meus filhos formados, na universidade [...] eu queria que meus filhos [trabalhem] voltado para cá para nós [...] se assentar [no MST], não deixar os origens de onde vem, não esquecer de onde você vem [...] eu quero sim que meus filhos tenham um futuro melhor”(1:32’ GF6).

“pensamos bastante que [o mato da reserva legal do lote] vamos preservar a área, pensando no futuro dos meninos, pensamos na frente, porque não vamos pensar só num ano, dois anos [...] pensar que a gente vai viver aqui até 50 anos?, então a gente tem que preservar essa área pensando também nos meninos que vão precisar dessa área também para produzir”(1:45’ GF6).

### Considerações sobre as problemáticas do PA

A figura 37 dá uma ideia da perspectiva dos assentados sobre esses problemas, dificuldades e necessidades da comunidade do Assentamento. De 23 respostas, as que apresentaram maior frequência foram:

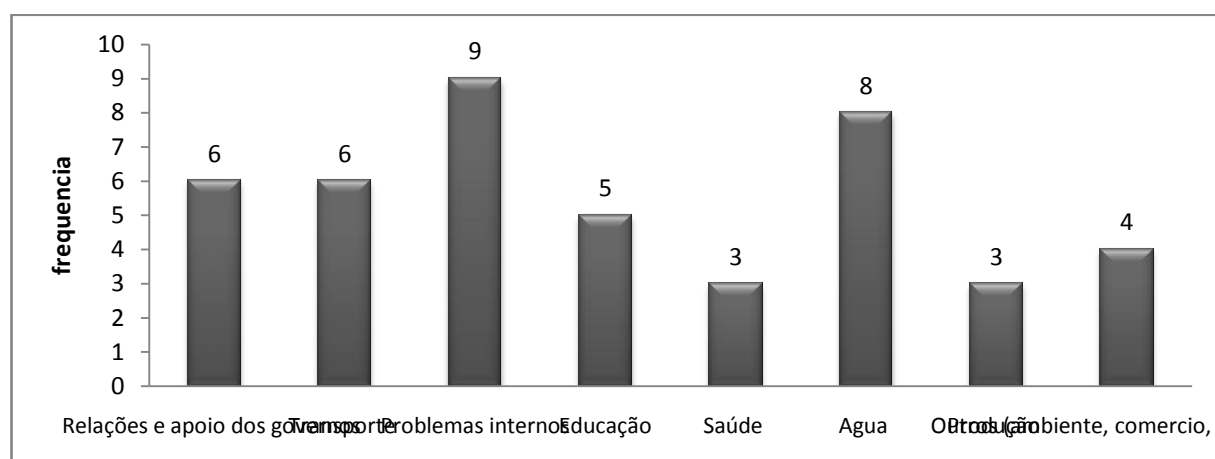


Figura 36– Principais problemas do PA Cristina Alves segundo os assentados.

**Problemas internos** (20%): agrupou-se aqui respostas associadas com conflitos na organização coletiva, falta de união, mal funcionamento da organicidade, principalmente dos assentados que não participaram da luta pela terra e que não se adaptam as dinâmicas do Movimento, e não valorização das conquistas por eles, problemas de convivência entre os assentados.

**Problema da água:** (18%), como já mencionado antes, esta problemática constitui uma necessidade urgente para os moradores que denunciam dificuldades de abastecimento e potabilidade de água, especialmente na época de verão. Requerem-se a construção de poços artesianos de alta capacidade para abastecer as famílias das duas vilas.

**Relações e apoio governos:**(14%) as respostas tiveram relação com as dificuldades nas relações com governos locais, variabilidade, falta de apoio, burocracia e pouco investimento para empreendimentos individuais não integrados nos projetos financiados pelas instituições.

**Transporte:** com 14%, nas respostas se denuncia a ausência da prefeitura municipal para permitir acessar à cidade, devido a que o transporte que existe é independente, pouco frequente, de custo alto e o serviço é precário<sup>57</sup>

Outras problemáticas encontradas foram na **Educação**, onde os moradores se queixam de falta de infraestrutura das escolas, inexistência de escola para jovens<sup>58</sup>, e problemas com a merenda escolar que é de pouca qualidade e frequência irregular; a **comercialização da produção** onde os produtores devem vender a preços baixos que não compensam o trabalho; e outros temas como **saúde, ambiente, segurança** que apareceram com menor frequência.

## 5. CONCLUSÕES

As origens do Assentamento Cristina Alves se encontram nas famílias camponesas com preponderância da região norte Maranhense, que despossuídos de terra para trabalhar desenvolveram diferentes trabalhos durante suas vidas, sendo o principal o trabalho de roça para fazendeiros locais. O Assentamento se formou a partir de dois processos de luta pela terra, vinculados ao MST, que aconteceram separadamente, com epicentro nos municípios de Miranda do Norte e Itapecuru Mirim, iniciados nos anos 2001 e 2004, respectivamente.

Esses processos aconteceram mediante várias ocupações de terra e despejos por parte das autoridades, o que implicaria uma série de adversidades que os acampados deveriam sortear. Os dois processos confluíram no ano 2007 no estabelecimento do PA Cristina Alves.

Destaca-se na etapa atual a cooperativa, embora a sua recente formação (dois anos), aparece como uma esperança frente à confluência de oportunidades para impulsionar processos de agro industrialização, o que constituiria uma saída da dependência na produção, comercialização e transformação dos produtos agrícolas e permitiria promover o desenvolvimento endógeno dos PA's e da comunidade camponesa da região.

A produção no PA Cristina Alves acontece em três espaços diferentes: o quintal, a roça e as áreas de produção coletivas. A base do sistema da roça é o uso do fogo, fato que está causando diversas problemáticas, pressão sobre áreas de reserva legal e preservação, principalmente a fertilidade do solo e supressão da biodiversidade. Urge um processo de pesquisa, extensão, e capacitação para promover a aplicação de práticas agroecológicas adaptadas à região e cultura para estabelecer outros manejos dos agroecossistemas do Assentamento.

---

<sup>57</sup> O transporte é realizado por um morador de Itapecuru Mirim, que tem um caminhão. O serviço começou no ano 2010, três anos depois de abrir o PA, e funciona dias segunda, quarta e sexta com uma viagem de ida às 7:00 horas e volta às 13:00 horas e um valor de R\$5/pessoa, além do custo das mercadorias. Até julho de 2014 existia ainda o problema da ponte queimada que limitava o acesso do caminhão ao assentamento em tempo de chuvas e representou também uma problemática para o transporte das pessoas e crianças até as escolas da cidade.

<sup>58</sup> No PA só existem duas escolas (uma em cada vila) com infraestrutura não adequada (taipa e palha) onde as crianças só conseguem fazer até quinto ano. A partir de ali devem assistir às escolas da cidade de Itapecuru Mirim, fato que preocupa os pais de família pela segurança dos filhos que devem sair e voltar para a cidade.



Os quintais estabelecidos pelos assentados têm características de sistemas agroflorestais, embora precisem melhorias para intensificar seu uso e manejo e conseguir retornos econômicos além do autoconsumo, aparecem como uma alternativa agroecológica interessante, pois sua implementação já se encontra arraigada na cultura da população.

As áreas coletivas também aparecem como espaços de produção de interesse que precisam ser pesquisados para intensificá-los ecologicamente. Como vantagens, se encontram dentro da tradição da região, permite a possibilidade de desenvolver atividades que não são possíveis individualmente, além de incentivar o espírito cooperativista: valor desejável desde a perspectiva do Movimento e nos princípios do socialismo.

Em relação ao trabalho, a troca de diárias é a principal forma de contratação de mão-de-obra no Assentamento, embora também acontece o pagamento de diárias entre os próprios assentados, seja com dinheiro ou com o produto da colheita. A venda de mão-de-obra para fazendeiros locais ainda ocorre, mas de forma menos intensa e com objetivos de gerar rendas adicionais. Entre as principais fontes de renda não agrícola encontram-se as bolsas do governo e trabalhos diversos tanto entre homens quanto entre mulheres.

Os conhecimentos agrícolas dos assentados provem geralmente das famílias, a maioria foi criada em contextos rurais onde aprenderam os ofícios do campo desde a infância. Em relação aos conhecimentos sobre meio ambiente observou-se que tem sido principalmente através do Movimento que começa a aparecer um interesse por esses temas, de igual forma que ocorre com os conhecimentos teóricos em agroecologia, que podem se considerar escassos nas bases populares e mais avançados entre as lideranças.

As projeções para o futuro que dos assentados destacam são: criação de animais, principalmente peixe, gado e galinha; produção agrícola (frutas, hortaliças, e culturas anuais), em alguns casos com pretensão explícita que seja nas bases agroecológicas, o que, mostram o nível de avanço na incorporação progressiva da agroecologia na mentalidade da população.

Neste sentido, a conversão ao sistema agroecológico resulta relativamente mais fácil entre populações rurais tradicionais devido à sua tendência para esse modelo, isto faz sentido considerando que os camponeses habitam o território, e devido a que as práticas agroecológicas geram ambientes agradáveis e propícios para a vida (por exemplo, microclimas mais frescos, sombra de árvores, conservação de água de qualidade, diversidade e variedade de produtos alimentares, menor esforço no trabalho no manejo, harmonia e estética da paisagem), aliado ao desejo natural dos seres humanos de melhores ambientes para viver.

Há assim, uma confluência de condições propícias que permitem concluir a aptidão do PA Cristina Alves para reorganizar o desenho dos agroecossistemas de produção em torno dos princípios da agroecologia que, pela tradição camponesa da comunidade (com influência dos conhecimentos agrícolas indígenas e de quilombolas), e em parte pelo esforço do Movimento de

levar discussões sobre novos modelos de desenvolvimento ligados à sustentabilidade e à agroecologia aos acampamentos e assentamentos, começa a aparecer uma tendência para assimilar e incorporar as propostas associadas a esses conceitos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Rev. Antropol., São Paulo**, v. 43, n. 1, 2000a. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012000000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000100005&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012000000100005>.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Amablume/FAPESP, 2000b. 337p.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J.A; PAULLUS, G. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.. In: TOMMASINO, H. y HEGEDÚS, P.. (Org.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Dep. Publicaciones Facultad Agronomía - URO de Uruguay, 2006, v. 1, p. 45-63.

CARROLL, C. R; VANDERMEER J.H; ROSSET P.M. **Agroecology**. New York: McGraw Hill. 1990. 641 f.

CARTER, M. **Desigualdade social, democracia e Reforma Agrária no Brasil**. In: **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. CARTER, Miguel (org.). São Paulo: UNESP, 2010. p.27-78.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. **O que é História Oral**. Fundação Getúlio Vargas – FGV. 2014. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>> Acesso em 13 set. 2014.

CHRISTOFFOLI, P. I. (org.). **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletivas de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**, 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração, Curitiba – Paraná, 2000 Citado por FERREIRA, M. M. 2010.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA -CODEVASF. **Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados**. 23ª Reunião Ordinária. Ministério de Integração Nacional. Brasília, set 2011. Disponível em <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Mandioca/23RO/App\\_CODEVASF\\_Mandioca.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Mandioca/23RO/App_CODEVASF_Mandioca.pdf)> Acesso em 20 ago. 2014.

COMPARATO, B. K. A ação política do MST. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, Dec. 2001. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400012&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 Sept. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400012>.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C.R: CATIE, 2002. xiii, 359 p.

GOMES, João Carlos C. Bases epistemológicas da Agroecologia, p 71-99. Em: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005. 517 p.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em Agroecologia: Problemas e Desafios, p 133-146. Em: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005. 517 p.

GÓMEZ, C. U; DOROW, R; STERN, I. L.Da reinterpretação de sistemas tradicionais de uso da terra à construção social de mercados com os agricultores familiares da roça de toco de Biguaçu. **In: VI ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS**. 2014,SC.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**. Santa Catarina, Vol. 2, n. 1 (2), Jan-Jul. de 2004. p. 75-91. Available from < [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)>. Access on 05 Sept. 2013.

MACHADO, L.C.P. Pastoreio Racional Voisin. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 376 p.

MACHADO, L.C.P; MACHADO FILHO, L.C.P. A dialética da Agroecologia. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MATOS, J. S; SENNA, A. K. DE. **História Oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. Disponível em <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395/1286>>. Acesso em: 16 set, 2014.r

MEDEIROS, L. S. de. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direito e Reforma Agrária na Segunda metade do século XX. In: CARTER, M. **Desigualdade social, democracia e Reforma Agrária no Brasil**. In: **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. CARTER, Miguel (org.). São Paulo: UNESP, 2010. p. 113 – 136.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. **Agricultura Familiar**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>> Acesso em 11 mai. 2014.

MIRANDA, R. de S; CUNHA, L. H. H. **A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática**. Cad. CRH, Salvador, v. 26, n. 68, Aug. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792013000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200010&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Sept. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200010>.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 Oct. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000100002>.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**. Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1987.

SCHMIDT, C. B. 1958 *A lavoura caiçara*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrária, Documentário da Vida Rural, n. 14. 78 p.

\_\_\_\_\_. **La agroecología como estratégia metodológica de transformación social**. 2006. 7 p. Available from <[http://www.agroeco.org/socla/pdfs/la\\_Agroecologia\\_como.pdf](http://www.agroeco.org/socla/pdfs/la_Agroecologia_como.pdf)>. Access on 21 set 2013.

SILVA, J. B; CASALINHO, H; LIMA, A. C; SCHWENGBER, J. E. Sistemas de manejo em transição agroecológica: Coerências e contradições na prática cotidiana de agricultores familiares. **Rev. Bras.de Agroecologia**. 9(2): 98-113, 2014 Available from <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/install>> Access on 14 Nov. 2014.

SIMINSKI, Alexandre; FANTINI, Alfredo Celso. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 37, n. 3, June 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84782007000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782007000300014&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-84782007000300014>.

VIA CAMPESINA. **Veinte años de luchas y articulación campesina indígena continental y global**. 2014. Disponível em <<http://www.viacampesina.org/es/index.php/component/content/article/37-noticias-de-las-regiones/2164-veinte-anos-de-luchas-y-articulacion-campesina-indigena-continental-y-global>> Acesso em 05 out. 2014.

WHITMORE, T.C. 1984. **An introduction to tropical rain forests**. Oxford, Oxford: Claredon Press, 224 p.